vida mundial

Nº 1821 • 3-5-74 • preço 5$00

PORTUGAL
25 DE ABRIL DE 1974

por avião ANGOLA .... 12$50 FRANÇA 2 Fr. Canadá 45 Cts.
MOÇAMBIQUE .... 15$00

LIVROS A NÃO ESQUECER

novamente à venda

distribuidora O SECULO Rua de "O SECULO", 41 a 63 LISBOA-2

A CRIANÇA DOS 6 AOS 15 ANOS (segunda edição)
Pierre Galimard
Moraes

Preço: 65$00

SOBRE LITERATURA E ARTE
Marx-Engels
Estampa

Preço: 70$00

O MERCADO COMUM
a integração e Portugal
Sérgio Ribeiro
Estampa

Preço: 50$00

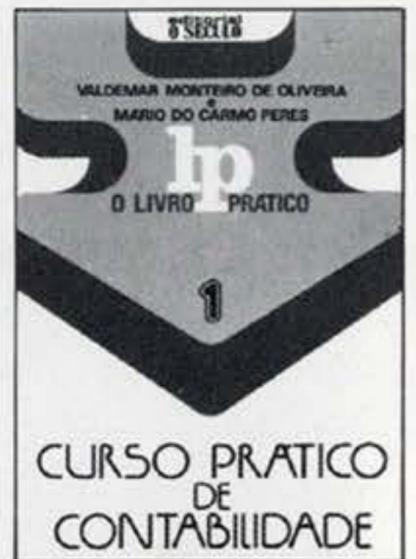
REFORMA OU REVOLUÇÃO?
Rosa Luxemburgo
Estampa

Preço: 30$00

CURSO PRÁTICO DE CONTABILIDADE
(segunda edição) Mário do Carmo Peres
Valdemar Monteiro de Oliveira
Editorial O Seculo

Preço: 205$00

UM SOCIALISMO DO POSSÍVEL
François Mitterand
Moraes

Preço: 55$00

Buraco no Ministério da Marinha, por onde fugiram alguns membros do governo derrubado

Outros dirigem-se ao quartel da G.N.R. no Carmo. A toda a volta de Lisboa e no morro de Cristo-Rei, em Almada, militares guardavam baterias viradas sobre Lisboa.

11.30 — Cerco do quartel do Carmo, onde se encontram o Presidente do Conselho e membros do seu Governo. A G.N.R. fecha as portas do quartel e manifesta o propósito de resistir às forças sitiantes. Uma extensa coluna de populares apoia, com incitamentos, a acção das forças militares, já de posse da situação.

12 horas — As forças presentes no Terreiro do Paço subdividem-se e dirigem-se ao Largo do Carmo, à Penha de França e à Rua António Maria Cardoso. Ao mesmo tempo, reforços da G.N.R. atingem a zona do Carmo e tomam posições adversas às tropas sitiantes.

Uma coluna motorizada toma posição no Largo de Camões. Lanceiros 2, na Ajuda, continua a resistir ao Movimento e recolhe o ex-Presidente da República e alguns membros do Governo.

Entretanto, seguem-se comunicados militares, de quinze em quinze minutos. O Movimento apresenta-se como vitorioso e informa dominar a situação em todo o País com excepção de alguns pequenos focos de resistência na capital. Um comunicado indica que foi dirigido um ultimato aos sitiados do Carmo, dando as 17 horas como prazo de rendição. A partir do meio-dia toda a acção se concentra no Carmo.

13 horas — Populares são atingidos por tiros disparados da Direcção-Geral de Segurança, na Rua António Maria Cardoso. Há feridos, entre os quais três jovens. Ainda há uma tentativa da Companhia Móvel da P.S.P. para tomar posições no Chiado. A G.N.R. ocupa o Rossio.

14.55 — Um novo comunicado do Movimento das Forças Armadas avisa a população de que os elementos da G.N.R. e da D.G.S. que se fazem passar por amigos do Movimento são adversos às Forças Armadas.

15 horas — A situação no Largo do Carmo — onde se encontra o Comando-Geral da G.N.R., que dera guarida ao Chefe do Governo e a outros membros do seu Gabinete —, bem como nas artérias vizinhas, apresentava-se tensa e algo confusa. Uma força do Movimento das Forças Armadas, composta por elementos de Infantaria 1 (Amadora) e da Escola Prática de Cavalaria (Santarém), tentava desalojar os elementos daquela corporação do que, na altura, era tido, pelos oficiais do Movimento, como o último e mais persistente foco de resistência. Naturalmente que a presença do ex-Chefe do Governo no quartel encorajou a atitude do respectivo comandante.

As forças do Movimento ocupavam posições estratégicas em edifícios, estabelecimentos, sob veículos militares e em portais de todas as ruas que dão acesso àquele largo, nomeadamente a Rua da Trindade, Travessa do Carmo, Calçada do Carmo e Largo Rafael Bordalo Pinheiro. Entretanto, no Largo Luís de Camões encontrava-se um numeroso contingente de forças da G.N.R., o mesmo acontecendo junto do Teatro da Trindade e noutras artérias que conduzem ao Largo do Carmo. De certo modo, o destacamento do Movimento estava emparedado, mas as suas principais atenções concentravam-se no quartel, uma vez que da reacção do seu comandante dependeria o comportamento dos restantes focos da G.N.R. E assim viria a acontecer.

15.10 — Os oficiais do Movimento entregaram um ultimato à G.N.R., para o qual não obtiveram resposta pronta. Fizeram, então, um segundo, por um coronel do Movimento que entrou no quartel a troco de um tenente da G.N.R. Como o ultimato não fosse respeitado nem o coronel saísse, as forças sitiantes abriram fogo contra os portões e fachada do edifício.

Assim que começou o tiroteio gerou-se certa confusão entre os milhares de pessoas que haviam acorrido ali, as quais se abrigaram nos portais, em estabelecimentos e até em casas particulares e escritórios.

16.00 — A capitulação da G.N.R. estava próxima. Faltava saber em que termos se faria essa capitulação. A oportunidade surgiu com a presença do dr. Feytor Pinto, ex-director dos Serviços de Informação da Secretaria de Estado, e do dr. Nuno Távora, funcionário daquele organismo. Feytor Pinto anunciou ser portador de uma carta, cujo teor, no entanto, não divulgou. O

mesmo funcionário é autorizado a entrar no quartel e ao sair confirma a presença de Marcelo Caetano e de outras individualidades, entre as quais o ex-ministro do Interior, dr. César Moreira Baptista. Feytor Pinto fora o transmissor da rendição das forças que se encontravam entrincheiradas. A conversa que aquele funcionário da S.E.I.T. travou com o antigo Chefe do Governo e com os seus ministros fora — adivinha-se — dramática. Mas não restava outra solução além da entrega pura e simples das personalidades que a G.N.R. tinha sob sua protecção.

Soldados tomam posições no Largo do Carmo, enquanto se aguarda a rendição do prof. Marcelo Caetano

17.40 — Chegada, ao quartel da G.N.R. do Carmo, do general António de Spínola. Apresenta-se fardado. Uma enorme multidão ocupou completamente o largo. Populares escalaram as árvores, postes eléctricos, varandas. Um grande grupo sobre uma viatura militar fez, com o peso excessivo, abater o tejadilho.

Entretanto, numa das janelas do quartel do Carmo, o capitão Salgueiro da Maia, com um magnetofone, exortava os manifestantes a abandonar a praça, a fim de que as tropas pudessem concluir as suas operações: transferência do anterior Presidente do Conselho e dos ex-ministros que o acompanhavam. Gritos exigiam a entrega do prof. Marcello Caetano.

O capitão Maia, fazendo grandes esforços para ser escutado, insistiu: "Senhores, estamos aqui em nome da Liberdade. É em nome da Liberdade que não faremos justiça por nossas próprias mãos. As pessoas por que esperam devem abandonar este local em inteira segurança, a fim de serem julgadas." Cresce o mar de manifestantes, numa proporção como não há memória em Lisboa. A população é informada de que existem elementos da D.G.S. entre os manifestantes e que não é possível, por isso, pedir ao general Spínola que apareça.

18.00 — O dr. Sousa Tavares, candidato da C.E.U.D. em 1969, dirige-se à multidão, a convite das Forças Armadas, apelando para que os populares se comportem civicamente e anuncia a "libertação do jugo fascista". Apesar dos esforços do dr. Sousa Tavares, frequentemente interrompido pelos populares, ninguém arredou pé.

A chegada do general Spínola ao Largo do Carmo

Fiambre, presunto, queijo e pão eram trazidos por populares que, levantando os géneros acima das cabeças, abriam passagem entre a multidão com os cestos em que os transportavam. Nos rostos de todos os militares via-se a fadiga. Mas também uma grande alegria. As ovações da multidão encontravam em todos sinais de orgulho. Entre populares e membros das Forças Armadas trocavam-se abraços.

19.30 — Consumara-se a rendição incondicional do prof. Marcello Caetano ao general António de Spínola e a transmissão de poderes. O ex-Chefe do Governo e outras individualidades abandonam o quartel em que haviam estado sitiados, num carro blindado, completamente escondidos do público. Aí, os manifestantes não se contiveram. Ao fim de duas intermináveis horas de espera, muitos dos presentes gritaram: "assassinos!"

Uma viatura da G.N.R. conduz o general António de Spínola. O ex-Chefe do Governo e ministros foram levados num blindado Chaimite chamado "Bula", com forte escolta militar, para o Regimento de Engenharia 1, na Pontinha, onde os revoltosos tinham instalado um dos comandos operacionais.

20.30 — Comunicado do Movimento das Forças Armadas. É lida a proclamação ao País, firmada em Santarém pelo comando do Movimento. Anuncia-se que o almirante Thomaz foi transportado, de helicóptero, de Lanceiros 2, que já se havia rendido durante a tarde, para as instalações da Força Aérea, em Monsanto.

Após 24 horas de operações militares, a rendição incondicional dos Chefes do Estado e do Governo traduziu-se não só pelas vivas manifestações de apoio popular à acção das Forças Armadas mas também na criação de uma Junta de Salvação Pública presidida pelo general António de Spínola.

21.00 — A multidão enfurecida dirige-se para a sede da D.G.S. Atiradores desta ex-polícia disparam sobre manifestantes na Rua António Maria Cardoso. Há cinco mortos, entre os quais uma jovem universitária, e mais de duas dezenas de feridos. Ambulâncias e material de socorro convergem para a zona.

As Forças Armadas anunciam que a D.G.S. vai ser cercada e pedem à população que se mantenha calma. Um agente da D.G.S. é morto pelas Forças Armadas quando tentava fugir, depois de saltar do edifício policial para a rua. Manifestantes concentram-se no Camões e na Rua António Maria Cardoso, contidos por cordões militares. A multidão, enraivecida, exige a entrega dos agentes da D.G.S. e grita: "vinguemos os camaradas mortos!" Só a muito custo as tropas conseguem reter os populares, que recordam os últimos 40 anos da vida política repressiva do País. Muitos populares lamentavam que estivesse a demorar tanto tempo a rendição da D.G.S. o que facilitaria a destruição dos ficheiros e dos completos arquivos divulgados na posse da mesma polícia política.

22.00 — A D.G.S. resiste também na prisão de Caxias. Espalha-se o boato de que serão exercidas represálias sobre os presos políticos que ali se encontravam. Anuncia-se ao mesmo tempo que a P.S.P. aderiu

totalmente ao Movimento e deixou de oferecer qualquer resistência. A C.D.E., entretanto, torna pública a sua apreensão pela situação dos presos políticos encarcerados no forte de Caxias.

23.00 — Anuncia-se que Marcello Caetano e alguns ex-ministros serão conduzidos para os Açores (a Madeira viria a ser o seu destino). Progressivamente, as bolsas de resistência ao Movimento vão cedendo, mas a posição da D.G.S. ainda está mal esclarecida.

26 DE ABRIL

0.30 — Uma delegação da Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos é recebida no comando do Movimento, onde lhe foi comunicada a intenção de se libertarem todos os presos. A Comissão manifestou a sua preocupação pela segurança dos detidos na cadeia do forte de Peniche, na cadeia de Caxias da D.G.S. e ainda no Hospital de São João de Deus até ao momento da sua libertação.

Por parte do Movimento das Forças Armadas é garantida à Comissão Nacional que seriam tomadas as medidas possíveis para protecção da vida e integridade de todos os presos políticos. A RTP transmite, por sua vez, a partir do Porto, as filmagens da ocupação do seu emissor de Monte da Virgem. São as primeiras imagens do Movimento.

1.25 — O general António de Spínola, acompanhado por outros membros da Junta de Salvação Nacional, faz uma comunicação ao País a partir dos estúdios da RTP. Pela primeira vez o País toma contacto com os elementos da Junta, cuja formação é a seguinte: capitão-de-fragata António Alba Rosa Coutinho, capitão-de-mar-e-guerra José Baptista Pinheiro de Azevedo, general Francisco da Costa Gomes, general António de Spínola, brigadeiro Jaime Silvério Marques, coronel Carlos Galvão de Melo e general Manuel Diogo Neto (então ausente da Metrópole).

3.30 — Um comunicado da Junta de Salvação Nacional recomenda à população o acatamento das indicações da Polícia Militar, P.S.P. e da Brigada de Trânsito. O comunicado refere ainda a rendição do R.L. 2 e do Grupo de Detecção e Conduta de Intercepção, em Monsanto.

6 horas (hora aproximada) — O prof. Marcello Caetano, o almirante Américo Thomaz, os ex-ministros Moreira Baptista, Silva Cunha e outros foram conduzidos, sob forte escolta militar, para o Aeródromo Base 1 onde embarcam num DC-6 da Força Aérea, que os transportaria à ilha da Madeira.

8.25 — O general António de Spínola dirige uma mensagem de agradecimento às Forças Armadas.

8.45 — (hora da Madeira) — Os

Presidentes depostos pelo Movimento das Forças Armadas e os membros do Governo que os acompanhavam estão instalados no Palácio de São Lourenço, sede do governo distrital, no Funchal, enquanto os ex-ministros da Defesa e do Interior ficaram alojados num hotel.

O avião da Força Aérea em que viajaram desde Lisboa aterrou no aeroporto de Santa Catarina às 8.45. A anteceder a saída dos dois ex-Presidentes e dos ex-ministros, com os quais viajou, também, sob custódia, o comandante Benvindo da Fonseca, que foi ajudante de campo do ex-Presidente da República, desceu do aparelho um grupo de pára-quedistas para proteger o avanço dos exilados até à aerogare. A chegada das individualidades do regime político derrubado constituiu inteira surpresa para a população madeirense, dado que não foi previamente anunciada na Imprensa local. Uma correspondência de "O Seculo" de 27 de Abril acrescentava: "A calma é total na ilha da Madeira, para onde se prevê que venham residir mais alguns elementos do Governo do prof. Marcello Caetano, que, como o almirante Américo Tomás, procura arranjar casa na ilha da Madeira."

8.30 — A cadeia política da D.G.S., em Caxias, foi tomada por uma força de pára-quedistas e fuzileiros navais. Foram presos sem resistência os 40 elementos que durante a noite haviam resistido no interior do cerco e que, apesar de terem ameaçado matar os prisioneiros, se apresentaram aos pára-quedistas já desarmados e em atitude colaborante.

9.30 — Um oficial dos fuzileiros navais comunica aos jornalistas, na Rua António Maria Cardoso, que a D.G.S. acabava de render-se, ao fim de uma noite inteira de resistência ao cerco. Milhares de pessoas assistiram, nas imediações, à queda de um dos últimos redutos do regime. Às 9.43 foram abertas as portas e entraram no edifício 3 oficiais das Forças Armadas. Passado 1 minuto, saiu um indivíduo, que abriu as portas das garagens, de onde, acto contínuo, saíram algumas dezenas de elementos da P.I.D.E. em filas de 2. Traziam um ar carrancudo e dirigiram mesmo alguns impropérios aos circunstantes. Entraram no edifício principal. Às 9.46, as forças militares ocuparam o edifício central. Foram presos cerca de 400 agentes.

12.00 — Diversos grupos de manifestantes dirigiram-se ao edifício do jornal "Época", que invadiram, destruindo parte das instalações. Houve um princípio de incêndio num dos andares em que funcionava o jornal. Próximo dali, foram também invadidas as instalações da A.N.P., no Largo Trindade Coelho, as da Legião Portuguesa, na Travessa do Guarda-Mor, e as da Comissão de Exame Prévio (Censura). Às 15.5, um camião do Exército detém-se à porta do edifício da "Época". Aos gritos de "fascistas", a multidão vê 19 pessoas entrarem no veículo: o director e funcionários dos diversos sectores da empresa.

13.00 — A Junta de Salvação Nacional instala-se na Cova da Moura, edifício do Ministério da Defesa Nacional, depois de ter sido transferida do seu quartel-general, anteriormente a funcinar no Regimento de Engenharia 1, na Pontinha. Discute-se a questão dos presos políticos, com a participação de vários grupos, nomeadamente representações da C.D.E. — constituída pelo capitão Varela Gomes e engenheiro Areosa Feio — e da Comissão de Socorro aos Presos Políticos (Maria Eugénia Varela Gomes, Cecília Areosa Feio e Rogério Paulo).

16.00 — A partir desta hora, foi várias vezes difundido pela rádio o seguinte comunicado: "Estão a verificar-se distúrbios

O blindado que transportou o ex-chefe do Governo, prof. Marcelo Caetano, do quartel da G. N. R., no Carmo, para o quartel do Regimento de Engenharia 1, na Pontinha onde, na altura, estava instalado o Quartel-General da Junta de Salvação Nacional

provocados por grupos de população civil na parte baixa da cidade de Lisboa, nomeadamente junto do jornal "Época". Tais atitudes contrastam de forma gritante com o civismo demonstrado pela generalidade da população. A continuarem a verificar-se acções semelhantes, poderemos todos nós não somente ver o processo deste Movimento enlutado como sentir-se a Junta de Salvação Nacional na necessidade de tomar medidas de excepção, o que se pretende evitar a todo o custo."

O dr. Ângelo de Almeida Ribeiro, bastonário da Ordem dos Advogados, dirige ao presidente da Junta de Salvação Nacional a seguinte mensagem telegráfica: "O bastonário da Ordem dos Advogados, impossibilitado de reunir, imediatamente, o respectivo Conselho Geral, desde já manifesta a V. Exa. o incondicional apoio dos advogados portugueses à restauração dos direitos cívicos e liberdades fundamentais, às garantias de liberdade individual à extinção das jurisdições especiais e à defesa da independência e da dignificação do poder judicial, pelos quais este organismo profissional sempre tem propugnado. Apresento a V. e aos restantes membros da Junta de Salvação Nacional respeitosos cumprimentos."

Lisboa assiste, entretanto, a gigantescas manifestações de regozijo e de apoio às Forças Armadas e seus dirigentes, percorrendo as principais ruas da Baixa entre vagas de irreprimível alegria. Iguais manifestações se verificariam noutros pontos do País. Essa onda de entusiasmo e adesão populares prolongar-se-ia depois não só até de madrugada mas também durante os dias seguintes. Livremente os portugueses festejavam a vitória do Movimento e proclamavam a sua fé num Portugal novo — mais justo e mais humano.

A Imprensa, a Rádio e a Televisão podiam exercer a sua função de informação do público rodeadas das maiores facilidades e sem sofrerem a humilhante intervenção das Comissões de Censura e do Exame Prévio.

Para a Junta, agora instalada na Cova da Moura, o trabalho iniciara-se extremamente cedo, com a conferência de Imprensa concedida, na Pontinha, pelo general Spínola, às 8.30 da manhã. Na mesma altura foi distribuído aos meios de Informação o programa do Movimento, que, nas suas linhas gerais, prevê a extinção imediata da D.G.S., da Legião Portuguesa e da A.N.P..

O segundo comunicado divulgado, através da Rádio, pela Junta de Salvação Nacional era do seguinte teor: "Na sequência das medidas tomadas para completo controlo da situação e manutençãao intransigente da ordem e tranquilidade públicas, foram nomeados, respectivamente, governador da Região Militar de Lisboa, general Reimão Nogueira; comandante-geral da Guarda Nacional Republicana, general Alberto Garoupa; comandante-geral da Polícia de Segurança Pública, coronel Neves Cárdoso, e comandante da Guarda Fiscal, coronel António Calado. Dado que as forças militarizadas da G. N. R. e da P. S. P. estão sob inteiro controlo da Junta, a bem da ordem pública, deve a população obedecer disciplinadamente às instruções transmitidas pelos agentes daquelas corporações, continuando, desta forma, a manifestar o maior espírito cívico e patriotismo." Foram nomeados, também, o coronel Manuel Esmeriz e o brigadeiro José Ramires, comandantes, respectivamente, da Região Militar do Porto e Comando Territorial do Algarve.

Os bancos comerciais e a Caixa Geral de Depósitos mantiveram-se encerrados ao público em Lisboa. O Banco de Portugal, no entanto, funcionou normalmente, e o Banco de Fomento não fechou. A Bolsa de Títulos, porém, encerrara.

Tendo-se reunido ao fim da manhã, por convocação do seu presidente, eng. Amaral Netto, o Conselho da Presidência da Assembleia Nacional decide cancelar a reunião. A Junta de Salvação Nacional já anunciara, no entanto, no seu programa político, a dissolução da Assembleia Nacional e aguardava-se, então, a publicação do decreto que tornaria um facto de direito tal decisão. À saída, o vice-presidente, deputado Themudo Barata, declarou que o Parlamento não voltaria a reunir-se. Um despacho do presidente a cancelar a reunião é reproduzido, em "fac-simile", pela Imprensa diária.

Os serviços de administração pública decorrem com absoluta normalidade, sendo apenas de assinalar o facto de nos sectores militares e militarizados haver continuado, durante grande parte do dia, o regime de prevenção rigorosa, o qual, no entanto, passaria ao fim da tarde, nalguns departamentos desses sectores, ao de prevenção simples ou unicamente ao de vigilância reforçada, como sucedeu, por exemplo, no Ministério da Marinha.

Um comunicado radiodifundido às 18.42 informava: "Com o objetivo de evitar quaisquer mal-entendidos, a totalidade das Forças Armadas, designadamente as da Região Militar de Coimbra, aderiram ao Movimento Militar e cumprem, integralmente, as ordens da Junta de Salvação Nacional."

À noite, novo comunicado da Junta de Salvação Nacional: "Chegou ao conhecimento da Junta de Salvação Nacional que elementos da D. G. S. estão a seguir os vários elementos e núcleos das forças que continuam no cumprimento da sua missão. Solicita-se a esses elementos que avaliem perfeitamente a situação actual que o País vive e o risco que corre a sua integridade pessoal na continuação de actividades usadas pelo anterior regime. O Movimento já mais de uma vez fez sentir à Nação a sua intenção de que tudo se processe dentro da maior ordem e civismo e que não hesitará em fazer intervir as forças que a Nação pôs à sua disposição para a integral manutenção da ordem."

Telegramas distribuídos pelas agências noticiosas relatavam que haviam assumido as funções de encarregados dos Governos de Moçambique e da Guiné, respectivamente, o coronel David Teixeira Ferreira e o tenente-coronel Mateus da Silva, que substituíram os governadores demitidos pela Junta de Salvação Nacional. Entretanto, em Angola, ao começo da noite, o eng. Santos e Castro continuava a ocupar o lugar de governador-geral. Mas já às 2 horas os jornais noticiavam em "Últimas": "Santos e Castro

PENTA-TAB-2-74

foi substituído pelo secretário-geral, tenente-coronel António Rio Soares, que chefiava o distrito da Lunda antes de ser chamado para aquele cargo, em Novembro de 1972.

Pouco depois da meia-noite, é lido, através da E. N., um comunicado da Junta de Salvação Nacional, abolindo as "medidas restritivas do pleno exercício das actividades escolares e de utilização de instalações de apoio social" nos estabelecimentos de ensino superior. É o seguinte o texto da comunicação:

"A Junta de Salvação Nacional comunica ao País que, em conformidade com o programa proclamado pelo Movimento das Forças Armadas, são abolidas as medidas impostas a alguns estabelecimentos de ensino superior, restritivas do pleno exercício das actividades escolares e da utilização de instalações de apoio social. Pretende a Junta de Salvação Nacional, com esta medida, continuar a sua acção de restituição de liberdades e direitos e patentear a sua confiança na compreensão e elevado grau de civismo que não pode deixar de esperar-se da generosa população académica, professores e alunos, a que neste momento se dirige em particular. Compreensão e elevado grau de civismo são indispensáveis a esta Junta para, num clima de tranquilidade, levar a bom termo as tarefas a que se propôs, para o bem da Nação."

Entretanto, da direcção da Associação dos Estudantes do I. S. T., recebemos o seguinte comunicado: "Os estudantes do I. S. T., informam a população do País de que, ao abrigo do programa de reinstauração de liberdades públicas, proclamado pelo Movimento das Forças Armadas, reabriram por sua própria iniciativa as instalações da Associação dos Estudantes, encerrada pelo antigo regime em 25 de Julho de 1973, contra os interesses das massas estudantis de todo o País e de todo o povo português. Foi também abolido pelos estudantes o controlo das entradas no Instituto e ficou convocada uma reunião de estudantes para sábado, 27 de Abril, às 12 horas."

Primeira reacção de um Governo europeu: "O Governo federal alemão seguiu com extrema atenção e simpatia pelo povo português os últimos acontecimentos desenrolados em Portugal, mas não interferirá nos seus assuntos internos. Nota com grande realce o facto de Portugal pertencer à família dos Estados europeus e à Aliança Atlântica. O Governo Federal formula votos para que a situação em Portugal evolua para o bem-estar do povo português."

Todos os presos políticos que se encontravam no forte de Caxias foram libertados, às 0.30, depois de uma comissão de advogados ter estabelecido o critério de crime político, segundo determinação do general Costa Gomes. Os prisioneiros deixaram de estar sob a vigilância dos agentes da D. G. S. a partir das 9 horas da manhã, quando pára-quedistas e fuzileiros tomaram de assalto os redutos Norte e Sul do forte e a prisão-hospital de Caxias.

A partir dessa altura iniciou-se um demorado processo que só terminou com a libertação de todos quantos se encontravam presos por motivos políticos. Centenas e centenas de pessoas aclamaram espontaneamente os recém-libertados, registando-se cenas de compreensível emoção. Clandestino desde 1947, Hermínio da Palma Inácio e mais 78 presos condenados por motivos políticos abandonavam longo martírio. Outros presos, internados na prisão-hospital, sairiam no dia seguinte.

Ao fim da manhã de sexta-feira, 26, soube-se que estavam detidas no edifício do Comando do Regimento de Infantaria 1, à Pontinha, algumas individualidades do regime deposto. Os nomes recolhidos (sem confirmação) por um repórter eram os dos ex-ministros dos Negócios Estrangeiros e do Exército, ex-chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, ex-segundo comandante do Regimento de Cavalaria 7 e ex-deputado Casal-Ribeiro, entre outros. No Porto, eram libertados os presos políticos detidos pela D. G. S.

Os órgãos directivos da Secção Regional do Sul da Ordem dos Médicos decidem expulsar o curador, retomar funções até à eleição de nova direcção numa assembleia de emergência com a seguinte ordem de trabalhos: estruturação do Sindicato Médico; interferência imediata deste sindicato na organização e funcionamento dos organismos de saúde e assistência médica; reintegração efectiva de todos os médicos demitidos dos seus cargos profissionais; e atitude face aos médicos da P.I.D.E. – D.G.S. Mais dois documentos foram dirigidos ao dr. Fausto, Cruz de Campos e ao chefe de secretaria da Secção Regional do Sul, notificando que se consideravam terminadas as funções de curador que o primeiro vinha exercendo.

O curador fora nomeado pelo regime deposto, que demitira toda a direcção da Secção Regional do Sul da Ordem dos Médicos, acusando-a de actividades extra-estatutárias. Os dirigentes demitidos haviam sido eleitos pela esmagadora maioria da classe médica.

DIA 27 DE ABRIL

O dr. Mário Soares, dirigente socialista português exilado em França, parte, de Paris, por via férrea, a caminho de Lisboa. Citando uma declaração publicada por líderes do Partido Socialista Português em Paris, o assistente disse que o Partido decidira, após deliberação do seu conselho governativo, chamar a Portugal o secretário-geral, Mário Soares. O dirigente socialista manifestou a esperança de que a Junta de Salvação Nacional assuma as suas responsabilidades, especialmente no que respeita à garantia da liberdade de pensamento e de expressão e à restituição do Poder às instituições constitucionais.

Declaração do prof. Rui Luís Gomes, exilado no Recife: "Regressarei imediatamente a Portugal e serei a expressão daquilo que o povo português pretender de mim. Vivo o momento mais emocionante da minha vida". Uma declaração de outro exilado, o dr. Mário Soares, à "República": "Quanto mais tarde se efectuarem negociações com os movimentos de libertação pior será".

Às 0 e 23, é libertado o primeiro dos 22 presos políticos detidos no Forte de Peniche: era ele Dinis Miranda. Os últimos presos a serem libertados de um total de 39, às 3 horas, foram: "Ruy d'Espinay, de 30 anos; Filipe Aleixo, de 70 anos; Francisco Martins, de 47 anos. Vinham acompanhados por oficiais das Forças Armadas e pelos seus advogados.

De toda a parte chegam notícias das vibrantes manifestações de aplauso e adesão registadas em todo o país ao Movimento desencadeado pelas Forças Armadas. De assinalar que as manifestações, nas quais participou, em especial, a juventude estudantil e trabalhadora, decorreram com o maior civismo e sem a intervenção da P. S. P. A Imprensa de todo o mundo noticiara, com grande relevo, o êxito do Movimento e também vários porta-vozes de Governos e personalidades políticas de relevo manifestariam a sua opinião sobre os acontecimentos. A atenção com que, por toda a parte, se acompanhava a histórica fase que Portugal actualmente atravessa não deixaria de ser coroada por uma onda de entusiasmo, que ressaltava da maioria dos telegramas recebidos nas redacções dos jornais portugueses. Por sua vez, testemunhos de aplauso e incitamento das comunidades portuguesas de França, Alemanha Ocidental, Holanda e de outros países davam conta do entusiasmo e da confiança com que o triunfo do Movimento havia sido acolhido.

Entretanto, a Embaixada de Portugal em Bona (dr. Vasco Futscher Pereira), numa declaração pública, exprimiu a solidariedade daquela representação diplomática com a Junta de Salvação Nacional, presidida pelo general Spínola. Foi também pedido o apoio oeste-alemão à Junta. No Brasil, o embaixador Hermano Saraiva falou aos portugueses: "O processo que o País atravessa é pacífico, sem violências e representa um caminho em busca da solução dos seus problemas."

Numa das suas edições, noticia "República": "Estão avaliados em mais de 3 mil os agentes da extinta P.I.D.E.-D. G. S. Nos últimos dias foram presos cerca de 600.

Apenas 600, o que significa que mais de 2000 estão em liberdade. Trata-se de indivíduos altamente perigosos e, a partir de agora, não só para a integridade e liberdade das pessoas que, num regime opressivo, tinham a coragem de lutar por um Portugal melhor. Agora são sobretudo perigosos porque irão tentar sabotar, de todas as maneiras, o programa da Junta de Salvação Nacional. Urge identificá-los e denunciá-los. Eles sempre foram e continuam a ser inimigos do Povo Português. Foram eles que ajudaram a manter o regime de Salazar e Marcello Caetano. Urge identificá-los, porém, porque andam armados! Alerta-se, também, a população para a existência de milhares de informadores que completavam a rede da polícia política. Não se trata só de um legítimo ajuste de contas, mas de preservar uma liberdade que tanto tempo demorou a conquistar."

Reduzido número de elementos da extinta L. P. ee da P.I.D.E. resistiriam ainda, na manhã de sábado, entrincheirados no seu antigo quartel do castelo de São Jorge, apontando metralhadoras das janelas e ameias da fortificação para um numeroso grupo de populares que se manifestava naquela zona a exigir a sua rendição. O castelo foi prontamente cercado por forças do Regimento de Lanceiros 2, que pouco depois conseguiram a rendição dos legionários.

Um comunicado do Movimento, às 4 horas da manhã de sábado: "A Junta de Salvação Nacional comunica ao País que foram libertados das cadeias de Caxias e de Peniche todos os presos por motivos políticos após os seus processos terem sido examinados pelos seus advogados e oficiais das Forças Armadas." Ainda outro comunicado, desta vez da Região Militar do Porto:

"O Comando das Forças do Exército e da Região Militar do Porto dá conhecimento de que, por razões de segurança, ocupou as instalações da Legião, apossando-se de todo o material de guerra ali existente, e dissolveu a organização da D. G. S. do Porto, ocupando o seu edifício, libertando os cidadãos ali encarcerados como presos políticos, com excepção de um único, que, por acusação de delito comum, fica ao cuidado das Forças Armadas até justa decisão judicial. Entretanto, averiguou-se que os agentes da D. G. S. eram 68 (65 homens e 3 mulheres). Os presos que se encontravam na D. G. S. do Porto eram 9. Oito tiveram liberdade imediata e o único a que se refere o comunicado e que ficou ao cuidado das Forças Armadas saiu acompanhado já pelo seu advogado."

Forças da Junta de Salvação atacam, a meio da manhã de sábado, as dependências da Escola Técnica da D. G. S., em Sete Rios. São apreendidos, intactos, os ficheiros e uma lista com o número de telefones de vários agentes. A "Sala dos Trofeus" deixou surpreendidos todos os oficiais e os dois jornalistas que ali penetraram. Num armário, vários frascos, em cujos rótulos se lia: "Iodo metálico em palhetas", "Benzidine", "Tintura de graico", "Terembitina", "Bezendina" e "Negro de fumo". Num dos compartimentos e com "dossier" fotográfico, estavam documentadas diversas formas de tortura.

Na sala de aula podiam ver-se engenhos explosivos, livros armadilhados, gravadores dissimulados, projécteis envenenados, instrumentos de tortura e sebentas sobre várias matérias, desde a guerra subversiva até à psicológica, passando pela doutrinação política, a higiene tropical, a lei orgânica da D. G. S. e exemplares policopiados da "Carta a Garcia". A escola dispunha ainda de uma bem documentada biblioteca, que inclui obras de Lenine, Engels, Marx, Staline, Gramsci, Garaudy, Naville, etc., e colecções das revistas "Les Temps Modernes", "L'Esprit", "La Pensée", "Critique" e muitas outras.

Na parede, um quadro reproduzia um poema escrito pelo prof. Salazar, realçando, em nota, "ter sido escrito pelo ilustre Chefe do Governo Português quando tinha, apenas, 10 anos".

É revelada a identidade das três pessoas assassinadas por elementos da D. G. S. aquando do cerco à sede daquela corporação, na Rua António Maria Cardoso. São elas José James Harteley Barnetto, de 37 anos, casado, natural de Vendas Novas e morador na Avenida João Branco Núncio, 7, primeiro, direito em Vendas Novas; Fernando Luís Barreiros dos Reis, de 24 anos, natural de Lisboa, soldado da I Companhia Disciplinar, em Penamacor; e João Guilherme Rego Arruda, de 20, estudante, natural dos Açores, morador na Avenida Casal Ribeiro, 21, quinto. A estes junta-se mais outra vítima: Manual Cândido Martins da Costa, que aparentava 40 anos.

Os médicos, empregados de escritório e estudantes procuram organizar-se ao mesmo tempo que dão incondicional apoio ao Movimento das Forças Armadas. Os primeiros apontam para a necessidade de um verdadeiro sindicalismo médico; um grupo de meia centena de sócios do Sindicato dos Empregados de Escritório do Distrito de Lisboa ocupa a sede do organismo e expulsa a antiga direcção e o mesmo acontece com os trabalhadores ferroviários, destituindo a direcção sob a alegação de se encontrar ao serviço das entidades patronais. Estudantes do Instituto Superior Técnico, por sua vez, aprovam três propostas: a primeira, de adesão aos princípios gerais anunciados pela Junta de Salvação Nacional; a segunda refere-se à execução de um programa associativo; a terceira, de "exigência de demissão" do prof. Veiga Simão, apontado como provável ministro da Educação do novo Governo.

Populares distribuindo alimentos a soldados e marinheiros

Simultaneamente, as associações de estudantes convocam reuniões gerais e algumas delas reabrem as suas portas, enquanto mais de uma centena de actores, encenadores e outras individualidades ligadas às actividades teatrais assinam um documento a apoiar o programa da Junta de Salvação Nacional nos "pontos referentes à abolição do exame prévio e da censura", esperando "poder, desde já, exercer a sua actividade profissional e artística em condições de que estão privados desde 1926". Um pedido de demissão: a da direcção da secção do Norte do Sindicato dos Arquitectos, justificada pela necessidade de repensar a sua existência em termos dignos.

"A RTP é tida como um dos mais importantes meios postos ao serviço do Povo Português e deve servi-lo com exemplar cuidado e escrúpulo, contribuindo para a sua livre informação, recreio e progresso cultural", afirma-se no primeiro comunicado do delegado "ad hoc" do Movimento das Forças Armadas para a Radiotelevisão Portuguesa, capitão Teófilo Bento, distribuído a todo o pessoal da RTP.

"O Seculo" noticia: "A multidão que aos primeiros minutos do dia de hoje (28) não arredava pé das cercanias do edifício onde funcionava o extinto jornal "Época" assistiu entusiasmada ao arrancar das letras de metal que encimavam a porta principal daquele matutino. A operação foi efectuada por elementos do corpo redactorial. Alguns minutos depois, um oficial do Exército assomava a uma das janelas e anunciava ao público que os principais elementos daquele jornal tinham aderido ao Movimento das Forças Armadas e que iria ser reeditado com uma modificação no título."

O novo director é o jornalista José Manuel Pintassilgo, ex-chefe da redacção da "Época", o qual foi nomeado pelo general António de Spínola.

Regressam a Lisboa os generais Bettencourt Rodrigues e Tello Poleri, o primeiro demitido do cargo de governador e comandante-chefe das Forças Armadas da Guiné, e o segundo, ex-secretário de Estado da Aeronáutica, surpreendido pelo Movimento quando em visita de trabalho ao território angolano. Ao mesmo tempo é feita a transmissão de poderes em todos os territórios do Ultramar e em muitos pontos verificam-se manifestações de regozijo.

Relativamente a uma notícia publicada nalguns jornais, a Junta de Salvação Nacional divulga na noite de sábado o seguinte esclarecimento:

"1 — A D. G. S. está extinta;

"2 — As Forças Armadas são assessoradas, no arrolamento dos bens daquela extinta D. G. S., pelo sr. Coelho Dias, seu ex-inspector superior."

DIA 28 DE ABRIL

Abrem ao tráfego, a partir das 6 horas, os aeroportos de Lisboa, Porto e Faro, para voos comerciais, internacionais e domésticos. É anunciada a reabertura dos bancos (exclusivamente para pagamento de salários) na segunda e na terça-feira, à tarde.

O primeiro país que anuncia, oficialmente, o reconhecimento da Junta de Salvação Nacional, presidida pelo general António de Spínola, é o Brasil. Com efeito, o Ministério das Relações Exteriores difunde, em Brasília, um breve comunicado a assinalar oficialmente a posição do Governo brasileiro em relação ao Movimento das Forças Armadas.

Editorial do Telejornal da RTP, difundido na véspera, e reproduzido pela Imprensa diária no dia seguinte:

"Já por mais de uma vez aqui se destacou o carácter de excepção do Movimento das Forças Armadas Portuguesas que derrubou o Governo.

Não há, efectivamente, em todo o mundo, exemplo anterior de um golpe de Estado assim, em escassas 24 horas, sem sangue, sem estados de sítio, sem recolher obrigatório, sem retaliações pessoais. Derrubou-se um regime de mais de 40 anos, superdefendido por estruturas que quase todos julgávamos de pedra e cal.

Também já aqui referimos, repetidamente, o espantoso exemplo de civismo dado pelo povo português nessas horas de dúvida, de incerteza, de angústia, até. Os apelos que então se fizeram à calma e à manutenção da ordem foram inteira e prontamente correspondidos por toda a gente. Pudemos, assim, dar ao mundo um belo exemplo de maturidade cívica de povo consciente e idóneo.

Mas agora, que a vitória do bom senso, da justiça e da verdade está consumada é que mais necessário se torna manter disciplinarmente a ordem das primeiras horas. Mais do que nunca, os homens desta gloriosa arrancada do novo Portugal precisam de paz de espírito para poderem levar por diante a bela obra que se propuseram.

E, no entanto, quando nada o justifica, agora é que aqui e ali se registam excessos populares de agitação que não beneficiam ninguém e prejudicam todos.

Cada minuto de cada dia é importante para pensar e executar toda a reestruturação que se impõe e todos desejamos rápida. Não vamos, pois, perturbar com preocupações perfeitamente evitáveis esse imenso trabalho de quem nos quer ver governados.

Tenhamos, portanto, bom senso. Cada um de nós é um bocado de Portugal; por isso, cada um de nós tem obrigação de judar a obra colectiva de progresso e amor que terá de ser moldada com ideias sãs, despidas de ódio e de rancor.

Que ninguém queira fazer justiça por suas próprias mãos. A justiça que houver a fazer, e certamente se fará, é trabalho para juízes e tribunais. Nós, povo, vamos esperar pacientemente e cheios de fé uma fé que nada pode esmorecer, agora.

Vamos fazer um Portugal novo, mas em paz, em ordem e com civismo.

Dignidade e bom senso é, pois, o que a Junta de Salvação Nacional pede aos portugueses. E abstenham-se, mesmo, de bem intencionadas e generosas manifestações colectivas de regozijo e apoio.

A hora é de festa mas não é para festas. Vamos trabalhar!"

Também a seguinte nota do "Jornal Sonoro" da E. N. é reproduzida:

"O Movimento Militar triunfante, que restaurou as liberdades fundamentais dos portugueses, fê-lo sem derramamento de sangue, num exemplo magnífico de acendrado patriotismo, de elevado civismo.

Cabe-lhe, pois, a autoridade moral para pedir o respeito pela ordem e a

tranquilidade públicas a quantos parece quererem trocar a entrega dessa almejada liberdade pelo abuso apaixonado de liberdades indesejáveis.

A Junta de Salvação Nacional, intérprete fiel do Movimento resgatador, espera que essas atitudes lamentáveis não contribuam para desvirtuar os patrióticos objectivos que estiveram e estão nas suas intenções.

O momento é de unidade e de calma, já que só numa e noutra poderá construir-se o Portugal do futuro, que o general Spínola nos oferece."

O advogado Mário Soares, secretário-geral do Partido Socialista Português, regressa do seu longo exílio em França, na companhia do dr. Francisco Ramos Costa e do eng. Tito de Morais, membros dirigentes daquele partido político. Uma enorme multidão de muitos milhares de pessoas recebe, em Santa Apolónia, o líder socialista. Nas suas declarações e antes de se encontrar com o general Spínola, afirma que o "momento não é de rivalidades partidárias, mas de unidade democrática".

No Palácio da Cova da Moura também estiveram, entre outros os drs. Sá Carneiro e Pereira de Moura. Entrevistado por uma emissora estrangeira de televisão, este último afirmou que aceitava trabalhar com Mário Soares, caso o dirigente político viesse a formar Governo.

Intensificam-se entretanto as conversações da Junta com os delegados dos mais representativos movimentos políticos, o que parece traduzir o propósito de se concluir rapidamente o processo de constituição do Governo, nele devendo pesar, também, a necessidade de entregar os ministérios aos novos responsáveis, tendo sobretudo em consideração o facto de esses departamentos, embora com os serviços a funcionar normalmente, estaram apenas a manter, sob a orientação dos respectivos secretários-gerais, a rotina administrativa.

A Junta de Salvação Nacional anuncia, entretanto, que, por escolha do Movimento das Forças Armadas, foram nomeados para os cargos de chefes dos Estados-Maiores da Armada, do Exército e da Força Aérea, respectivamente, o capitão-de-mar-e-guerra José Baptista Pinheiro de Azevedo (para o efeito promovido ao posto de vice-almirante), o brigadeiro Jaime Silvério Marques (promovido a general) e o general Manuel Diogo Neto, da Aeronáutica.

O Palácio da Independência, no Largo de São Domingos, sede da extinta organização da M. P., é assaltado, na tarde de domingo, por manifestantes que pretendiam transformar o edifício na sede da C. D. E. Membros da Comissão Executiva da C. D. E. colocaram grandes cartazes nas varandas do edifício com o emblema utilizado por aquele movimento e com os "slogans" já usados na última campanha eleitoral. Foi entretanto sugerido que o mesmo fosse oferecido às Forças Armadas.

No primeiro domingo do Movimento, aas Forças Armadas continuaram a prender indivíduos que pertenciam à extinta Direcção-Geral de Segurança. Chegaram a ser disparados tiros, cuja procedência nem sempre foi apurada. A Junta divulgou entretanto um comunicado em que se afirmava: "A todos os elementos da Direcção-Geral de Segurança e Legião Portuguesa que ainda não se entregaram, pede-se a sua apresentação voluntária nas unidades militares mais próximas, a fim de evitarem represálias por parte dos elementos da população que se mostrem mais exaltados. A todos os elementos da população aconselha-se a maior calma para que tudo continue a processar-se dentro da ordem e civismo que constituem apanágio das Forças Armadas."

No meio estudantil e sindical intensificam-se as reuniões e as assembleias magnas. Em Coimbra, nomeadamente, o reitor e o vice-reitor da Universidade entregaram, no domingo, a um representante da Comissão Pró-Reabertura da Associação Académica, as chaves do edifício administrativo da associação, encerrada desde 1971.

Reabrem outras associações em todo o País, ao mesmo tempo que se distribuem convocatórias em profusão para reuniões de todos os sectores interessados. A TV funciona pela primeira vez como meio de comunicação directa com o objectivo de convocar os sectores de trabalho e estudantis. No bairro da Boavista (Lisboa), cerca de mil pessoas que moravam em barracas ou casas superlotadas, ocupam 220 habitações da Câmara Municipal de Lisboa.

Outro país reconhece o novo regime português: a África do Sul. O reconhecimento seguiu-se imediatamente a uma diligência oficial de Lisboa para informar Pretória da mudança do Governo, revelou Hilgard Muller, ministro dos Negócios Estrangeiros sul-africano. ■

A PREPARAÇÃO DO MOVIMENTO

A preparação do Movimento das Forças Armadas continua ainda, parcialmente, envolta num manto de segredo. Poucos são os pormenores conhecidos e sobre o desenvolvimento e a estratégia operacionais mantêm-se compreensível sigilo. No entanto, um dos oficiais, capitão Teófilo Bento, deu a conhecer alguns dos aspectos do Movimento e dos seus antecedentes, num contacto que teve com os jornalistas logo depois da consolidação do golpe militar.

Assim, identificando, imediatamente, o movimento actual com a tentativa das Caldas da Rainha, aquele oficial pormenorizou a sua organização em termos que resumimos: o primeiro golpe falhou, porque o tempo para o organizar foi demasiado curto. Quer dizer: não seria por falta de apoio das diversas unidades espalhadas pelo País que a revolta sucumbiria — tão-somente a falta de organização levou ao malogro. E acentuaria o capitão Teófilo Bento:

"Pois, foi sobre os erros da primeira manobra que construímos a vitória de hoje. As unidades foram contactadas e, não há dúvida, a adesão garantia-nos o êxito. Mais: aos oficiais do quadro, juntamos, em trabalho paralelo, oficiais milicianos, que estiveram sempre à altura da sua missão. Reuniões sucessivas foram-nos permitindo montar o esquema, através de comissões coordenadoras.

Para se ajuizar do segredo que rodeou a operação, diga-se que mais de 200 pessoas estavam na posse dele; e tudo correu sem uma falha. De segunda para terça, ultimaram-se preparativos; de terça para quarta, confirmaram-se; e na noite histórica de quarta para quinta-feira parecia-nos que a marcha vitoriosa seria irreversível."

P.I.D.E.-D.G.S.: ÚLTIMO REDUTO DO REGIME FASCISTA

O último reduto importante do regime fascista que dominava o País há 48 anos — a sede da D. G. S. — caiu na sexta-feira, às 9 e 30, após um cerco que durava desde a véspera. A D. G. S. — Direcção-Geral de Segurança (nome que Marcelo Caetano deu à P. I. D. E. — Polícia Internacional e de Defesa do Estado, em 1969, no âmbito da sua política de "evolução na continuidade"), rendeu-se sem condições a uma força de Fuzileiros Navais comandada pelo tenente Melo Saigão.

Ao fim da tarde de quinta-feira, mais de um milhar de pessoas reunidas no Rossio dirigiram-se pela Rua do Ouro até ao Terreiro do Paço, concentrando-se em frente

Agentes da P. I. D. E.-D. G. S., capturados por elementos das Forças Armadas

Na Rua António Maria Cardoso, após a rendição da P. I. D. E.-D. G. S.

dos ministérios do Interior e do Exército, aos gritos de "Guerra do Povo à Guerra Colonial" e de "Morte à P.I.D.E., assassinos". Posteriormente, muitos dos manifestantes (algumas centenas, segundo os melhores cálculos) subiram a Calçada de São Francisco, em direcção à sede da D. G. S., na Rua António Maria Cardoso.

Verificando que o edifício ainda se não encontrava cercado pelas forças do Exército, os manifestantes aproximaram-se ameaçadoramente. Foi então (eram 19 e 42) que de uma das janelas do edifício partiram rajadas de pistola-metralhadora. Os projécteis atingiram várias pessoas: registaram-se, pelo menos, três mortos e dezenas de feridos. Pouco depois, e aclamado pela multidão, compareceu um esquadrão de Cavalaria (Regimento de Cavalaria 3, aquartelado em Estremoz), que tomou posições nas ruas de acesso à sede da D. G. S. (Rua António Maria Cardoso e Rua Duques de Bragança).

Entretanto, a multidão continuou a crescer e insistia com os soldados para que assaltassem o objectivo. Antes das 21 e 30, um agente daquela "polícia política" saiu para a rua e dirigiu-se para as forças militares. Encostado a uma parede, começou a ser revistado, enquanto a multidão pedia para que o matassem. Perdendo a calma, aquele agente da D. G. S. procurou fugir, correndo desesperadamente: foi abatido por uma rajada de G-3. Chamava-se António Lage e tinha 32 anos.

Durante a noite, mais agentes saíram do edifício da Rua António Maria Cardoso, alguns entregando-se, outros tentando passar despercebidos. Segundo foi divulgado, seria de dezasseis o total de agentes presos pelos militares, na noite de quinta-feira e na madrugada de sexta. A última prisão verificou-se às 9 e 15, no Largo do Chiado. Os fuzileiros (que entretanto haviam tomado posições no cerco à sede da D. G. S.) capturaram o agente, encostaram-no à parede da igreja do Loreto e revistaram-no, retirando-lhe uma pistola Walter, em cujo coldre estava escrito, com esferográfica, o nome de P. Manuel.

Elementos das Forças Armadas junto da sede da P. I. D. E.-D. G. S.

Um aspecto da garagem da sede da P. I. D. E.-D. G. S.

Soldados fazem buscas nas caves da P. I. D. E.-D. G. S.

Feridos em consequência do disparo de rajadas de pistolas-metralhadoras, feito por elementos da P. I. D. E.-D. G. S., na Rua António Maria Cardoso

A RENDIÇÃO

A rendição operou-se na presença de elementos dos Fuzileiros Navais e do Exército (Regimento de Infantaria 1), depois de terem sido enviados ao interior dois agentes da P.I.D.E.-D.G.S., presos anteriormente pelas Forças Armadas e que levavam como missão convencer os "entricheirados" a renderem-se sem condições, o que aconteceu minutos depois. Anteriormente, o general Spínola entrara em contacto telefónico com o director-geral de Segurança, major de Engenharia Silva Pais, a responsabilizá-lo por tudo quanto acontecesse, no caso de resistência. Por outro lado, o Movimento das Forças Armadas aconselhava repetidamente, através da rádio, os elementos das forças militarizadas do regime derrubado (D. G. S. e Legião Portuguesa, nomeadamente) a não resistirem às Forças Armadas.

Segundo foi divulgado, encontravam-se no edifício de 400 a 500 elementos da referida polícia política. Alguns conseguiram ainda fugir. No total, teriam ficado em liberdade cerca de 2 mil, constituindo um perido iminente para a população. Assinala-se, no entanto, que muitos foram presos (ou apresentaram-se voluntariamente) nos dias seguintes. Entre estes, conta-se o major Fernando Eduardo da Silva Pais, que, desde há cerca de 10 anos, exercia funções de direcção da "polícia política", primeiro como director da P. I. D. E. (extinta em 1969) e, depois, como director-geral de Segurança; foi preso no sábado, às 22 horas, no seu domicílio, à Rua de Moçambique, onde já se encontrava desde quinta-feira em regime de detenção domiciliária.

Os elementos da D. G. S. detidos encontram-se na prisão de Caxias que anteriormente lhes estava confiada.

A sede da Rua António Maria Cardoso constituía objectivo importante no plano gizado pelo Movimento das Forças Armadas. O seu arquivo é sem dúvida, precioso para se fazer a história do regime fascista português. Mas também é verdade que o edifício estava transformado num verdadeiro depósito de armas e munições — o bastante para armar (bem) três companhias. Em visita "guiada" por um primeiro-tenente da Armada e por um aspirante miliciano do Exército, os jornalistas puderam ver centenas de armas, desde a velha Mauser à mais moderna espingarda automática, passando pela metralhadora Madsen. Havia ainda granadas de mão e milhares de munições.

A visita permitiu ainda apreciar a dimensão do edifício, a decoração (luxuosa em algumas salas) e o bom serviço de apoio existente (bares, cozinhas, etc.). Por outro lado, chamou particularmente a atenção dos jornalistas a quantidade de material que o anterior Ministério do Interior considerava "pornográfico" ■

CAXIAS E PENICHE: LIBERTAÇÃO PARA TODOS OS PRESOS POLÍTICOS

Após a vitória do Movimento das Forças Armadas, a Junta de Salvação Nacional começou logo a concretizar os primeiros dos objectivos anunciados no seu programa, com o País praticamente em calma, embora a destruição dos últimos focos de resistência (D. G. S. e L. P.) não deixasse de provocar certas alterações.

Assim, depois das nomeações para alguns cargos militares, a Junta de Salvação Nacional libertou todos os presos políticos que se encontravam nas prisões da P. I. D. E.-D. G. S., nomeadamente em Caxias e Peniche.

Os presos políticos que se encontravam em Caxias começaram a ser libertados à meia-noite e 30 de sábado, depois de uma comissão constituída por advogados ter desenvolvido diversos contactos com as autoridades militares no sentido de se definir "crime político". Constituíram essa comissão os advogados Manuel João da Palma Carlos, Francisco Salgado Zenha, José Manuel Galvão Teles, Francisco Sousa

O delegado da J. S. N. que levou a ordem de libertação de todos os presos políticos à cadeia de Caxias

Tavares, Jorge Sampaio, Xencora Camotim, Vítor Wengorovius e José Augusto Rocha. Todos estes advogados tinham constituintes presos naquela cadeia. Integraram ainda a comissão elementos da C. D. E. e da Comissão Nacional de Apoio aos Presos Políticos.

Os contactos desta comissão com o comandante das forças militares, coronel Mário Abrantes da Silva (que tinha um filho, Mário Carneiro Abrantes da Silva, estudante, preso há catorze meses) multiplicaram-se, havendo sempre grande compreensão de parte a parte.

As negociações entre os representantes da Junta de Salvação Nacional, tenente-coronel Dias Lima e major Vargas, com os advogados dos presos detidos em Caxias teve o seu momento máximo às 23 e 30, com a chegada àquela cadeia do tenente Nunes, que era portador da ordem de libertação de todos os presos ali retidos.

Foram libertadas 83 pessoas, incluindo 4 que se encontravam nos hospital-prisão:

Hermínio da Palma Inácio, José Manuel Tengarrinha, Marcos Rolo Antunes, Maria Helena Vasconcelos Nunes Vidal, Nuno Teotónio Pereira, Mário Ventura Henriques, Figeiredo Filipe, Mateus Branco, António Luís Cotri, José Alberto Costa Carvalho, Fernando Pinheiro Correia, Vítor Manuel Caetano Dias, Maria Helena Neves, Joaquim Gorjão Duarte, José Manuel Martins Estima, Pedro Mendes Fernandes, Alberto Rodrigues Filipe, José Ferreira Fernandes, Orlando Bernardino Gonçalves, Norberto Vilaverde Isaac, Manuel Miguel Judas, Albano Pedro Gonçalves Lima, Vitor Serra Lopes, José Rebelo dos Reis Lamego, Carlos Manuel Simões Manso, Horácio Crespo Pedrosa Faustino, Armando Mendes, António Pinheiro Montero, Maria Elvira Barreira Ferreira Maril, Liliana de São José Teles Palhinhas, António Manso Pinheiro, João Duarte Pereira, Eugénio Manuel Ruivo, Maria Rosa Pereira Marques Penim Redondo, Fernando José Penim Redondo, Fernando Domingues Roque, Miguel António Jasmins Pereira Rodrigues, José Luís Saldanha Sanches, Ezequiel de Castro e Silva, Manuel Gomes Serrano, João Pedro de Lemos Santos Silva, Carlos Manuel Oliveira Santos, José Adelino da Conceição Duarte, Acácio Frajono Justo, Rafael dos Santos Galego, Ramiro Antunes Raimundo, Margarida Alpoim Aranha, Luís Manuel Vítor dos S. Moita, Maria Vítor Moita, Manuel Policarpo Guerreiro, Maria Fernanda Dâmaso de Almeida Marques Figueiredo, Manuel Martins Felizardo, João Filipe Brás Frade, Joaquim Brandão Osório de Castro, Fernando da Piedade Carvalho, Carlos Alberto da Silva Coutinho, Maria de Fátima Pereira Bastos, Maria Rodrigues Morgado, Carlos Biló Pereira, Fernando Nunes Pereira, Ernesto Carlos Conceição Pereira, António Vieira Pinto, António Manuel Gomes Rocha, José Casimiro Martins Ribeiro, Henrique Manuel P. Sanchez, Mário Abrantes da Silva, José Oliveira da Silva, Amado de Jesus Ventura Silva, Manuel José Coelho S. Abraços, Manuel dos Santos Guerreiro, Maria Manuela Soares Gil, Luís Filipe Rodrigues C. Guerra, João Boitout de Resende, Álvaro Monteiro Rodrigues Pato, Ramiro Gregório Amendoeira, Vitor Manuel Jesus Rodrigues, Abel Henriques Ferreira, Ivo Bravo Brcinovic, José Alves Tavares Magro (preso há vinte anos), António Dias Lourenço, Rogério Rodrigues Carvalho e Miguel Camilo.

FORTE DE PENICHE

Durante a madrugada de sábado, foram igualmente libertados todos os presos políticos que se encontravam no forte de Peniche. Três deles — Francisco Martins Rodrigues, Rui d'Espinay e Filipe Aleixo — só tiveram liberdade definitiva às 20 e 45 do mesmo dia, depois de terem estado com residência fixa. O facto decorre da definição de "crimes políticos", tal como aconteceu em Caxias: também aqui aquela definição foi estabelecida por umà comissão de advogados.

É a seguinte a lista dos prisioneiros que o Movimento das Forças Armadas libertou de Peniche:

Dos primeiro e segundo pisos do pavilhão B (que estavam unidos) e acusados de pertencerem às organizações Comité Marxista-Leninista Português, O Comunista, M. R. P. P., O Bolchevista, Comités Comunistas Revolucionários (M.-L.), L. U. A. R., Frente Patriótica de Libertação

Presos políticos na cadeia de Caxias, à espera que o delegado da Junta de Salvação Nacional lhes abra, finalmente, as grades da prisão

Hermínio da Palma Inácio, militante da L. U. A. R., à saída da cadeia de Caxias, onde estava detido desde Novembro último

José Manuel Tengarrinha, depois de ter sido libertado da prisão de Caxias

Nacional e Comités Revolucionários Marxistas-Leninistas, Francisco Martins Rodrigues, Rui d'Espinay, João Pulido Valente, José Eurico Bernardo Fernandes, José Brasido Palma, Carlos Cardoso Gonçalves, Licínio Pereira da Silva, Raul Domingos Caixinhas, António Cândido Coutinho, Rui Benigno Paulo da Cruz, José Manuel Caneira Iglésias, Sebastião Lima Rego, Carlos António Gonçalves Tomás, Rui Teives Henriques, Pedro Campos Alves, Luís Filipe Fraga da Silva, Luís Miguel Vilã, João Pedro Mendes da Ponte, João Duarte de Carvalho, António Metelo Perez, Nélson Rosário dos Anjos, Carlos Saraiva da Costa.

Do terceiro piso do pavilhão B da prisão-forte de Peniche saíram os seguintes presos, acusados de pertencerem ao Partido Comunista Português e à L. U. A. R.:

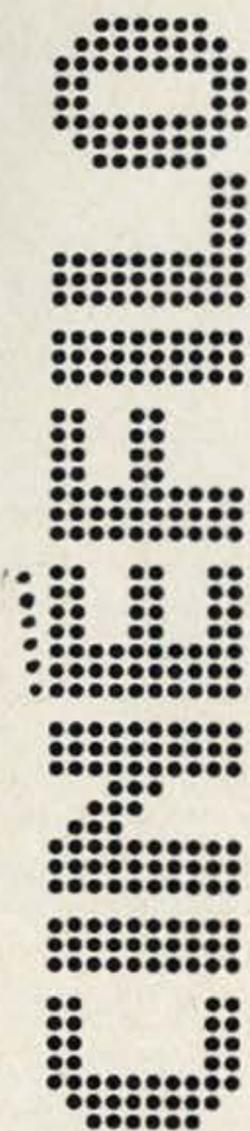
Ângelo Veloso, Dinis Miranda, Manuel Pedro, António Gervásio, Manuel Drago, Carlos Domingos Soares da Costa, Horácio Rufino, José Pedro Correia Soares, Filipe Viegas Aleixo, Francisco Manuel Cardoso Braga Viegas, José Simões de Sousa, Garcia Neto e Joaquim Duarte (Alfaiate). ■

TESTEMUNHO DO NOSSO CAMARADA DE REDACÇÃO FIGUEIREDO FILIPE

"O 25 DE ABRIL" VIVIDO EM CAXIAS

O José João Louro costuma ser (às vezes) um pouco exagerado. Mas que diabo! Ali não podia haver exagero. Ou eu sonhava (ou delirava) ou então era verdade. Algo tinha acontecido de muito bom. Sim, porque não é assim impunemente que alguém (mesmo o José João Louro) entra em Caxias, cravo vermelho na lapela com gritos de "Vitória! Vitória! É malta, ganhámos, visto ser tudo libertado", não, nem mesmo o Louro seria capaz disso. Havia qualquer coisa. Havia para além da então possível libertação mais ou menos imediata o findar de algumas horas de angústia. De uma angústia que não provinha propriamente do facto de estar preso, pois que já ali me encontrava há oito dias, mas sim do que poderia estar a acontecer, do que estava certamente a acontercer e que tinha começado a adivinhar na véspera, acontecimento que, para os que estavam cá fora, poderia ser formidável, mas que para mim, para nós, os que nos encontrávamos ali, em Caxias, apenas poderia servir para nos tirar o sono...

Seriam cinco, seis horas da tarde? Não o posso dizer. Quando havia sol ainda fazia um cálculo — na cela do isolamento, sem jornais, sem nada, temos de inventar entretenimentos. O meu foi "arranjar" um relógio de sol, vendo o rodar da sombra das grades duplas que decoravam o meu novo "apartamento". De qualquer maneira, a tarde já ia adiantada quando vi surgir os guardas-republicanos de capacete de aço e em número superior aos dois habituais. Alguns, transportavam metralhadoras ligeiras que não cheguei a ver onde as colocaram. Algo, pois, se passava, a quebrar a rotina do dia-a-dia em Caxias (para além dos "passeios" mais ou menos inesperados

(Continua na pág. 33)

LEIA O

livros leitura

UM SOCIALISMO DO POSSÍVEL
François Mitterrand

As atenções políticas de todo o mundo centram-se nas eleições para a presidência da república em França. François Mitterrand candidato da esquerda unida, aborda na entrevista (1970) que este livro reproduz temas delicadas e não especificamente franceses, como os caminhos da passagem para o socialismo, a luta de classes, o imperialismo, as liberdades democráticas, a autogestão, o planeamento e o mercado, etc.

Preço: 55$00
MORAES

AS MULHERES ASSALARIADAS
Trabalho organizado pela CGT (França)

Se outrora o patronato podia, conforme as suas necessidades, empregar e despedir a mão-de-obra feminina e fazer dela um meio de divisão — ora chamando a mulher ao trabalho, ora fazendo a apologia da mulher no lar — doravante as coisas são diferentes. As mulheres trabalhadoras através da sua participação no trabalho social, única fonte de riqueza, e pelo facto de comunicando a vida, assegurarem a sobrevivência da humanidade, atingiram a consci encia de que desempenham uma função social eminente.

Preço: 50$00
ESTAMPA

PROFESSORES: QUE VENCIMENTOS?
António Teodoro

Entre as causas da desvalorização da função docente, é indicada como básica o baixo salário do professor. Só, pois, com um aumento generalizado dos vencimentos e a unidade de todos os professores pelo direito de associação, será possível a revalorização daquela função.

Preço: 35$00
EDIÇÃO DO AUTOR

02.06

PROCLAMAÇÃO DO MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

"Considerando que, ao fim de treze anos de luta em terras do Ultramar, o sistema político vigente não conseguiu definir, concreta e objectivamente, uma política ultramarina que conduza à paz entre os Portugueses de todas as raças e credos;

"considerando o crescente clima de total afastamento dos Portugueses em relação às responsabilidades políticas que lhes cabem como cidadãos, em crescente desenvolvimento de uma tutela de que resulta constante apelo a deveres com paralela degeneração de direitos;

"considerando a necessidade de sanear as instituições, eliminando do nosso sistema de vida todas as ilegitimidades que o abuso do Poder tem vindo a legalizar;

"considerando finalmente que o dever das Forças Armadas é a defesa do País, como tal se entendendo também a liberdade cívica dos seus cidadãos;

"o Movimento das Forças Armadas, que acaba de cumprir com êxito a mais importante das missões cívicas dos últimos anos da nossa História, proclama à Nação a sua intenção de levar a cabo, até à sua completa realização, um programa de salvação do País e de restituição ao Povo Português das liberdades cívicas de que vem sendo privado. Para o efeito, entrega o Governo a uma Junta de Salvação Nacional, a quem exige o compromisso, de acordo com as linhas gerais do Programa do Movimento das Forças Armadas, que, através dos órgãos informativos, será dado a conhecer à Nação, de no mais curto prazo consentido pela necessidade de adequação das nossas estruturas, promover eleições gerais de uma Assembleia Nacional Constituinte, cujos poderes, por sua representatividade e liberdade na eleição, permitam ao País escolher livremente a sua forma de vida social e política.

"Certos de que a Nação está connosco e que, atentos aos fins que nos presidem, aceitará de bom grado o governo militar que terá de vigorar nesta fase de transição, o Movimento das Forças Armadas apela para a calma e civismo de todos os Portugueses e espera do País adesão aos poderes instituídos em seu benefício.

"Saberemos deste modo honrar o Passado no respeito pelos compromissos assumidos perante o País e por este perante terceiros. E ficamos na plena consciência de haver cumprido o dever sagrado da restituição à Nação dos seus legítimos e legais poderes. VIVA PORTUGAL!"

Programa do Movimento das Forças Armadas

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E PENSAMENTO SOB QUALQUER FORMA

Na madrugada de 26 de Abril — o primeiro dia no Poder do Movimento das Forças Armadas —, durante uma conferência de Imprensa, no quartel de Engenharia 1, na Pontinha, é revelado ao País o programa de actuação da Junta de Salvação Nacional, no qual se enumeram as medidas a adoptar, imediatamente ou a curto prazo. Documento histórico que aqui também transcrevemos:

"Considerando que, ao fim de treze anos de luta em terras do Ultramar, o sistema político vigente não conseguiu definir, concreta e objectivamente, uma política ultramarina que conduza à paz entre os portugueses de todas as raças e credos;

Considerando que a definição daquela política só é possível com o saneamento da actual política interna e das suas instituições, tornando-as, pela via democrática, indiscutidas representantes do povo português;

Considerando, ainda, que a substituição do sistema político vigente terá de processar-se sem convulsões internas que afectem a paz, o progresso e o bem-estar da Nação;

O Movimento das Forças Armadas Portuguesas, na profunda convicção de que interpreta as aspirações e interesses da esmagadora maioria do povo português e de que a sua acção se justifica plenamente;

Em nome da salvação da Pátria, e fazendo uso da força que lhe é conferida pela Nação através dos seus soldados, proclama e compromete-se a garantir a adopção das seguintes medidas, plataforma que entende necessária para a resolução da grave crise nacional que o País atravessa:

A) MEDIDAS IMEDIATAS

1) Exercício do Poder político por uma Junta de Salvação Nacional, até à formação, a curto prazo, de um Governo provisório civil. A escolha do presidente e do vice-presidente será feita pela própria Junta;

2) A Junta de Salvação Nacional decretará:

a) A destituição imediata do Presidente da República e do actual Governo e a dissolução da Assembleia Nacional e do Conselho de Estado, medidas que serão acompanhadas do anúncio público da convocação, no prazo de 12 meses, duma Assembleia Nacional Constituinte, eleita por sufrágio universal, directo e secreto, segundo lei eleitoral a elaborar pelo futuro Governo provisório;

b) a destituição de todos os governadores civis do Continente, governadores dos distritos autónomos nas Ilhas Adjacentes e governadores-gerais nas províncias ultramarinas, bem como a extinção imediata da Acção Nacional Popular;

(1) os governos-centrais das províncias ultramarinas serão imediatamente assumidos pelos respectivos secretários-gerais, investidos nas funções de encarregados de Governo, até nomeação do novo governador-geral pelo Governo provisório;

(2) os assuntos decorrentes dos governadores civis serão despachados pelos respectivos substitutos legais, enquanto não forem nomeados novos governadores pelo Governo provisório;

c) a extinção imediata da Direcção-Geral de Segurança, da Legião Portuguesa e organizações políticas da juventude. No Ultramar, a Direcção-Geral de Segurança será reestruturada e saneada, organizando-se como polícia de informação militar, enquanto as operações militares o exigirem;

d) a entrega às Forças Armadas dos indivíduos culpados de crimes cometidos contra a ordem política instaurada, enquanto durar o período de vigência da Junta de Salvação Nacional, para instrução de processo e julgamento;

e) medidas que permitam uma vigilância e um controlo rigorosos de todas as operações económicas e financeiras com o estrangeiro;

f) a amnistia imediata de todos os presos políticos, salvo os culpados de delitos comuns, os quais serão entregues ao foro respectivo, e reintegração voluntária dos servidores do Estado destituídos por motivos políticos;

g) a abolição da censura e exame prévio;

(1) reconhecendo-se a necessidade de salvaguardar o segredo dos aspectos militares e evitar perturbações na opinião pública, causadas por agressões ideológicas dos meios mais reaccionários, será criada uma comissão "ad hoc", para controlo da Imprensa, Rádio, Televisão, Teatro e Cinema, de carácter transitório, directamente dependente da Junta de Salvação Nacional, a qual se manterá em funções até à publicação de novas leis de Imprensa, Rádio, Televisão, Teatro e Cinema pelo futuro Governo provisório;

h) medidas para a reorganização e saneamento das Forças Armadas e militarizadas (Guarda Nacional Republicana, Polícia de Segurança Pública, Guarda Fiscal, etc.);

i) o controlo de fronteiras será das atribuições das Forças Armadas e militarizadas, enquanto não for criado um serviço próprio;

j) medidas que conduzam ao combate eficaz contra a corrupção e a especulação.

B) MEDIDAS A CURTO PRAZO

1) No prazo máximo de três semanas após a conquista do Poder, a Junta de Salvação Nacional escolherá, de entre os seus membros, o que exercerá as funções de Presidente da República, que manterá poderes semelhantes aos previstos na actual Constituição;

a) os restantes membros da Junta de Salvação Nacional

assumirão as funções de chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, vice-chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, chefe do Estado-Maior da Armada, chefe do Estado-Maior do Exército e chefe do Estado-Maior da Força Aérea e farão parte do Conselho de Estado;

2) após assumidas as suas funções, o Presidente da República nomeará o Governo provisório civil, que será composto por personalidades representativas de grupos e correntes políticas e personalidades independentes que se identifiquem com o presente programa;

3) durante o período de excepção do Governo provisório, imposto pela necessidade histórica de transformação política, manter-se-á a Junta de Salvação Nacional, para salvaguarda dos objectivos aqui proclamados;

a) o período de excepção terminará logo que, de acordo com a nova Constituição política, estejam eleitos o Presidente da República e a Assembleia Legislativa;

4) O Governo provisório governará por decretos-leis, que obedecerão obrigatoriamente ao espírito da presente proclamação;

5) O Governo provisório, tendo em atenção que as grandes reformas de fundo só poderão ser adoptadas no âmbito da futura Assembleia Nacional Constituinte, obrigar-se-á a promover imediatamente:

a) a aplicação de medidas que garantam o exercício formal da acção do Governo e o estudo e aplicação de medidas preparatórias de carácter material, económico, social e cultural que garantam o futuro exercício da liberdade política dos cidadãos;

b) a liberdade de reunião e de associação. Em aplicação deste princípio, será permitida a formação de associações políticas, possíveis embriões de futuros partidos políticos, e garantida a liberdade sindical, de acordo com a lei especial que regulará o seu exercício;

c) a liberdade de expressão e pensamento sob qualquer forma;

d) a promulgação de uma nova lei de Imprensa, Rádio, Televisão, Teatro e Cinema;

e) medidas e disposições tendentes a assegurar, a curto prazo, a independência e a dignificação do Poder Judicial;

(1) a extinção dos Tribunais Especiais e dignificação do Processo Penal em todas as suas fases;

(2) os crimes cometidos contra o Estado no novo regime serão instruídos por Juízes de Direito e julgados em Tribunais Ordinários, sendo dadas todas as garantias aos arguidos. As averiguações serão cometidas à Polícia Judiciária;

6) o Governo provisório lançará os fundamentos de:

a) uma nova política económica posta ao serviço do povo português, em particular das camadas da população até agora mais desfavorecidas, tendo como preocupação imediata a luta contra a inflação e a alta excessiva do custo de vida, o que necessariamente implicará uma estratégia antimonopolista;

b) uma nova política social que, em todos os domínios, terá essencialmente como objectivo a defesa dos interesses das classes trabalhadoras e o aumento progressivo, mas acelerado, da qualidade de vida de todos os portugueses;

7) o Governo provisório orientar-se-á, em matéria de política externa, pelos princípios da independência e da igualdade entre os Estados, da não ingerência nos assuntos

internos dos outros países e da defesa da paz, alargando e diversificando relações internacionais com base na amizade e cooperação;

a) o Governo provisório respeitará os compromissos internacionais decorrentes dos tratados em vigor;

8) a política ultramarina do Governo provisório, tendo em atenção que a sua definição competirá à Nação, orientar-se-á pelos seguintes princípios:

a) reconhecimento de que a solução das guerras no Ultramar é política e não militar;

b) criação de condições para um debate, franco e aberto, a nível nacional, do problema ultramarino;

c) lançamento dos fundamentos de uma política ultramarina que conduza à paz.

C) CONSIDERAÇÕES FINAIS

1) Logo que eleitos pela Nação a Assembleia Nacional Constituinte e o novo Presidente da República, será dissolvida a Junta de Salvação Nacional e a acção das Forças Armadas será restringida à sua missão específica de defesa externa da Soberania Nacional;

2) O Movimento das Forças Armadas, convicto de que os princípios e os objectivos aqui proclamados traduzem um compromisso assumido perante o País e são imperativo para servir os superiores interesses da Nação, dirige a todos os portugueses um veemente apelo à participação sincera, esclarecida e decidida na vida pública nacional e exorta-os a garantirem, pelo seu trabalho e convivência pacífica, qualquer que seja a posição social que ocupem, as condições necessárias à definição, em curto prazo, de uma política que conduza à solução dos graves problemas nacionais e à harmonia progressiva e justiça social indispensáveis ao saneamento da nossa vida pública e à obtenção do lugar a que Portugal tem direito entre as Nações.

PROCLAMAÇÃO DA JUNTA DE SALVAÇÃO NACIONAL

Na madrugada de 26 de Abril, foi apresentada, através da Rádio e da Televisão, a Junta de Salvação Nacional, cuja constituição é a seguinte:

— capitão-de-fragata António Alva Rosa Coutinho

— capitão-de-mar-e-guerra José Baptista Pinheiro de Azevedo

— general Francisco da Costa Gomes

— general António de Spínola (presidente)

— brigadeiro Jaime Silvério Marques

— coronel Carlos Galvão de Melo

— general Manuel Diogo Neto, então ausente da Metrópole.

O general António de Spínola dirigiu ao País a seguinte proclamação:

"Em obediência ao mandato que acaba de lhe ser confiado pelas Forças Armadas, após o triunfo do Movimento em boa hora levado a cabo, pela sobrevivência nacional e pelo bem-estar do povo português, a Junta de Salvação Nacional, a que presido, constituída por imperativo de assegurar a ordem e de dirigir o País para a definição e consecução de verdadeiros objectivos nacionais, assume perante o mesmo o compromisso de:

— garantir a sobrevivência da Nação como Pátria soberana no seu todo pluricontinental;

— promover desde já a consciencialização dos portugueses, permitindo plena expressão a todas as correntes de opinião, em ordem a acelerar a constituição das associações cívicas que hão-de polarizar tendências e facilitar a livre eleição, por sufrágio directo, de uma Assembleia Nacional Constituinte e a sequente eleição do Presidente da República;

— garantir a liberdade de expressão de pensamento, abster-se de qualquer atitude política que possa condicionar a liberdade da eleição e a tarefa da futura Assembleia Constituinte, e evitar por todos os meios que outras forças possam interferir no processo que se deseja eminentemente nacional;

— pautar a sua acção pelas normas elementares da Moral e da Justiça, assegurando a cada cidadão os direitos fundamentais definidos em declarações universais e fazer respeitar a paz cívica, limitando o exercício da autoridade à garantia da liberdade dos cidadãos;

— respeitar os compromissos internacionais decorrentes dos tratados celebrados;

— dinamizar as suas tarefas em ordem a que, no mais curto prazo, o País venha a governar-se por instituições de sua livre escolha;

— devolver o Poder às instituições constitucionais, logo que o Presidente da República eleito entre no exercício das suas funções. ■

O presidente da Junta de Salvação Nacional, general António de Spínola, lê a proclamação

OS MEMBROS DA JUNTA DE SALVAÇÃO NACIONAL

O general António Sebastião Ribeiro de Spínola, nascido em Santo André (Estremoz), em 1910, que preside à Junta de Salvação Nacional, dispõe de invulgar currículo. Depois dos cursos do Colégio Militar e da Escola Militar (Arma de Cavalaria) a sua carreira de oficial foi iniciada no regimento de Cavalaria 7, após o que serviu noutras unidades e estabelecimentos, nomeadamente no Regimento de Lanceiros 2, de que foi comandante, e no Comando Militar dos Açores, integrado no corpo expedicionário que para ali foi destacado em 1945.

Entre Novembro de 1961 e 21 de Fevereiro de 1964, comandou um batalhão de cavalaria, em Angola, com o posto de tenente-coronel, tendo então merecido excepcionais louvores da parte do ministro do Exército pela acção que desenvolveu no Norte, onde se manteve até Maio de 1963.

Regressado de Angola, o então coronel António de Spínola foi transferido para a Direcção da Arma de Cavalaria, onde, cumulativamente com outras funções, chefiou o Serviço de Preboste. Mais tarde, foi nomeado segundo comandante-geral da G. N. R., após o que foi nomeado, em 1968, governador da Guiné com a patente de brigadeiro. Promovido a general, em Julho de 1969, foi reconduzido nos cargos de governador e comandante-chefe da Guiné, a 18 de Abril de 1972.

Finda a sua comissão, um livro, "Portugalidade Renovada", reuniu as suas ideias-forças e, mais tarde, "Portugal e o Futuro" revela um sentido de perspectiva e servirá, porventura, de chave para a sua acção futura na alta função em que foi agora investido.

Foi o próprio Governo, que ora se lhe rendeu incondicionalmente, que lhe concedeu as insígnias de grande oficial, com palma de mais alta condecoração militar portuguesa: a Ordem Militar da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito, as quais lhe foram entregues pelo almirante Américo Thomaz. E é esse mesmo Governo que cria pela primeira vez — e lhe atribui — o cargo de vice-chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas. Poucos meses passados, tanto o general Spínola como o general Costa Gomes, outro membro da actual Junta, que desempenhava o cargo de chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, foram afastados, poucos dias antes do Movimento de 16 de Março.

Seja pelas suas tomadas de posição como pela acção demonstrada na Guiné, no exercício das funções de governador e comandante-chefe daquele território ou, mais recentemente, no cargo de vice-chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, o general António de Spínola alcançou um prestígio, não só interno como também além-fronteiras. Prestígio esse que as Forças Armadas consagraram ao conferir-lhe o lugar primeiro na Junta que emergiu do Movimento vitorioso de 25 de Abril.

O general Francisco da Costa Gomes nasceu em Chaves a 30 de Junho de 1914; tirou o curso do Colégio Militar de 1925 a 1931 e concluiu o de Cavalaria, em 1935. Em 1948, terminou o curso do Estado-Maior. Tinha-se, entretanto, licenciado em Ciências Matemáticas, com distinção, na Universidade do Porto, em 1944.

Professor do Curso de Altos Comandos,

OS MEMBROS DA J. S. N. — Capitão-de-fragata António Alva Rosa Coutinho, capitão-de-mar-e-guerra José Baptista Pinheiro de Azevedo, general Costa Gomes, general António de Spínola, brigadeiro Jaime Silvério Marques e coronel Carlos Galvão de Melo. O general piloto-aviador Manuel Diogo Neto encontrava-se ausente em Moçambique.

no Instituto de Altos Estudos Militares, foi também comandante da Região Militar de Moçambique, exercendo, igualmente, as funções de subsecretário de Estado do Exército, tendo, quando no exercício destas funções, em Abril de 1961, participado no fracassado movimento militar de que também fizeram parte o general Botelho Moniz e o brigadeiro Almeida Fernandes, entre outros.

Em 12 de Setembro de 1972, em substituição do general Venâncio Deslandes, que atingira o limite de idade, foi nomeado chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, cargo de que foi exonerado em 14 de Março deste ano, juntamente com o general António de Spínola, que era o vice-chefe do mesmo Estado-Maior.

Oficial dos mais distintos com que têm contado as Forças Armadas do País, o general Francisco da Costa Gomes, antes de assumir a chefia do Estado-Maior General, exerceu o cargo de comandante-chefe das Forças Armadas em Angola.

Comendador da Ordem de Avis, é condecorado com a medalha de ouro de Serviços Distintos, com palma, a medalha militar de prata de Comportamento Exemplar e a medalha comemorativa das Expedições a Moçambique.

O capitão-de-fragata António Alva Rosa Coutinho tem 48 anos e alistou-se em Setembro de 1944 na Marinha. Entre os postos que ocupou conta-se o de comandante do N. R. P. "Almirante Pereira da Silva". Cavaleiro da Ordem de Avis e comendador da grã-cruz da Ordem do Império, o capitão-de-fragata Rosa Coutinho foi promovido ao actual posto em Dezembro de 1962.

O capitão-de-mar-e-guerra José Baptista Pinheiro Azevedo, um dos dois elementos da Marinha que pertencem à Junta de Salvação Nacional, teve, na sua carreira, entre muitos cargos de relevância, o de comandante da Força de Fuzileiros do Continente. Contando actualmente 57 anos, foi promovido àquele posto em Setembro de 1970. Alistou-se em 1934 e foi promovido a oficial-superior em Março de 1954. É desde Julho de 1962 comendador da Ordem de Avis.

O brigadeiro Jaime Silvério Marques passa da chefia da Direcção do Serviço de Transportes do Ministério do Exército para um dos lugares reservados ao Exército na Junta de Salvação Nacional. Contando actualmente 60 anos, o brigadeiro Jaime Silvério Marques, que iniciou a sua carreira em Março de 1935, foi promovido àquele posto em Fevereiro de 1969. É comendador da Ordem de Avis e possui a grã-cruz da Ordem do Império.

O coronel Carlos Galvão de Melo, chamado a representar a Força Aérea na Junta de Salvação Nacional, juntamente com o general Manuel Diogo Neto, encontra-se na situação de reserva. É oficial da Ordem de Avis.

O general Manuel Diogo Neto, antes de ser nomeado como um dos dois representantes da Força Aérea na Junta de Salvação Nacional, era comandante da Terceira Região Aérea (Moçambique). É agraciado com a mais alta condecoração portuguesa: a Ordem Militar da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito. O general Diogo Neto é, também, comendador da Ordem de Avis. ■

O AGRADECIMENTO DO GENERAL SPÍNOLA ÀS FORÇAS ARMADAS

Na manhã de sexta-feira, 26 de Abril, o general António de Spínola dirigiu a seguinte mensagem às Forças Armadas:

"Aos bravos militares dos três ramos das Forças Armadas, expresso o meu agradecimento por mais este sublime acto de patriotismo, a juntar a tantos outros praticados na defesa do Ultramar português, e ainda pela exemplar disciplina e alta eficiência demonstradas no cumprimento da transcendente missão de que foram incumbidos a bem da Pátria.

Bem hajam.

Viva Portugal.

António de Spínola
General

OS PRIMEIROS DIPLOMAS

A Junta de Salvação Nacional enviou para a Imprensa Nacional-Casa da Moeda as primeiras disposições legais – uma lei e decretos-leis – com data de 25 de Abril. O texto da lei é o seguinte:

"O programa do Movimento das Forças Armadas Portuguesas prevê a destituição imediata do Presidente da República e do actual Governo, a dissolução da Assembleia Nacional e do Conselho de Estado.

Nestes termos, a Junta de Salvação Nacional decreta, para valer como lei constitucional, o seguinte:

Artigo 1 – Número 1 – É destituído das funções de Presidente da República o almirante Américo Deus Rodrigues Thomaz.

Número 2 – São exonerados das suas funções o Presidente do Conselho, prof. Marcello José das Neves Alves Caetano e os ministros, secretários e subsecretários de Estado do seu Gabinete.

Número 3 – A Assembleia Nacional e o Conselho de Estado são dissolvidos.

Art. 2 – Os poderes atribuídos aos órgãos referidos no artigo anterior passam a ser exercidos pela Junta de Salvação Nacional.

Art. 3 – Este diploma entra imediatamente em vigor.

Visto e aprovado pela Junta de Salvação Nacional, em 25 de Abril de 1974.

Publique-se em "Diário do Governo" para ser publicado em todos os boletins em Estados e províncias ultramarinas.

O primeiro decreto-lei:

Tendo a Junta de Salvação Nacional assumido os poderes legislativos que competem ao Governo, decreta, para valer como lei, o seguinte:

Art. 1 – Número 1 – São exonerados das suas funções os governadores-gerais dos Estados de Angola e Moçambique.

Número 2 – As atribuições próprias dos governadores-gerais passam a ser exercidas, internamente, pelos secretários-gerais dos respectivos Estados.

Art. 2 – Este diploma entra imediatamente em vigor.

Visto e aprovado pela Junta de Salvação Nacional, em 25 de Abril de 1974.

Publique-se em "Diário do Governo".

O Presidente da Junta de Salvação Nacional, António Sebastião Ribeiro de Spínola.

O segundo decreto-lei

Tendo a Junta de Salvação Nacional assumido os poderes legislativos que competem ao Governo, decreta, para valer como lei, o seguinte:

Art. 1. – Número 1 – São exonerados das funções os governadores civis do continente e ilhas adjacentes, bem como os substitutos.

Número 2 – Até serem efectuadas as novas nomeações, as atribuições dos governadores civis serão exercidas pelos secretários dos governos civis.

Art. 2 – Fica suspensa a competência constante do Artigo 99, números 4 e 10 do Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes, aprovado pelo Decreto-Lei número 36 459, de 4 de Agosto de 1947, enquanto não forem nomeados os governadores dos distritos.

Art. 3 – Este diploma entra imediatamente em vigor.

Visto e aprovado pela Junta de Salvação Nacional.

O Presidente da Junta de Salvação Nacional, António Sebastião Ribeiro de Spínola.

A DISSOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA NACIONAL

Os ex-Chefes do Estado e do Governo na Assembleia Nacional

Com o regime dissolve-se, naturalmente, um dos seus órgãos de soberania: a Assembleia Nacional. Com uma composição exclusivamente identificada com o Governo que a elegeu – A Acção Nacional Popular, que sucedeu à União Nacional como órgão de apoio ao Governo – a Assembleia Nacional limitava-se a um papel de mandatária da orientação governamental. A experiência que constituíra a lesgislatura anterior e que correspondeu à acção desempenhada por um grupo de deputados conhecido pela "ala liberal" causara alguns calafrios ao Governo de Marcelo Caetano que nisso reconheceu um lapso do sistema em que pontificava. E por essa razão, a oportunidade de novas eleições (em Outubro do ano passado) permitiu-lhe fiscalizar a escolha dos elementos através das comissões da A.N.P. A maioria dos deputados que

constituíra a chamada "ala liberal" afirmara desde logo que não voltaria a candidatar-se, enquanto alguns deles, como Sá Carneiro e Miller Guerra, deram público testemunho da sua posição face ao bloqueamento de iniciativas parlamentares, apresentando a renúncia dos respectivos mandatos.

O Movimento de 25 de Abril surpreendeu a Assembleia Nacional no momento em que se preparava para retomar os trabalhos da fase derradeira da primeira sessão legislativa. Foi uma curtíssima sessão dramática, com a presença de 39 deputados, "quorum" insuficiente. As últimas palavras do último presidente de um Parlamento cuja configuração política datava de há quase cinquenta anos:

"Responderam à chamada 39 srs. deputados. Não há número para a Assembleia funcionar em período de antes da ordem do dia. Antes de encerrar a sessão, nada acho de melhor para dizer a V.V. Exas. do que recordar-lhes uma frase eterna: "Tal como noutra terra e noutras circunstâncias, muita gente espera de nós que cumpramos o nosso dever." Nesta confiança, nesta certeza e na esperança que ma dita, marco sessão para amanhã, à hora regimental (26), tendo como ordem do dia a ordem do dia da sessão de hoje (Aviso prévio sobre a formação profissional agrícola). Está encerrada a sessão."

A sessão estaria efectivamente encerrada — e a Assembleia também. No dia seguinte, ouvido o Conselho da Presidência, o ex-presidente do ex-Parlamento cancelava a convocação da sessão marcada para o dia 26. Era o último despacho do engenheiro Amaral Neto, do qual foram distribuídas fotocópias pelos jornais. Quase todos, como documento histórico, inseriram-no em fac-símile. ■

DECRETO DA AMNISTIA DOS CRIMES POLÍTICOS

"Tendo a Junta de Salvação Nacional assumido os poderes legislativos que competem ao Governo, decreta, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1 — Primeiro. São amnistiados os crimes políticos e as infracções disciplinares da mesma natureza.

Segundo. Para o efeito do disposto neste decreto-lei consideram-se crimes políticos os definidos no artigo trigésimo nono, parágrafo único do Código Processo Penal, com inclusão dos cometidos contra a segurança exterior e interior do Estado.

Artigo 2 — Primeiro. Serão reintegrados nas suas funções, se o requererem, os servidores do Estado, militares e civis, que tenham sido demitidos, reformados, aposentados ou passados à reserva compulsivamente e separados do serviço por motivos de natureza política.

Segundo. As expectativas legítimas de promoção que não se efectivaram por efeito de demissão, reforma, aposentação ou passagem à reserva compulsiva e separação do serviço devem ser consideradas no acto da reintegração.

Artigo 3 — Este diploma entra imediatamente em vigor." ■

PRIMEIRO COMUNICADO DO PARTIDO SOCIALISTA

"1 — O Partido Socialista, na primeira reunião do seu Conselho Directivo após o derrubamento do regime fascista que oprimia o povo português, realizada em Lisboa, em 27 e 28 de Abril, analisou a actual conjuntura política.

Essa reunião decorreu com a participação de membros do interior, a que se juntaram os do exterior hoje regressados do exílio.

O Partido Socialista é a associação política dos portugueses que procura m na democracia socialista a solução dos problemas nacionais e a resposta às exigências históricas do nosso tempo, conforme se enuncia na sua Declaração de Princípios, elaborada na clandestinidade a que a ditadura o condenou, como às demais organizações democráticas, e que se anexa a este comunicado.

Deliberou o Conselho Directivo, em confirmação de deliberação já anteriormente tomada, por considerar que o programa do Movimento das Forças Armadas publicamente divulgado e o compromisso tomado perante ele pela Junta de Salvação Nacional garantem uma via para o restabelecimento da Democracia em Portugal, emergir dessa clandestinidade, para aparecer claramente à luz do dia, a fazer ouvir a sua voz e a dar a sua colaboração e a das massas populares e trabalhadoras que o apoiam na solução dos problemas da nação portuguesa.

2 — O Partido Socialista, consciente das suas responsabilidades, solidariza-se com a luta do Povo Português e saúda o Movimento das Forças Armadas e a Junta de Salvação Nacional, como expressão desse Movimento.

Considera que o cumprimento do programa do M. F. A., entendido como um conjunto de medidas que é indispensável levar à prática nesta fase de transição para a democracia, constitui um primeiro e importante passo na via que, sob o impulso da luta das classes trabalhadoras, há-de conduzir à instauração no nosso país de uma democracia socialista.

3 — O Partido Socialista define como objectivos mais urgentes da nação portuguesa, além dos que já constam do programa do M. F. A.:

a) O fim das guerras coloniais, com imediato cessar-fogo e abertura de negociações com o Estado da Guiné-Bissau e os movimentos de libertação de Angola e Moçambique, na base do reconhecimento do direito dos respectivos povos à autodeterminação e à independência;

b) Amnistia imediata para todos os que, por imperativos de consciência, se recusaram a prestar serviço militar;

c) Libertação de todos os presos políticos nas colónias;

d) Direito de voto a partir dos 18 anos e para os emigrantes;

e) Eleições urgentes por sufrágio universal e democrático para as Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais, como condição prévia de eleições para a Assembleia Constituinte;

f) Afastamento da vida política de todas as pessoas que têm sido a expressão do regime deposto e sua substituição por cidadãos fiéis ao programa do M. F. A.;

g) Luta contra o domínio dos monopólios, inteira liberdade de organização sindical e estudantil, acompanhada da liquidação do corporativismo;

h) Estabelecimento de relações diplomáticas com todos os países.

4 — O Partido Socialista vai dar urgente e ampla divulgação ao seu programa, que será submetido ao Congresso, organismo supremo, a convocar, perante o qual todos os seus dirigentes deporão as funções que exercem, para que o Congresso decida em todas as matérias de orientação e organização. Até lá, vai proceder a uma larga campanha de recrutamento e de ligação à classe operária, com a abertura de sedes públicas, publicação de imprensa própria, angariação de fundos, reforço orgânico e a realização de todas as demais tarefas prementes desta hora.

5 — Finalmente, o Conselho Directivo, na sua reunião, proclamou o firme propósito de prosseguir numa política de unidade ampla, pela participação franca e dedicada dos seus companheiros e amigos na C. D. E. e outras comissões do movimento democrático unitário, no movimento sindical, nas lutas dos trabalhadores e estudantis, no movimento cooperativo e na Liga dos Direitos do Homem.

Manifestou também o seu repúdio por qualquer tratamento preferencial, reivindicando como para si o pleno direito de todos os partidos democráticos e populares se organizarem e actuarem em condições de perfeita normalidade. — Lisboa, 28 de Abril de 1974. — O CONSELHO DIRECTIVO." ■

DOCUMENTO DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA

1. — O movimento militar que, no dia 25 de Abril, depôs Américo Tomás e o governo de Marcelo Caetano marca uma viragem na situação política portuguesa. O golpe militar culmina o agravamento da crise do regime, de que foram factores determinantes as contradições e dificuldades internas, a luta do povo português e dos povos submetidos ao colonialismo português e a condenação e isolamento internacionais da política do governo. O golpe militar é, ao mesmo tempo, a expressão da adesão de parte importante das Forças Armadas às reclamações democráticas fundamentais do povo português. Abrem-se reais perspectivas para que, num curto prazo, seja liquidada a ditadura fascista, seja posto fim à guerra colonial e seja instaurado em Portugal um regime democrático.

O P. C. P. saúda calorosamente todos os militares que, no vitorioso Movimento das Forças Armadas, agiram e agem com a firme determinação de que estes objectivos sejam plenamente alcançados.

2. O governo foi deposto, mas o regime fascista não foi ainda completamente destruído. Continuam de pé muitas das suas instituições e instrumentos. As liberdades não foram ainda instauradas. Existe o perigo de um contragolpe dos elementos mais reaccionários. É urgente, por um lado a liquidação do Estado fascista e dos ninhos e forças de conspiração contra-revolucionária e, por outro lado, a participação das forças democráticas e das massas populares na vida política e na obra de renovação necessária e possível no momento presente.

A completa dissolução da P. I. D. E./D. G. S. e de todas as suas estruturas, a amnistia, a libertação dos presos políticos e o regresso dos exilados, a permissão imediata da livre actuação do Movimento Democrático, contam-se entre as provas imediatas das reais intenções da Junta de Salvação Nacional e do seu propósito de pôr fim completo ao regime fascista e de cumprir o mandato que lhe foi confiado pelo Movimento das Forças Armadas.

O P. C. P. declara solenemente que apoiará activamente como vitórias da luta popular todas as medidas concretas tomadas para a liquidação do fascismo e a real democratização da vida política portuguesa.

3. O Movimento das Forças Armadas proclamou na manhã do dia 25 e a Junta Militar confirmou na sua proclamação da noite de 25 para 26 ser seu propósito a instauração das liberdades democráticas e a realização de eleições livres. Trata-se de objectivos fundamentais, por que lutaram sempre, sob a ditadura fascista, o P. C. P. e as forças democráticas e que têm o activo apoio das mais amplas massas populares. As promessas devem transformar-se rapidamente em actos. Alguns pensarão ainda ser possível substituir a ditadura fascista por uma ditadura militar. É necessário impedir que tal projecto possa ser levado por diante defraudando as esperanças do povo português e a vontade dos militares que corajosamente se levantaram para pôr fim ao fascismo e restituir ao povo português as liberdades de que foi privado ao longo de quase meio século de ditadura.

4. A guerra colonial portuguesa tornou-se um dos problemas centrais da situação política portuguesa. Tratando-se de um problema que interessa toda a Nação, o primeiro passo é acabar de vez com a interdição do seu debate público e abrir a possibilidade real de que todos os portugueses possam expressar e defender livremente a sua opinião.

O P. C. P. insiste em que urge abrir negociações e pôr rapidamente fim à guerra colonial, no reconhecimento do direito à imediata e completa independência dos povos submetidos ao colonialismo português. Quaisquer projectos que visassem manter, sob novas formas, a dominação colonial portuguesa, não só não contribuiriam para a solução do problema como conduziriam inevitavelmente a um novo agravamento da situação económica, social e política em Portugal.

O povo português deve ser chamado a dizer a última palavra em relação à política a seguir num tão magno problema.

5. A realização de eleições livres para uma Assembleia Constituinte será um passo de capital importância para abrir um processo de transformações democráticas da sociedade portuguesa. Sob nenhum pretexto esse objectivo deve ser desvirtuado. É equívoca a proclamação da Junta ao anunciar, por um lado, eleições para uma Assembleia Constituinte e, por outro lado, a eleição do Presidente da República, dando portanto já como aprovada determinada disposição constitucional que só a Assembleia poderá vir a decidir.

Eleições livres terão de implicar uma lei eleitoral democrática, um recenseamento honesto controlado pelo povo, o direito de actuação dos partidos políticos, as liberdades de Imprensa, de propaganda e de reunião, e a fiscalização efectiva do acto eleitoral.

Na situação específica agora existente, a melhor garantia para a realização de eleições realmente livres seria a constituição de um governo provisório com a representação de todas as forças e sectores políticos democráticos e liberais. O P. C. P. declara-se pronto a assumir as responsabilidades respectivas.

6. O P. C. P. adverte contra quaisquer propósitos de discriminação anticomunista. Não pode haver liberdade em Portugal sem a legalidade do P. C. P., principal força na luta contra a ditadura fascista durante dezenas de anos da sua existência, luta na qual os comunistas fizeram sacrifícios inigualados. Não pode tão-pouco realizar-se as profundas transformações democráticas da sociedade que os problemas nacionais impõem, sem a activa participação do P. C. P., partindo do movimento antifascista português. A legalidade do P. C. P. será o verdadeiro critério da instauração das liberdades democráticas em Portugal.

7 . A liquidação da ditadura fascista, a instauração das liberdades, a realização de eleições verdadeiramente livres exigem que, neste momento crucial, a classe operária, as forças democráticas, a juventude, as massas populares, tomando por um lado uma atitude positiva em relação a quaisquer medidas da Junta Militar que vão ao encontro das reclamações populares, desenvolvam por outro lado a mais ampla acção insistindo nas reclamações essenciais do Movimento Democrático.

É necessário mais que nunca reforçar a unidade na acção da classe operária, das forças democráticas, da juventude, de todos os antifascistas e anticolonialistas ➡

portugueses. É também necessário e possível forjar uma sólida união entre as forças populares e os militares de sentimentos democráticos (oficiais, sargentos e soldados), que intervieram numerosos no movimento militar. Essa união será nas condições presentes uma das mais sólidas garantias da liquidação final do fascismo, da instauração de um regime democrático em Portugal, da paz, da defesa de independência nacional.

8. Fica assim claramente definida a posição do P. C. P. em relação ao Movimento Militar de 25 de Abril, imediatamente após a proclamação à Nação da Junta de Salvação Nacional, feita pela R. T. P., na noite de 25 para 26.

Está ao alcance do povo português a liquidação da ditadura, o fim da guerra a instauração de um regime democrático. Da unidade, da organização e da acção pronta e audaciosa de todos os democratas depende fundamentalmente que tais objectivos sejam alcançados.

26 de Abril de 1974

O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português. ■

EPISCOPADO SOLIDÁRIO COM O BISPO DE NAMPULA

Dois documentos da Igreja Católica de particular significado foram simultaneamente divulgados a 26 de Abril, ou seja, no dia imediato à eclosão do movimento que depôs o regime de Marcello Caetano. O primeiro comunicado é o da assembleia plenária da Conferência Episcopal da Metrópole, no qual se formulam votos de que o movimento vitorioso **contribua para o bem da sociedade portuguesa, na justiça, na reconciliação e no respeito por todas as pessoas. O documento não deixa de referir as provações e sofrimentos dos bispos de Moçambique e das Igrejas que lhes estão confiadas,** exprimindo a sua solidariedade com o bispo de Nampula, expulso de Moçambique pelo regime deposto.

No segundo documento, emanado da Conferência Episcopal de Moçambique, contém-se a nota que o bispo de Quelimane, D. Francisco Teixeira, dirigiu, na qualidade de presidente da mesma Conferência, aos superiores religiosos missionários de Moçambique, na qual se desaprovam as manifestações violentas que tiveram como palco Nampula, Namaacha e Songo, acontecimentos em que foram desacatados sacerdotes e missionários.

Transcrevemos a seguir o texto recebido do Secretariado-Geral da Conferência Episcopal da Metrópole:

"Os Bispos da Metrópole tiveram a sua assembleia ordinária de Abril, em Fátima, do dia 23 ao princípio da tarde do dia 26.

No decurso dela ocorreram os acontecimentos de carácter nacional que são do conhecimento público, os quais não deixarão de ter fundas repercussões na vida do povo de que têm a responsabilidade pastoral.

Nestas circunstâncias formulam o voto de que tais acontecimentos contribuam para o bem da sociedade portuguesa, na justiça, na reconciliação e no respeito por todas as pessoas. Apelam para as virtudes cívicas dos católicos e de mais portugueses de boa vontade. E rezam a Deus pelo povo de Portugal.

Na sua reunião começaram por considerar os acontecimentos recentemente verificados na Igreja de Moçambique, a complexidade dos mesmos e a informação deficiente e nem sempre exacta acerca deles difundida tanto no País como no estrangeiro. Não lhes pode ser indiferente o facto de tantas cristandades, até há pouco florescentes, se verem privadas da presença de missionários que pastoralmente as assistem. Não lhes é indiferente também o sofrimento dos pastores da Igreja de Moçambique tão profundamente provada.

Consequentemente, a Conferência Episcopal da Metrópole decidiu enviar um telegrama ao Presidente da Conferência Episcopal de Moçambique, D. Francisco Nunes Teixeira, Bispo de Quelimane, exprimindo os seus sentimentos de comunhão eclesial e participação nas provações e sofrimentos dos Bispos de Moçambique e das Igrejas que lhes estão confiadas.

Tendo conhecimento de que se encontra na Metrópole o Bispo de Nampula, D. Manuel Vieira Pinto, a Conferência resolveu enviar dois dos seus membros à sua residência para lhe manifestar a sua amizade fraterna e lhe dizer que os bispos da Metrópole, fazendo-se eco da Nota do Bispo de Quelimane de 20 de Abril, lamentam as dolorosas ocorrências que provocaram a sua saída de Moçambique.

No cumprimento da Agenda dos trabalhos, a Assembleia fez a revisão regulamentar das actividades do ano transacto nos diversos sectores da vida da Igreja em plano nacional, e tomou várias resoluções que oportunamente serão dadas a conhecer.

Fátima, 26 de Abril de 1974."

A nota do presidente da C. E. M. aos superiores regionais dos Institutos Religiosos Missionários de Moçambique é do seguinte teor:

"A propósito dos últimos acontecimentos, que se desenrolaram entre nós depois da nossa última reunião, havida em Quelimane, de 27 a 30 de Março último, pareceu-me que vos devia dirigir uma palavra simples mas esclarecedora e significativa, ainda que a possais julgar pouco explícita.

Esta palavra que vos dirijo é da minha única responsabilidade, mas insere-se naquela ideia aceite de diálogo que prometemos entre nós durante a reunião acima referida.

Eis, pois, quanto vos quero dizer por agora:

1. Entre os graves deveres que impendem sobre os Bispos, conta-se a missão de levar os homens a amarem-se uns aos outros, na verdade e na justiça.

Onde falta o amor dos homens entre si, a Igreja está longe de ter cumprido a sua missão, por não ter conseguido transmitir ao coração de cada um a lei essencial do Evangelho de Jesus.

Onde falta o amor dos homens entre si, Deus não está presente.

Sobre vós, Rev.mos Superiores Regionais, tão ligados ao serviço da Igreja nas respectivas dioceses, recai também a responsabilidade de levar os homens, qualquer que seja a sua condição ou cor, a amarem-se mutuamente.

2. Qualquer manifestação de ódio ou violência, seja onde for e contra quem for, desagrada a Deus, e está contra a lei fundamental do Evangelho de Cristo.

Por isso, não posso deixar de vos comunicar que desaprovo, íntima e profundamente, as manifestações violentas levadas a efeito ultimamente em Nampula, Namaacha e Songo e das quais, em alguma medida, se fez eco a nossa Imprensa diária. Continuo convencido de que as questões entre homens sérios se devem resolver pelo direito e pela razão, em diálogo franco e leal.

3. Devemos pedir e insistir perante os cristãos conscientes mais directamente ligados aos acontecimentos que se esforcem por criar um clima de concórdia e paz, e roguemos aos missionários que tentem por todos os modos e meios ao seu alcance congregar entre si todos os membros do

Povo de Deus, levando-os à prática da justiça e da caridade cristã.

Mais vos digo que vou pedir às autoridades que se esmerem por exigir ordem e disciplina, porque os levantamentos populares deseducam os homens que podem ser levados a crer que é lícito fazer justiça pelas próprias mãos.

4. Devemos ter como norma o respeito pelas autoridades constituídas, ainda que algum possa ou tenha razões para considerar menos digno qualquer detentor de autoridade ("etiam discoli", como ensinou São Paulo).

Mas o respeito não pode impedir que se diga evengelicamente a verdade, deve ser mútuo e de molde a não permitir ambiguidades que comprometam a independência quer do Estado quer da Igreja, que se devem defender por seus meios específicos e próprias razões válidas, não acorrentando nenhuma das partes a pontos de vista privativos.

A nota do Ministério do Ultramar, de 16 de Abril corrente, não parece manter a imparcialidade e a independência que acima se apresenta como atitude desejável e nobre e, mesmo sem haver essa intenção, pode ser causa de uma campanha de acusações contra a Hierarquia de Moçambique, acerca da independência respeitosa, que sempre deve existir entre os dois poderes.

5. Termino por pedir as vossas orações, penitência e sacrifícios pelas igrejas locais de Tete, Beira e Nampula, desprovidas de clero, e esta última com o seu Bispo na Metrópole, para onde se retirou contra a vontade, envolvido que foi por um clima hostil que se desencadeara, talvez, não de todo espontaneamente. ■

Quelimane, 20 de Abril de 1974."

O PARTIDO COMUNISTA E A SITUAÇÃO POLÍTICA

A suspensão imediata de todas as operações militares em África e a abertura de negociações com o Governo da República da Guiné-Bissau e com os movimentos de libertação de Angola (M. P. L. A.) e de Moçambique (FRELIMO) são dois dos pontos defendidos num manifesto da comissão executiva do "comité" central do Partido Comunista Português, distribuído com data de 25 de Abril.

Para além deste documento em que se afirma o apoio do P. C. a todas as medidas imediatas que sejam tomadas no sentido da democracia, da paz e da independência nacional, assume particular significado uma entrevista que o dr. Francisco George, jovem médico e elemento daquela organização até agora ilegal, concedeu à rádio dinamarquesa, por intermédio do seu director adjunto Jorgen Scheilmann. De certa maneira, embora sucintamente, como afirma "O Seculo" — que a publicaria mesmo antes da sua divulgação no estrangeiro —, trata-se de uma autêntica tomada de posição do Partido Comunista Português perante a actual situação, que importa tornar pública e divulgar. A transcrição da banda magnética é a seguir apresentada:

FRANCISCO GEORGE — Pela primeira vez desde 1956, o Partido Comunista está presente a uma reunião deste género com uma delegação de que fazem parte José Magro (21 anos de prisão, libertado apenas ontem), Rogério Carvalho (15 anos de cárcere) e o camarada clandestino Bernardino. Acentuemos que outras delegações presentes aplaudiram de maneira expressiva a nossa delegação. Considero estes aplausos como um acontecimento histórico, a demonstrar que o povo está connosco. De resto, hoje, quando Mário Soares e alguns democratas lamentaram a ausência de Álvaro Cunhal — que não sabemos agora onde está —, vinte mil democratas aplaudiram vibrantemente a proposta do regresso imediato do secretário do P. C. Português. Talvez o camarada Álvaro Cunhal possa estar aqui no primeiro de Maio.

FRANÇOIS PELOU (da France Press, ex-detido no Rio de Janeiro, por recusar declarar os seus encontros com os grupos de guerrilheiros urbanos que entrevistara) — Significam estas declarações que tem confiança total na Junta de Salvação Nacional?

FRANCISCO GEORGE — Penso que os militares se confundem com povo, sobretudo os soldados. Trazem também flores encarnadas sobre os seus tanques. Note que não disse que os soldados são comunistas, mas que o povo quer a legalidade após os cinquenta e três anos de clandestinidade do Partido Comunista.

Entre intervenções de camaradas vizinhos, George acrescentava:

— Falo individualmente. O primeiro secretário-geral do Partido Comunista Português, que reestruturou o movimento, Bento Gonçalves, morreu no Tarrafal, que era um campo de concentração fascista ao serviço dos traidores salazaristas. Após a morte de Bento Gonçalves foi eleito o camarada Álvaro Cunhal. Penso que o P. C. é a única organização em Portugal verdadeiramente representativa das forças antifascistas. Os operários, os primeiros entre todos, representam 50 por cento dos seus efectivos, vinte por cento são mulheres e sessenta por cento dos militantes têm menos de 40 anos. Estou muito emocionado. Estive na prisão e ali obrigaram-me a confessar ser membro do Partido Comunista. Nada mais dissemos. O nosso partido tem heróis que não falam, como camaradas que estiveram 23 dias sem dormir, como Pedro Soares, Gervásio, Álvaro Cunhal (9 meses no segredo) e saíram magnificamente da prisão como muitos outros...

Só nesse momento a Imprensa estrangeira identifica o seu interlocutor:

F. G. — Chamo-me Francisco George (acentua, cuidadosamente, a diferença entre o "g" e o "j" do habitual nome português. É muito jovem e foi, ao que se diz, o principal organizador da greve de enfermeiros assinalada há semanas, nos hospitais).

JORGEN SCHEILMANN — Tem responsabilidades directivas no Partido?

FRANCISCO GEORGE — Não estou autorizado a referir as minhas responsabilidades. Digo que o Partido Comunista é eminentemente revolucionário. Não com bombistas, mas porque a sua vanguarda são os operários, e porque é a sua luta das democracias, cujo primeiro objectivo é a conquista da abolição de classes.

JORGEN SCHEILMANN — Que pensa do Partido Socialista?

FRANCISCO GEORGE — É um Partido sério, mas muito jovem, que não está situado entre as massas. Só há um ano que se define.

A entrevista é momentaneamente interrompida pela entrada de José Magro — 21 anos de prisão, em Caxias e Peniche. Neste longo período, é a terceira vez que enfrenta a liberdade:

JOSÉ MAGRO — Digo que realmente este momento é cheio de perspectivas e de perigos. As próximas semanas são decisivas. Podemos vencer e podemos ser mortos.

Os dois (e outros presentes) trocam abraços, lágrimas mesmo, até.

JORGEN SCHEILMANN — Mário Soares é, para si, aceitável como primeiro-ministro?

FRANCISCO GEORGE — Penso que é um problema a discutir entre os movimentos democráticos. Penso que é um problema difícil e só nos pronunciaremos após uma análise profunda. A primeira função do P. C. é o dever de fazer análises. O P. C. luta pelo fim da guerra colonial e apoia os movimentos do M. P. L. A., da Frelimo e da República da Guiné-Bissau, ocupada pelas forças fascistas portuguesas, mas já libertada. Penso que estou seguro daquilo que digo, mas faço a pergunta ao camarada Magro.

JOSÉ MAGRO — Absolutamente!

JORGEN SCHEILMANN — Receia os grupúsculos da extrema-esquerda?

►

FRANCISCO GEORGE — Aqui, a extrema-esquerda faz o jogo da extrema-direita...

J. S. — Um primeiro de Maio maoísta... Mas eu falei de grupúsculos...

FRANCISCO GEORGE — Quanto ao primeiro de Maio não tenho receio, porque eles são muito poucos... De resto, ontem, vinte mil democratas cantaram o hino nacional, que é um hino quase revolucionário, pois foi ele que fez a revolução de 1910, e os trotskistas cantaram contra nós, mas as massas populares não estiveram de acordo com eles. Creio que o Partido Comunista de Lisboa publicou um comunicado em que se diz: "É preciso muita vigilância contra a extrema-esquerda e a extrema-direita."

J. S. — Como pode o Partido Comunista colaborar com a Junta Militar?

FRANCISCO GEORGE — Não é com a Junta que estamos. É com o seu programa, que é um programa de esquerda. Os pontos essenciais são as nossas reivindicações desde há 50 anos, embora possa dizer que o problema colonial está excluído.

OUTRO INTERVENIENTE NÃO IDENTIFICADO — O programa das Forças Armadas é uma coisa e a Junta outra...

J. S. — Cooperação com os outros elementos da oposição tradicional?

OUTRO NÃO IDENTIFICADO — Sim. Constituir um grupo alargado que será a C. D. E., com os socialistas, comunistas, católicos e outros. Todos os elementos da luta antifascista.

FRANCISCO GEORGE — Todos os comunistas em Portugal devem afirmar-se. Eu estive na U. R. S. S. este ano. Posso dizer que a U. R. S. S. é um país livre, um país socialista, um país admirável. Amo Portugal e a U. R. S. S. ■

CENTELEC

SECÇÃO COMERCIAL: AV. FONTES PEREIRA DE MELO, 47-4.°-Dt. · TELS. 561211 · 561647 · LISBOA-1
SECÇÃO TÉCNICA: RUA MANUEL FERREIRA DE ANDRADE, 6 S/L · LISBOA 4

LIVRARIA BERTRAND

Bom dia
Marquês de Pombal!
Este é o gerente do Banco Borges & Irmão
na Rua da Constituição, 538
Viajar com a família pelo país ou pelo estrangeiro é a grande «paixão» do Sr. Hernâni da Costa. Faz 23 anos que entrou para o Banco Borges & Irmão. Hoje, é um dos nossos técnicos mais experientes. Qualquer que seja o seu problema conte com ele. Ele estará a seu lado e tudo fará para transformar o seu dia num Bom-dia!
Dentro algum tempo vamos falar-lhe dos nossos colaboradores de Aveiro, de Mirandela, de Vila do Conde. Dos nossos colaboradores do país inteiro.
Banco
Borges & Irmão
um amigo
em todo o País

nesta cabeça a melhor sentença

Muita gente não sabe que uma cabeça que é óptima para um sistema de alta fidelidade pode ser desastrosa para outra. A PICKERING sabe-o e criou a XV-15 para, em qualquer sistema, permitir 100 % de fidelidade e aumentar o tempo de vida dum disco. Cada cabeça sua sentença? — Na XV-15, a melhor!

PICKERING

A PIKERING criou ainda o STYLUS TIMER, pequeno acessório que lhe permite controlar as horas de uso das agulhas. Dispensamo-nos de salientar a sua utilidade

CENTELEC

SECÇÃO COMERCIAL: AV. FONTES PEREIRA DE MELO, 47-4.º-Dt. · TELS. 561211 · 561647 · LISBOA-1
SECÇÃO TÉCNICA: RUA MANUEL FERREIRA DE ANDRADE, 6 S/L · LISBOA 4

"O 25 DE ABRIL"

(Continuado da pág. 16)

ao reduto sul, onde decorriam os interrogatórios).

Depois comecei a reparar no vaivém constante do Triumph do director da prisão, e ainda três automóveis que, vindos do reduto sul, passaram a grande velocidade frente à prisão. Havia certamente qualquer coisa de estranho a acontecer algures, mas não seriam certamente os guardas a informar-nos. Esses mantinham-se quedos e mudos. Mas a mensagem viria até nós, transmitida pelo "claxon" de um automóvel que, em código morse anunciava "golpe de Estado em Lisboa". Frase lacónica que não podia acalmar quem estava ali dentro, tal como os acenos de um grupo de jovens de um bairro de lata, mesmo em frente ao presídio, nos faziam. Sim, porque um golpe de Estado poderia vir de qualquer lado... e depois, não éramos nós, presos políticos, não estávamos ali à mercê de quem nos prendera, a P. I. D. E.? Se o golpe de Estado fosse do "lado bom", não poderíamos vir a ser tomados como reféns, ou, pior, a ser vítimas de represálias? Mas que podíamos fazer? Aguardar, mas angustiadamente.

Não houve recreio nesse dia como não haveria a visita do encarregado da prisão antes do deitar, houve, isso sim, a noite angustiante, já disse que não queria ser apanhado a dormir. Estendido na cama, de ouvido atento ao menor ruído do corredor, aguardei o raiar do dia, para me precipitar para a janela, e ver se algo de novo se passava ou tudo tinha voltado à normalidade. E observei a mudança, uma mudança que, embora me acalmasse, nada me dizia sobre o que efectivamente se passava. Vi os pára-quedistas a tomarem posições no muro de protecção, mas lá estavam igualmente os guardas-republicanos habituais, agora sem capacete. Dera-se o "golpe", estava ali a confirmação, mas qual a sua orientação, nada podia concluir, pensei apenas que, para nós, ali presos em Caxias, tudo poderia continuar na mesma ou endurecer. Só não pensei que poderia vir a obter a libertação imediata. Foi então que surgiu o Louro e com ele os gritos de "vitória" e — visão tão extraordinária como o próprio Louro — os fuzileiros navais, cravos vermelhos na camisa ou nas armas, rostos sorridentes e acenos amigos...

Ainda não estava bem consciente do que se passava quando a porta da cela se abriu nas minhas costas. Dou meia volta rápida e encaro, não com o carcereiro, mas com um oficial da Marinha, que me pergunta: "Porque está aqui?" Respondo: "Acusado de actividades subversivas", e oiço o inacreditável: "Está livre, pode sair."

Não sei como, encontro-me no corredor, tal como o vizinho do lado, o Orlando Gonçalves, do "N. A.", e o Sérgio Ribeiro, e o Tengarrinha e o Sena Lopes e todos os outros que se encontravam no corredor. E vieram os abraços e (porque não dizê-lo), as lágrimas. Abraçados ainda, chegámos ao pátio, onde outros camaradas já se encontravam ou iam chegando a pouco e pouco, e foram mais abraços e mais lágrimas. E foi muita alegria que nem a notícia de que teríamos de regressar às celas, porque ainda havia problemas a resolver, iria roubar.

Agora, embora ainda isolados (estivemos assim as primeiras horas de espera), já não era a angústia ou o receio que sentíamos, era antes a impaciência de saber se vivíamos ou não um sonho. Foi um dia que custou a passar, este 26 de Abril. Para nós e para a multidão que lá fora esperava por nós, exigindo a nossa libertação, cantando, e que assim se manteve de pé firme, até que o último de entre nós abandonou aquela casa de tão tristes recordações, para muitas centenas, se não milhares de portugueses que por ali passaram pelo "único crime" de quererem construir um Portugal livre, um Portugal que fosse efectivamente de todos os portugueses.

Saí de Caxias, como nunca tinha sonhado que pudesse vir a acontecer, de uma maneira que compensou em muito, o facto de não ter podido acompanhar de perto o desenrolar do golpe militar que restabeleceu em Portugal as liberdades fundamentais, afinal momento por que sempre lutara.

Percorridos os primeiros metros de estrada, já fora da prisão de Caxias, passada a barreira dos fuzileiros navais que efusivamente nos saudaram, abriram-se alas de povo, dos que tinham esperado aquele momento durante muitas horas, e que nos aclamaram, beijaram e abraçaram, não a mim propriamente dito, mas à vitória que para todos nós representava o preso político, que neste caso era eu, estar ali nas circunstâncias em que estava. Era a liberdade! Não a minha, mas de todos, dos que saíam de Caxias, como os de que ali estavam fisicamente ou em pensamento. Era, afinal, a confirmação de que "o Povo unido jamais será vencido".

E, digo-o sinceramente, não sei o que mais me emocionou naquele momento, se o facto de estar livre, se o encontro com a família ou se o sentir-me envolvido por aquela multidão; se o abraço de uma jovem, a palmada nas costas de alguém ou o aperto de mão daquele homem já idoso, que chorava, chorava ainda mais do que eu! ■

MÁRIO SOARES EM LISBOA: "TUDO COMEÇOU AGORA"

"O povo é o grande beneficiário desta vitória das Forças Armadas. É claro que tudo começou agora. Há uma grande quantidade de problemas a resolver, problemas de ordem económica, como a inflação, problemas políticos, como o da necessidade da instituição de sindicatos livres e o respeito pelos princípios da autodeterminação."

Foi com estas palavras que Mário Soares, secretário-geral do Partido Socialista Português, se referiu ao Movimento das Forças Armadas, ao chegar a Lisboa, de um exílio de quatro anos e meio em Paris. Primeiro exilado político a chegar a Portugal, após o Movimento de 25 de Abril, Mário Soares foi recebido, pouco depois, pelo general António de Spínola, presidente da Junta de Salvação Nacional.

Mário Soares, que viajou de comboio, foi recebido na estação de Santa Apolónia por uma multidão de milhares de pessoas. O conhecido líder socialista viajava acompanhado por Ramos da Costa e Tito de Morais, membros da direcção exterior do seu partido.

Falando à multidão, Mário Soares manifestou a sua confiança na evolução política portuguesa a seguir ao Movimento que derrubou o regime de Marcelo Caetano e salientou que "o momento não é de rivalidades partidárias, mas de unidade democrática". Entusiasticamente aplaudido, Mário Soares afirmou, da varanda do edifício da estação de Santa Apolónia, que "as Forças Armadas restituíram ao País a voz e a alegria, num acto histórico que nunca mais podemos esquecer".

"Compete agora ao povo, aos trabalhadores, organizar a Democracia" — acentuou o dirigente do Partido Socialista, que referiu o nome de alguns dos exilados políticos: Rui Luís Gomes, Álvaro Cunhal, Fernando Piteira Santos e Manuel Valadares, os quatro líderes muito conhecidos de movimentos hostis à anterior situação. Logo depois, Mário Soares referiu-se ao general Humberto Delgado, "um daqueles bravos que ficaram pelo caminho".

Mário Soares referiu-se ainda aos "100 mil jovens desertores que saíram do País ▶

Mário Soares, secretário-geral do Partido Socialista Português, à sua chegada a Lisboa

para escapar à guerra colonial" e aos "2 milhões de trabalhadores que abandonaram a sua terra por não terem condições humanas para nela viverem".

A terminar, fez um apelo à unidade: "Camaradas: temos muito que fazer na tarefa de reconstrução da nossa Pátria. Temos de conseguir que a riqueza seja distribuída entre quem trabalha. É indispensável dar ao mundo uma imagem de responsabilidade, de unidade e de disciplina." ■

"ACELERAR A DESMONTAGEM DO REGIME FASCISTA"

A constituição do Governo Provisório foi um dos pontos mais importantes tratados no encontro que o general António de Spínola, presidente da Junta de Salvação Nacional, teve com representantes do Movimento Democrático Português, na última segunda-feira. Estiveram presentes: Francisco Pereira de Moura, economista; José Tengarrinha, escritor; Lino Lima, advogado; Horácio Guimarães, técnico de desenho; Álvaro Monteiro, agente técnico; Carlos Fraião, estudante.

Em memorando que foi entregue ao general Spínola, assinalava-se que "é imperioso acelerar a adopção de medidas conducentes à institucionalização de um regime democrático" e que "é indispensável prosseguir e acelerar a desmontagem do regime fascista". Entre as propostas decorrentes destes considerandos, salienta-se "a constituição imediata do Governo Provisório civil previsto no Programa, iniciando-se desde já para o efeito conversações entre a Junta de Salvação Nacional e os grupos políticos organizados e representativos, nomeadamente o Movimento Democrático Português, o Partido Comunista Português, o Partido Socialista Português e os cristãos antifascistas.

Os jornalistas não assistiram ao encontro mas, pouco depois, os representantes do M. D. P. deram uma conferência de Imprensa, na qual o dr. Lino Lima começou por dizer que o encontro fora "muito cordial". O general Spínola leu o memorando e informou os democratas de que a Junta de Salvação Nacional iria apressar a constituição do Governo Provisório, no qual apenas as pastas militares serão entregues a militares. Salientou que a Junta não quer tomar posições políticas e que estas pertencerão ao Governo Provisório. O general Spínola disse também que apenas o Governo Provisório poderá criar condições para eleições livres em que participem as diferentes correntes políticas existentes em Portugal.

O general António de Spínola, que concordou com o documento do M. D. P. nas suas linhas gerais, afirmou que reconhece a vontade da maioria e que, em face disto, enviará para a cadeia de Caxias cada agente da P. I. D. E. que lhe seja entregue.

No mesmo documento, propõe-se ainda que "a liberdade de associação se concretize imediatamente no livre funcionamento dos partidos políticos e agrupamentos existentes, nomeadamente o Movimento Democrático Português, o Partido Comunista Português, o Partido Socialista Português e os cristãos anti-fascistas".

Por outro lado, e "no intuito de impedir que as forças reaccionárias pratiquem crimes contra a sociedade democrática que se deseja instaurar e cometam atentados contra a segurança do povo português", deseja-se:

"a privação imediata da liberdade do ex-presidente da República, do ex-presidente do Conselho de Ministros;

a privação imediata de liberdade de todos os agentes da P. I. D. E./D. G. S.;

a apreensão de todo o material bélico da P. I. D. E./D. G. S., Legião Portuguesa e Defesa Civil do Território existente nas respectivas instalações ou esconderijos ou ainda na posse ou domicílio dos agentes;

a ocupação de todas as instalações da P. I. D. E./D. G. S., L. P., Brigada Naval, Defesa Civil do Território, Mocidade Portuguesa, Centros de Juventude e A. N. P. e sua entrega às forças democráticas;

retirada de todo o material bélico da G. N. R. e da P. S. P. que ultrapasse o estritamente necessário para a função de policiamento."

No seu memorando, os democratas

pedem ainda que "sejam destituídos os governos civis substitutos e todos os indivíduos investidos de poderes locais pelo fascismo (nomeadamente municípios e freguesias), sendo substituídos por elementos da confiança do povo. Além disso, salientam que se deve demitir imediatamente todos os delegados e subdelegados do I. N. T. P., presidentes das Caixas de Previdência e outros organismos idênticos, assim como afastar todos os funcionários que ocupam cargos públicos por nomeação ministerial motivada por razões políticas e demitir todos os delegados do Governo junto de empresas públicas ou privadas.

Outro desejo manifestado pelos democratas no seu memorando refere-se à necessidade de prevenir toda a adulteração da opinião pública e impedir agressões ideológicas, para o que manifestam o desejo de que sejam demitidos os directores da TV, E.N., ANI, Agência Lusitânia e jornal "Época" e que o preenchimento desses cargos seja efectuado com a colocação das forças democráticas.

Finalmente, os democratas consideram imperioso que "a Junta de Salvação Nacional, assistida por uma Comissão de Juristas Democratas, defina os princípios por que hão-de julgar-se esses delitos; sejam instaurados processos a quantos lesaram o país, desrespeitaram os direitos dos cidadãos e se serviram do poder, autoridade, influência económica ou política para benefício próprio, nomeadamente ex-membros do Governo; para tanto seja nomeada uma Comissão de Inquérito, "ad hoc", constituída por juristas de reconhecida probidade, competência e isenção".

COMISSÃO CENTRAL DO M. D. P.

O documento que foi entregue ao general António de Spínola saiu de uma reunião ampla do Movimento Democrático Português, em que participaram representantes dos 18 distritos do Continente e Ilhas Adjacentes. Na mesma reunião, foi eleita uma comissão provisória daquele Movimento, constituída por Francisco Pereira de Loura (economista), José Tengarrinha (escritor), Pedro Coelho (engenheiro químico), Modesto Navarro (publicitário), Carlos Carvalho (operário metalúrgico), Vítor Wengorovius (advogado), Luís Moita (empregado de escritório), Horácio Guimarães (técnico de desenho), Álvaro Monteiro (agente técnico), Reizinho Falcão (operário metalúrgico), Gonçalves André (jornalista), Hélder Madeira (empregado de escritório), Carlos Fraião (estudante), Maria Antónia Fernandes (professora), Manuel de Sousa Baridó (operário vidreiro), Henrique Neto (dirigente industrial) e José Henrique Vareda (advogado).

Num ponto prévio, antes da ordem de trabalhos, os presentes decidiram que tomasse parte nos trabalhos, embora sem direito a voto, uma delegação do Partido Comunista Português, constituída por António Dias Lourenço, José Magro, Rogério de Carvalho e José Bernardino. As delegações presentes decidiram também entrar em contacto com outras organizações e correntes democráticas. Pouco depois, entraram na sala Luís Moita, Maria do Rosário Oliveira e Frei Bento Domingues: todos evocaram a sua qualidade de cristãos anti-fascistas.

Mais tarde, as delegações presentes aplaudiram também a entrada de uma delegação representativa do Partido Socialista Português, constituída por Mário Soares, Tito de Morais, Ramos da Costa, Sottomayor Cardia, Pedro Coelho, José Luís Nunes e Maria Barroso.

António Dias Lourenço saudou os presentes, salientando o facto de os elementos da delegação do Partido Comunista ali presente somarem mais de 50 anos de prisão. Por sua vez, Luís Mota referiu o grave problema da radicação do fascismo ainda existente em diversos estratos sociais da população e a dolorosa consciência que têm os autênticos cristãos da cumplicidade de muitos elementos da hierarquia. Anunciou depois a próxima realização de um assembleia livre de cristãos.

Mário Soares, falando a título pessoal, saudou o encontro nacional do M. D. P. e salientou a importância da unidade. ■

"NÃO SE PODERÁ CONSENTIR NA CRIAÇÃO DE SITUAÇÕES DE IRRESPONSABILIDADE"

Logo que assumiu a presidência da Junta de Salvação Nacional, o general Spínola deu a sua primeira conferência de Imprensa. Outra se lhe seguiria, mas esta particularmente dirigida aos directores dos jornais. Em ambas se fizeram, contudo, afirmações do maior significado para o conhecimento das linhas programáticas do Movimento. Registamos a seguir o que foi esse primeiro contacto com os órgãos da Informação:

— Qual é a política que Portugal vai seguir de agora em diante em relação às colónias do Ultramar?

— É a política que for definida pelo consenso do País.

— Que foi feito do ex-presidente Américo Tomás e Marcelo Caetano?

— Seguiram de avião para o Funchal.

— Qual será a linha da política exterior de Portugal?

— Vai ser uma linha de abertura a soluções de evolução para um futuro de progresso de Portugal no seu todo pluricontinental.

— Qual foi a reacção do povo português a este golpe militar?

— Magnífica! Ultrapassou largamente todas as expectativas.

— Houve vítimas?

— Creio que não.

— Houve algum foco de resistência às Forças Armadas?

— Creio que não. Se houve alguns tiros foram esporádicos. Acções de fogo não houve.

— Quer o Presidente dizer algo para Espanha, que vive neste momento em grande expectativa, ante os acontecimentos que se estão desenrolando em Portugal?

— Creio bem que a nova orientação que foi imprimida à política portuguesa muito facilitará as relações de Portugal com a Espanha.

— Obrigado, sr. Presidente.

Algumas perguntas de jornalistas portugueses e correspondentes estrangeiros.

— Está a ser dada alguma directriz aos governos do Ultramar?

— Neste momento ainda não.

— V. Exa. falou no problema da Imprensa o da liberdade de expressão. Independentemente do que V. Exa. tem formulado no comunicado a apresentar à Nação, poderá acrescentar-nos alguma coisa em relação à extinção do exame prévio e de outros organismos que têm dificultado as comunicações com o público?

— O programa do Movimento das Forças Armadas que vai ser distribuído responde

cabalmente à pergunta que me faz, pois contém a extinção da censura e do exame prévio. Apenas tem as restrições devidas a segredos militares nesta fase que ainda atravessamos no nosso Ultramar.

— Sr. General, ainda em relação à Lei de Imprensa, que é o Decreto-Lei de 5 de Maio de 1972, a Lei de Imprensa será revista?

— Está prevista a sua revisão.

— Fala-se no comunicado na perspectiva de um pluralismo político. Será que vamos ver reaparecer partidos políticos como o Partido Socialista e a C. D. E. e nesse caso justificar-se-á a aparição de comunicados da C. D. E. nos jornais?

LÍDER: O MOVIMENTO COLECTIVO DAS FORÇAS ARMADAS

— Tudo leva a crer que sim.

— Podemos saber o nome do líder do Movimento?

— Aí está uma pergunta de resposta muito difícil. Não sei. É o Movimento colectivo das Forças Armadas.

— V. Exa. pensa estabelecer algum contacto, neste momento, com os movimentos de guerrilha?

— Neste momento não.

— Qual é a sua posição relativamente ao problema da emigração?

— Por enquanto o problema está em auscultação.

— E em relação aos refugiados políticos, à vinda de refugiados políticos para Portugal?

— Serão abrangidos, evidentemente, pelas medidas a que há pouco me referi.

— Desde a vinda do capitão Sarmento Pimentel e outros...

— Sim.

— Mais uma pergunta, sr. General: qual a sua posição em relação às companhias multinacionais?

— Serão problemas sobre os quais nos iremos debruçar.

"NÃO CONSENTIR NA FORMAÇÃO DE REGIMES AUTORITÁRIOS"

Os princípios essenciais do programa político do Movimento das Forças Armadas foram por sua vez apresentados pela Junta de Salvação Nacional num encontro com os directores dos órgãos informativos e ao qual compareceram, também, representantes de alguns movimentos de opinião pública.

O presidente da Junta, general António de Spínola, afirmou, na ocasião, que, para os objectivos do Movimento não serem desvirtuados, não se poderá consentir na criação de situações de irresponsabilidade. Assim, a Junta entende que não se pode

O general António de Spínola, durante a sua primeira conferência de Imprensa, como presidente da Junta de Salvação Nacional. A seu lado, o general Costa Gomes

deixar de agir com firmeza e intransigência em tudo quanto ultrapasse as manifestações de alegria do povo.

A evolução do Mundo — Segundo o general Spínola, está-se ainda numa hora de evolução — numa hora difícil do rasgar de novos horizontes. Afirmando que o País viveu longos anos dentro de um regime que criou determinado clima de carência de consciencialização da grande massa da Nação, considera que a situação presente se traduz na necessidade premente de evolução no sentido de se encontrarem novas fórmulas de evolução que se ajustem ao mundo em que vivemos, como única forma de se manter a unidade da Pátria e de se transmitir às gerações vindouras o Portugal que herdámos e, também, como única forma de não se desmerecer do esforço do passado e do sangue generosamente derramado pelo povo português ao longo da nossa história e, na época presente, no Ultramar.

Suprimir a demagogia — Ao ponderar o caso da Imprensa, o general Spínola frisou dois pontos fundamentais: Lei de Imprensa, que vai ser revista e que, no campo imediato, já viu concretizada a abolição da Censura. E apontou, então, um aspecto: a alta responsabilidade com que a Imprensa, fundamentalmente as direcções dos jornais, tem de actuar, já que cada jornal fica inteiramente à vontade para se organizar como entender.

A tal propósito afirmou que a Junta não pode aceitar de forma alguma a criação de situações de irresponsabilidade. E pediu a colaboração de todos os jornais para outro aspecto. Neste momento, é evidente que os jornais passarão a ter uma feição diferente. Uns não farão qualquer esforço para manter a linha de rumo; outros terão de se ajustar a novo espírito dentro dessa liberdade. Sem, todavia, querer influenciar a orientação que cada jornal entende dever tomar, o general António de Spínola (por o considerar um ponto importante) não hesitou em fazer um pedido.

Estamos num momento difícil, a seguir ao Movimento, que, pelo facto de ser um Movimento que surgiu da vontade da maioria do País, só foi possível levar a efeito sem um tiro porque foi galvanizado pela vontade das Forças Armadas em representação do País. É natural que o povo dê largas à sua alegria e impõe-se enfrentar o momento difícil de um povo que não está consciencializado. Tem de haver um trabalho profundo de consciencialização — proclamou — dentro de um programa que vai ser posto em prática progressivamente. O papel da Imprensa deverá ser, segundo o seu pedido, de calma, de serenidade.

Na sequência da sua exposição, o general Spínola citou um facto ocorrido na véspera, à noite, durante a libertação dos presos políticos. Essa ideia da libertação estivera presente desde a primeira hora. Procedeu-se, claro, a uma averiguação sumária para distinguir aqueles que defendiam ideologias daqueles que tinham praticado actos que os inibiam de serem considerados apenas como políticos.

No entanto, a Junta, considerando vários factores como indispensáveis a um programa de abertura, acabou por decidir que fossem restituídos à liberdade todos os detidos por delitos de âmbito político.

Declarou o general Spínola que esse apontamento tinha relação com a atitude da Imprensa no passado e no presente. De facto, após um movimento que foi revolucionário e que actuou contra a ordem

estabelecida, há que distinguir a pureza de um Movimento que se propôs alcançar determinados objectivos. "A Imprensa — observou — pode colaborar de uma única forma, desipotecando-se de quaisquer demagogias."

Não a um regime autoritário — A essa luz, vincou que seria para a Junta verdadeiramente doloroso ser forçada a aplicar medidas que seriam contra os seus próprios princípios. Mesmo a constituição do novo esquema político, que vai ser posto em execução a curto prazo, tem o cuidado de separar as Forças Armadas e o Governo, em ordem a que não fique no espírito de quem quer que seja "queremos dar continuidade a um regime autoritário". E afirmou: "está no espírito da Junta não consentir a instauração de regimes autoritários, quer da direita quer da esquerda."

Após afirmar que a Junta deseja respeitar os princípios puros democráticos na consciencialização da Nação para a escolha que vai fazer, observou o presidente da Junta de Salvação Nacional que impor qualquer regime seria algo antidemocrático que se não pretende. Acha natural que os representantes de determinadas ideologias queiram actuar rapidamente, mas as coisas não podem ser feitas de um momento para o outro. A aceleração poderia ser desastrosa — vincou.

Ainda a propósito da acção da Imprensa, falou em particular sobre aquela de tendências extremas. A das esquerdas — afirmou — pode manter a sua linha, mas evitando excitar os ânimos. No que respeita à Imprensa de outro sentido, há que evoluir com dignidade em ordem a poder colaborar com a Junta.

"IMPÕE-SE NÃO TRANSFORMAR UM BOATO NUM FACTO"

Autodeterminação — Afirmou que há muito o nosso país vem a confundir conceito de autodeterminação com conceito de independência. Recordou, a propósito, que, quando, na Guiné, defendeu a autodeterminação do povo, isso causou certas reacções, que não pormenorizou, do Governo. Para a Junta, autodeterminação é o direito que todo o povo tem de livremente escolher o seu destino. Mas entende que esse povo precisa de estar consciencializado e de atingir determinado nível cultural, senão acabarão por serem terceiros a determinar o seu destino.

Referindo-se, ainda, à sua passagem pelo Governo da Guiné, recordou o general Spínola que defendeu então, perante estrangeiros, que um plebiscito na altura lhe seria favorável sem qualquer dúvida. Mas, acrescentou, não seria sério pois não brotava de um povo suficientemente consciencializado. Também não aceitaria que se pudesse discutir a independência com interlocutores que não representavam a vontade desse povo. Entende, sim, que autodeterminação só se pode resolver através da vontade de um povo, e a independência imediata corresponderia a aceitação de uma vontade que não era a desse povo.

Na Metrópole atinge-se, ao nível das elites, um padrão cultural que nos vai permitir consciencializar uma camada suficientemente grande da população — acentuou o orador. No Ultramar, o quadro é muito diferente: há uma carência muito grande de elites. Tem de se preparar a curto prazo a Nação para aceitar novas fórmulas. No Ultramar importa acelerar o processo para que ele possa autodeterminar-se, mas sob a bandeira portuguesa. Esse é o nosso objectivo — disse.

Liberdade e responsabilidade — Ao apontar a necessidade de se encontrarem fórmulas apoiadas na verdade, na razão e na justiça, foi particularmente incisivo, ao referir-se aos órgãos da Informação, quanto ao caso da TV, apontando que esta tem de manter um equilíbrio extraordinário.

À liberdade que espera da Imprensa corresponderá — disse — a maior responsabilidade. Impõe-se, portanto, não transformar, evidentemente, um boato num facto. No dia em que a Imprensa levantar uma campanha ou defender um ponto de vista, desviando-se dos princípios da autenticidade, o assunto será entregue aos poderes judiciais.

Esta evolução só se pode realizar nesta hora crítica — acentuou ainda — sob uma mão muito forte, muito firme e sem abdicação de autoridade de espécie alguma. Senão corre-se o risco de se terem de tomar medidas que seriam a negação dos propósitos do Movimento. ■

BREVE CRONOLOGIA DO REGIME DEPOSTO

Embora a revolução do 5 de Outubro de 1910 tenha sido uma revolução burguesa de objectivos muito limitados (sem liquidação de bens nacionais, sem transferência de propriedade, etc.), desde muito cedo que a sua "nova liberdade" fez aparecer em campo tentativas reaccionárias e direitistas, dirigidas não só contra o movimento operário que começava então a desenvolver-se como mesmo contra os partidos "burgueses" mais avançados e progressistas. Entre estes cumpre destacar o Movimento das Espadas, chefiado pelo general Pimenta de Castro, e o consulado de Sidónio Pais, além das diversas tentativas de restauração monárquica, das quais a mais importante foi a que findou em Monsanto, em 1919.

Depois da implantação do 28 de Maio, movimento militar que contou com a cumplicidade de diversas tendências, monárquicas e republicanas, que em breve iriam ser esmagadas por Salazar e o regime instaurado em torno da sua pessoa ("Quem vive?" — "Portugal, Portugal, Portugal" — "Quem manda?" — "Salazar, Salazar, Salazar"), registaram-se diversas tentativas, todas elas malogradas, para derrubar o regime.

A 3 de Fevereiro de 1927, verificou-se um movimento militar, eclodido no Porto, que se alargou até Lisboa, e que publicou um manifesto assinado pelo general Gastão Dias, seu chefe militar, por Jaime Morais, Jaime Cortesão, Sarmento Pimentel e João Carvalho. O movimento foi dominado a 7 de Fevereiro.

No dia 20 de Julho de 1928, nova tentativa militar, de pequeno alcance, era dominada, ao fim de 12 horas, em Lisboa, tendo sido posteriormente neutralizadas as suas sequelas na província.

A 4 de Abril de 1931, na sequência de uma greve geral e de diversos tumultos populares, verifica-se uma tentativa de golpe de Estado, baptizada Revolta da Madeira, que exigia a libertação dos chefes do 7 de Fevereiro, exilados naquela ilha, e o regresso à normalidade constitucional. Embora com a adesão de algumas unidades das Ilhas Adjacentes, o movimento malogrou-se sem pôr o Governo em perigo sério. No mesmo ano, dá-se uma revolta civil, em 26 de Agosto de 1931. Diversos populares e democratas assaltaram quartéis da G. N. R. e do Exército, acabando por ser dominados. Houve cerca de 40 mortos e 250 prisões.

Em 1934, eclode uma greve geral, acompanhada de acções de violência revolucionária, que têm a sua expressão mais importante na Marinha Grande. O Governo acusou todos os grevistas de sedição revolucionária, depois de massacrar o "Soviete" da Marinha Grande. Foram efectuados numerosos julgamentos mais que sumários, seguidos de fuzilamento, e encheram-se os campos de concentração.

Em 1936, dois barcos de guerra pretendem sair do Tejo para se juntarem às forças republicanas espanholas, que combatiam contra as tropas insurrectas de Franco. Mas a tentativa gorou-se. Os dois navios foram bombardeados.

Em 1937, verifica-se um atentado bombista a Salazar, que falha, recebendo o ditador felicitações de Mussolini e Hitler por ter escapado incólume.

Está-se então em pleno período negro do fascismo português. Qualquer reivindicação podia trazer graves consequências para os seus autores. Brandindo o espectro do comunismo, um "terror branco", particularmente cobarde e mesquinho, ceva o país. São os anos da guerra de Espanha, seguidos de imediato pela eclosão da segunda guerra mundial.

Só em 1946 se verifica nova tentativa de derrubamento militar do Governo, aliás sem consequências nem relevância. É a revolta da Mealhada, que consistiu na saída de uma única coluna do Regimento de Cavalaria 6, aquartelada no Porto. Esta coluna foi interceptada perto da Mealhada pouco depois. O seu principal responsável, ao que parece um "bode expiatório" de patentes mais elevadas, foi o tenente Queiroga Chaves.

Em Abril de 1947, o País toma conhecimento da demissão das suas funções de diversos militares superiores e professores universitários que estariam envolvidos numa conjura cujos efeitos (greves, etc.) se fizeram sentir sobretudo na região de Tomar. No ano seguinte, com outras patentes, é detido o almirante Mendes Cabeçadas — um dos "autores" do 28 de Maio — acusado da organização de nova conjura.

Tentativas não propriamente revolucionárias que cumpre assinalar são a candidatura à presidência da República do prof. Rui Luís Gomes e, mais tarde, em 1958, do general Humberto Delgado (saído das fileiras do regime) e do dr. Arlindo Vicente (que desistiria em favor do primeiro), que se opõem ao candidato governamental, almirante Américo Tomás, pelo qual Salazar vai substituir o marechal Craveiro Lopes, que, tendo decidido, ao que parece, exercer efectivamente as suas funções de chefe de Estado, perdera a sua confiança. A campanha do general Humberto Delgado foi ocasião de diversas manifestações populares, de uma amplitude até então inédita, que fizeram tremer o regime. Este, só mediante uma violação sistemática da sua própria legalidade, recorrendo à maior brutalidade policial, logrou controlar a situação. Depois, a eleição do chefe de Estado, para prevenir situações similares, deixou de ser feita por sufrágio universal e directo. Estas foram as últimas eleições presidenciais que tiveram mais do que um candidato, o almirante Américo Tomás.

Anos depois, conforme é sabido, o general Humberto Delgado seria assassinado, segundo se julga, pela P. I. D. E. em Espanha (próximo de Badajoz), depois de ter passado, no exílio, à oposição armada ao regime.

Um dos últimos encontros do ex-Presidente da República com Marcelo Caetano e membros do seu governo. Ao centro, vê-se também o dr. Afonso Marchueta, ex-governador civil de Lisboa

No rescaldo das eleições de 1958, regista-se o chamado Movimento Militar Independente, que realiza uma tentativa de sublevação em Lisboa. Foram detidos nomeadamente Manuel Serra e o major Calafate.

Seguem-se dois actos espectaculares empreendidos pelo capitão Henrique Galvão, outro dissidente do regime, que, não sendo propriamente tentativas verosímeis de derrubamento imediato do Estado Novo, mobilizariam as atenções gerais. Trata-se do assalto ao paquete "Santa Maria", em 1961, e da posterior ocupação de um avião da TAP, que voava de Casablanca para Lisboa e que lançou panfletos sobre a capital, Barreiro, Beja e Faro.

A última grande tentativa democrática, em que estiveram implicados elementos do Exército, para derubar o fascismo português, foi a do assalto ao quartel de Beja, em 1 de Janeiro de 1962. O impulsionador mais destacado do movimento foi o capitão Varela Gomes — ferido e detido. O movimento, depois de troca de tiros em que perderam a vida quatro homens, entre os quais o então subsecretário do Exército, foi dominado por forças de Évora e Estremoz. Os implicados seriam julgados ao fim de um longo período (ilegal) de espera, em 1964.

Como prelúdio ao movimento que na semana passado derrubou o regime, deve citar-se finalmente o dia 16 de Março de 1974, em que uma companhia do R. I. 5, aquartelada em Caldas da Rainha, se dirigiu sobre Lisboa, tendo sido interceptada à entrada da capital. Pela mesma altura, verificar-se-ia, entre outras, a prisão do tenente-coronel Almeida Bruno, ao que parece um dos mais destacados arquitectos do 25 de Abril. ■

UM LONGO PROCESSO

O 25 de Abril fez-se directamente contra os epígonos salazarentos — expressão cunhada nos últimos dias e já consagrada — que, a partir de Setembro de 1968, passaram a governar o País. Como é do conhecimento geral, nos dias que mediaram entre a notícia da doença de Salazar e a designação de Marcelo Caetano para a chefia do Governo, Portugal viveu horas de incerta esperança e ansiedade. Dias esperancívagos, de homens esperancívagos (na expressão de Hélia Correia), eis os adjectivos que melhor caracterizam desde o início o novo período da vida do regime. Se a ditadura salazarista se tornara odiosa, é certo também que quase todos éramos levados a confundi-la, se não intelectual ao menos afectivamente, com a pessoa de Salazar. E, fosse quem fosse o seu substituto, pensava-se que uma "liberalização" seria inevitável. Foi assim que a liberalização, palavra-chave dos primeiros tempos do agora extinto mandato de Marcelo Caetano, foi posta à disposição do regime pela fraqueza ideológica, pela despolitização abissal, pelo esperancívago terror difuso de um país que vivia, há 42 anos, em regime de quase ocupação, agravado por uma guerra sangrenta em África em que, como é de lei em tais situações, nem sempre era possível às vítimas objectivas do fascismo português distinguirem, no espelho da sua consciência social, o seu próprio rosto do dos governantes "renovados".

Os que procuravam o que fazer, os que tentavam saber que fazer e não sabiam, escutavam as emissões radiofónicas da BBC em língua portuguesa e, sobretudo, as emissoras dos movimentos políticos clandestinos que, a partir do estrangeiro (nomeadamente da Argélia), iam mais ou menos correctamente informando os seus ouvintes sobre aquilo que os seus próprios meios de informação lhes não podiam dizer.

Quando o "garboso comissário da Mocidade Portuguesa" Marcelo Caetano foi designado para preencher a vaga deixada pelo cadáver político de Salazar, criou-se uma espécie de ilusão colectiva que o fazia passar por um quase libertador que, entregue a "tarefas ciclópicas", só não transformava o País numa democracia parlamentar em vitude das pressões que sofreria de uma odiosa extrema-direita com a qual, por força (dizia-se) do condicionalismo histórico dos últimos anos, teria de governar. Este mito manteve-se até à sua queda. E, nos primeiros momentos do 25 de Abril, muita gente se interrogava sobre quem estaria a vibrar o golpe contra Marcelo Caetano — se essa extrema-direita fantasmagórica, se o Movimento das Forças Armadas, que empreendera um mês antes a sua primeira tentativa malograda, a partir das Caldas da Rainha.

Mas, em 1968, ao sabor da "liberalização" que lhe foi desde logo atribuída como programa, Marcelo Caetano lançaria mão, logo no seu discurso de posse, de uma fórmula que caracterizaria toda a demagogia do seu mandato: o "crédito ao Governo". Se se queria liberalização, se se queria democratização, diziam-nos, então

O último Governo de Salazar

MOCIDADE PORTUGUESA
— Uma das corporizações do fascismo

era necessário, a partir de algumas declarações de "boas intenções" singularmente mal definidas, dar como que um cheque em branco ao Governo, para este continuar a exercer-se autoritariamente, reforçando com a sua política económica, social e militar, os aspectos mais odiosos da dominação classista.

Se, durante o tempo de Salazar, a histeria fascista de antes da segunda grande guerra se cevou impunemente nas ruas de Lisboa; se, mais tarde, durante o tempo do mesmo Salazar, quando as eleições presidenciais de 1958 fizeram perigar o regime não nas urnas mas na rua, os últimos vestígios democráticos da Constituição de 1933 foram liquidados (passando o Presidente da República a ser eleito por um colégio eleitoral restrito); se o regime de partido único de um líder carismático pode exercer-se de tal forma que a Assembleia Nacional chegou — caso, ao que parece, único na história do moderno direito constitucional — a recusar uma proposta que lhe aumentava os poderes, por esta ser contra a vontade suposta do então Presidente do Conselho; se as armas das forças policiais foram os únicos interlocutores das reivindicações dos camponeses, operários e trabalhadores em geral deste país; se a P. I. D. E. utilizou todos os métodos de violência como profilaxia antidemocrática, e, sobretudo, anti-socialista, servindo-se para isso dos mais vis processos; se os bastiões mais reaccionários da Igreja Católica se prestaram à fabricação de um santuário de Fátima e celebraram os "anos de paz social" do salazarismo, opondo-os à "desordem" da I República Portuguesa; se os salazaristas portugueses militantes engrossaram, antes da segunda guerra mundial as hordas franquistas que liquidaram os primórdios da Revolução Espanhola — enfim, se tudo isto e muito mais, que se torna impossível referir aqui, fazia parte do "viver habitualmente" que Salazar quis impor ao País, o certo é que, com Marcelo Caetano, esta orientação governamental só mudou substancialmente num ponto: a pretensão que o Governo passou a ter de incrementar a mistificação, tentando obter aval da consciência popular para esta política aberrante.

Mas as coisas não foram simples. Em primeiro lugar, a morte, primeiro política (1968) e depois física (1970) do ditador Salazar, quebrou um pouco a coesão do bloco dominante. E isto, antes do mais, por força da história que se passava fora de Portugal, no mundo inteiro, e que obrigava mesmo os dirigentes mais reaccionários a tentarem empreender uma modernização administrativa, económica (industrialização, etc.) do País, quanto mais não fosse para manterem a sua própria sobrevivência e a das suas fontes de Poder. Salazar dizia que o

País devia ser pobre, enquanto o cardeal Cerejeira, o seu braço espiritual, lamentava os tempos em que o analfabetismo generalizado preservara a docilidade do povo português perante a palavra de Deus que, na boca do Estado Novo, era a palavra de todos os "legítimos superiores". "Eu sou um rural(...)", etc...

Mas os bastiões capitalistas do regime não podiam continuar a ser rurais e pobres e o analfabetismo deixava de ser o espelho da "bondade" popular. Já nos últimos anos da política de Salazar, embora a luta contra "os ventos da História" permanecesse o seu ponto de honra, o regime tivera de começar a modernizar-se ambígua e impotentemente. Com Marcelo Caetano, o desenvolvimentismo económico torna-se o supremo valor, tomando o lugar da velha mística de Fátima. Esse desenvolvimentismo, por outro lado, destinando-se embora nas suas orientações a consolidar o sistema classista, pondo-o de acordo com o seu tempo, transformar-se-ia no elemento ideológico catalisador da "liberalização" de Caetano.

Neste clima inicial, o Governo de Marcelo Caetano fará algumas concessões de fachada. Mário Soares regressa do seu exílio em S. Tomé; o Governo promete uma reforma democrática da Educação e uma reforma administrativa, ao mesmo tempo que anuncia "eleições livres" para a Assembleia Nacional (em período que seria de "revisão constitucional") para Outubro de 1969.

Entretanto, a partir dos fins de 1968, gera-se na Universidade Portuguesa uma efervescência extraordinária, cujas palavras de ordem até à actualidade se radicalizarão progressiva mas abertamente, e que ultrapassará em muito as ambições dos dois grandes movimentos estudantis anteriores: 1962-1964. Houvera, meses atrás, o Maio 1968, em França. Corriam revoltas estudantis por toda a Europa. E explicitava-se assim, um dado sociológico fundamental dos últimos anos: a integração do movimento estudantil na vanguarda das lutas revolucionárias. É o período em que, se por um lado, as contestações estudantis perdem algo da sua especificidade e, entre nós e sobretudo em Coimbra, do seu folclore, elas se integram, ao mesmo tempo, num combate sem limites "a priori" nos seus objectivos, deixando expressamente de exigir a transformação das universidades, para fazerem delas um foco de acção permanente e "núcleo gerador parcial" de acções tendentes à liquidação do tradicional quadro institucional internacional.

Em Portugal, o grande passo será a tematização, por parte do movimento estudantil, não apenas do tema das liberdades fundamentais, inscritas na Constituição e violadas pelas regulamentações na especialidade, mas da luta pelo socialismo e pelo fim da guerra de África.

No fim de 1968, o Instituto Superior Técnico é assaltado pela Polícia, numa demonstração de violência e num desmentido inequívoco das "intenções liberalizantes" de Marcelo Caetano. A Universidade Clássica de Lisboa e a Universidade Técnica entram em greve e, até ao fim do ano lectivo, embora sem greve de exames generalizada, prosseguem uma luta desigual no seu ritmo contra o Governo. Há uma intensa polémica de grupos de esquerda dentro do movimento estudantil. Estas confrontações continuarão até hoje, mas sendo certo que, a partir de 1968-1969, as orientações sociais-democratas — no sentido em que sociais-democratas são o ideário trabalhista britânico ou da social-democracia alemã, advogando a utilização para-exclusiva da luta legal, perderão o pé na direcção do movimento estudantil.

O movimento desencadeado em Lisboa, prossegue em Coimbra, quando reflui na capital. A história de todos estes acontecimentos está por fazer e não é possível improvisá-la (nem no plano da descrição, nem no plano da interpretação) numa breve resenha histórica. Bastará dizer que as "universidades a saque de um país a saque", como foi então dito algures numa reunião estudantil de 1968, desencadeavam uma contestação que tentava ir além do antifascismo tradicional e limitado que caracterizara as não menos importantes lutas anteriores do Movimento Associativo.

Em Outubro de 1969, eleições para deputados. As referências anteriores ao movimento estudantil, por um lado, e aos rumos da política governamental, por outro, permitem compreender um pouco melhor as condições em que este acto eleitoral se realizou. Do ponto de vista da oposição, teve o mérito principal de ser ocasião para um ataque cerrado à política ultramarina empreendida pelos Governos de Salazar e de Marcelo Caetano relativamente à África.

Por outro lado, a oposição, que, nas eleições anteriores, aparecera em bloco,

O Marechal Gomes da Costa, chefe do "28 de Maio"

Salazar numa das suas primeiras aparições na cena política nacional depois do "28 de Maio"

diversas vezes obrigaram o Governo a encerrar a escola, com um aparato policial esmagador, para de algum modo "controlar" a situação. Com todo o movimento estudantil, os alunos de Económicas contribuíram assim decisivamente para desmascarar a "reforma" do Ensino, que o Governo apresentava ao País como prova de "boa vontade" sua e da "má-fé" estudantil, tentando ao mesmo tempo desviar o que em parte conseguia através da Censura e da calúnia oficial, descentrar as reivindicações estudantis dos seus grandes novos temas: a questão ultramarina e a necessidade de uma luta popular contra os grande monopólios.

AS CONTRADIÇÕES INTERNAS

Não seria, porém, em torno do "modernizante" Ministério da Educação que se verificariam as principais contradições internas do bloco no Poder, que se manifestariam, sim, em torno da actuação parlamentar de alguns deputados embarcados na "liberalização" anunciada em 1968. Entre estes contam-se Pinto Leite, falecido num desastre de aviação na Guiné, Sá Carneiro, Magalhães Mota, Miller Guerra e José da Silva, entre outros menos destacados. A corrente "liberal", com efeito, próxima em muitos pontos da imagem de marca dos partidos democráticos ou sociais-democratas da Europa Ocidental, experimentaria, na hora em que as máscaras da liberalização caíram, a hostilidade, por vezes policial, do conjunto da Assembleia, nomeadamente de deputados como Casal-Ribeiro e Moura Ramos, que, com o conluio da Mesa, que não se coibia de atropelos sucessivos ao próprio regimento e de uma parcialidade evidente, silenciaram todas as tentativas, mais bem-intencionadas que realistas, que este grupo empreendeu durante o seu mandato. Esta "comédia de enganos" acabaria com a demissão de deputados como Sá Carneiro e Miller Guerra, que, por formas diferentes, ambos foram o ano passado impedidos não só de ver transcritas pela Imprensa algumas das suas intervenções mais importantes (o que era corrente) mas também de se expressar livremente no hemiciclo de São Bento. Antes de as coisas terem atingido estes pontos extremos — o que se verificou o ano passado —, os "liberais" da Assembleia, alguns ceudistas, poucos membros "técnico-progressistas" do Governo, juntamente com uma base "elitista" e crítica relativamente ao regime, formariam o agrupamento S. E. D. E. S., que, embora produzindo alguns estudos e promovendo uma série de "encontros" e colóquios, não alcançou grande relevância política, não tendo em momento algum, como tal, tomado parte em acontecimentos de oposição frontal ao regime.

Salazar e o Marechal Carmona

surgiu cindida em dois grupos principais, a C. D. E. e a C. E. U. D. Esta cisão, nem sempre clara nos seus pontos de ruptura, verificou-se um pouco ao sabor do debate que se travava então no seio da esquerda europeia.

Durante o período eleitoral, nenhum outro movimento além dos citados conseguiu intervir visivelmente ao nível da luta de massas.

Na oposição ao Governo de Marcelo Caetano, manifestaram-se também, concorrendo às eleições, alguns sectores monárquicos, que, entre invocações integralistas e aventureirismos verbais, com uma posição pretensamente filosófica quanto ao Ultramar (a política do "ser" de Barrilaro Ruas), realizou algumas sessões em Lisboa e nos arredores.

Em Braga apareceu uma lista nacionalista-independente, francamente direitista, e que se opunha ao Governo, moderadamente, em torno de duas questões fundamentais: denúncia de uma "liberalização" irreal, e repúdio pela possibilidade, singularmente pouco ampla, que o Governo estaria a proporcionar aos "comunistas" e "adversários da existência de Portugal como nação independente" (C. D. E. e C. E. U. D.) na discussão do Ultramar. Estes candidatos desistiriam à última hora, depois de um discurso proferido por Marcelo Caetano (já fora do período de propaganda eleitoral), em que brandia o espectro da guerra civil no caso da oposição ao regime se intensificar. É curioso notar que a direita utilizava sistematicamente, para encobrir os seus interesses, um chavão característico: "Não podemos permitir que os traidores (a esquerda e a oposição em geral) assassinem pelas costas os nossos soldados, que se batem em África." A resposta exemplar a esta demagogia foi dada pelo 25 de Abril, em que os militares empreenderam a liquidação política dos responsáveis por semelhantes afirmações vexatórias a que uma censura insensata impedia qualquer resposta esclarecedora.

As eleições realizadas, ao fim de um mês de "abrandamento" da censura, que não permitiu sequer a publicação integral pela Imprensa diária do programa da C. D. E., foram aproveitadas pelo Governo que, daí em diante, lhes daria um carácter de plebiscito sobre a questão ultramarina. No período que se seguiu, a P. I. D. E. (D. G. S.) desforrou-se de alguns vultos da oposição, detendo-os e torturando-os.

Mas, apesar de todas as contrariedades, alguma coisa subsistiu, após as eleições, das estruturas organizativas e dinamizadoras da C. D. E., que continuaram a actuar, com risco pessoal permanente dos seus membros, a um ritmo desigual se bem que constante.

Entre os estudantes, assim como entre as diversas camadas trabalhadoras, também as lutas parciais e de amplitude vária se multiplicaram constantemente até ao movimento militar da semana passada. Entre os estudantes, mereceram especial referência os do I. S. C. E. F. (Económicas), que por

O prof. Rui Luís Gomes, em 1951, ao anunciar à sua candidatura à presidência da República (a seu lado, a eng. Virgínia de Moura)

O general Humberto Delgado, candidato oposicionista nas eleições presidenciais de 1958, que, pela grande adesão popular conseguida, obrigou o regime a intensificar os métodos repressivos para garantir a sua sobrevivência

Alguns dos seus membros tomariam posição, no entanto, a propósito da repressão exercida sobre iniciativas elaboradas algures. Pode-se citar, por exemplo, o caso da Capela do Rato, onde, de 31 de Dezembro de 1972 para 1 de Janeiro de 1973, se realizou uma vigília de católicos progressistas, destinada a alertar a consciência cristã para a necessidade de pôr cobro à guerra em África.

Por ter participado na dita vigília, o prof. Francisco Pereira de Moura, ex-procurador à Câmara Corporativa, e que em 1969 apareceu como dirigente no seio da C. D. E., seria afastado da docência no I. S. C. E. F. Outros funcionários públicos presentes ao acto sofreriam semelhantes consequências em virtude da sua tomada de posição a respeito dos problemas nacionais, embora esta tomada de posição não possa ser qualificada de partidária nas formas de que se revestiu.

As contradições internas, como se prova, acabariam por redundar numa cisão, da qual resultou a formação de um grupo de "liberais" que, nas vésperas das eleições de 1973, promoveria em Lisboa um encontro, do qual não resultariam, uma vez mais, definições precisas, dada a impossibilidade de apurar sequer uma plataforma crítica, relativamente à ditadura, com uma univocidade operatória mínima.

"LIBERALIZAÇÃO"

Vai procurar-se, seguidamente, definir alguns dos pontos em que se produziu o simulacro de "liberalização" marcelista, a seguir à substituição de Salazar.

Trata-se, em suma, de toda uma série de medidas demagógicas que foram aceites credulamente por importantes sectores da população como prova da boa vontade de Marcelo Caetano. No essencial, estas medidas foram: a substituição do nome de P. I. D. E. por D. G. S. para a designação da polícia política, cujas estruturas permaneceram intactas; a mesma operação aplicada à União Nacional, que passou a chamar-se Acção Nacional Popular, mas que em breve se revelaria continuar a ser o mesmo partido único, hierarquizado pesadamente, que sempre fora; e, finalmente, a promessa da extinção da Censura através da promulgação de uma lei de Imprensa. Esta última promessa traduziu-se, na prática, apenas pela mudança de nome da Comissão de Censura, que passou a chamar-se Exame Prévio, e por um agravamento extremo da responsabilidade criminal dos jornalistas, editores e escritores, cuja liberdade não fora minimamente aumentada. Além disso, se anteriormente os jornais e outras publicações periódicas ostentavam, na primeira página, um "Visado pela Comissão de Censura", doravante, nos termos da lei, ficavam proibidos de fazer qualquer alusão a existência do Exame Prévio.

Quanto às perseguições a escritores, elas são sem fim na história do Estado Novo. Nos tempos de Marcelo Caetano, o caso das "Três Marias" é o mais conhecido.

Ao mesmo tempo que o regime procedia a tal re baptizar das suas instituições, eram lançados apelos à "participação de todos os portugueses de boa vontade" no "esforço comum", tentanto sugerir que, na cena política institucional, terá cabimento e efectividade uma pluralidade de tendências e opções. O regime propunha o diálogo e preparava-se para acusar a oposição de não o aceitar. Foram, em suma, estas as promessas que iludiram os "liberais". Inclusivamente, os diversos desenvolvimentistas chegaram a transigências na sua "colaboração" que, em termos políticos objectivos, serviram de apoio ao fascismo. Mas nem toda esta "boa vontade" pôde manter-se com o incremento das acções repressivas dos recuos na "liberalização", da histeria que progressivamente se foi tornando predominante nos discursos de Marcelo Caetano — as "conversas em família".

O AGRAVAMENTO DA SITUAÇÃO ULTRAMARINA E A CARESTIA DE VIDA

Entretanto, quer em virtude da actuação dos movimentos emancipalistas quer em função da evolução da situação internacional (nomeadamente o desaire do imperialismo norte-americano no Vietname), a situação ultramarina agravava-se, traduzindo-se no luto de numerosas famílias portuguesas e num descontentamento popular crescente à medida que os anos passavam.

Ao mesmo tempo, sobretudo nos últimos tempos, formou-se um movimento de repulsa perante a forma desumana pela qual

a guerra, sobretudo em Moçambique, estava a ser conduzida.

Neste ambiente geral é que começaria a correr a possibilidade de um golpe militar, "chefiado pelo general Spínola". Mas, o que seria esse golpe eventual, sobre o qual muito se especulava, todos hesitavam, reticentes. Um princípio de clarificação só começou a surgir quando os comunicados do Movimento das Forças Armadas passaram a ter maior divulgação, o que se verificou sobretudo depois da farsa eleitoral de Outubro de 1973.

Na verdade, as eleições de 1973, além da movimentação popular que, apesar de tudo, animaram, tiveram sobretudo o interesse de constituírem como que um novo marco na história da oposição democrática, assinalando a reunião dos grupos C. D. E. e C. E. U. D. na actual C. D. E. Também anteriormente, e parcialmente, ao menos, em vista do período eleitoral que se aproximava, se soubera que Mário Soares (secretário-geral do Partido Socialista Português) e Álvaro Cunhal (secretário-geral do Partido Comunista Português) tinham chegado a acordo para uma actuação concertada a longo prazo.

A história das últimas eleições, que consiste numa série de intervenções policiais constantes em todas as reuniões democráticas, serviu, no entanto, para revelar a insegurança do Governo de Caetano.

Pouco depois, a intensificação manifesta do Movimento das Forças Armadas começaria a tornar-se patente, enquanto, nas universidades, se verificavam ocupações policiais permanentes e prisões em massa (a morte, já em 1972, de Ribeiro Santos); e a multiplicação das actividades de luta dos trabalhadores (bancários, metalúrgicos, dos lanifícios, etc.) prosseguia, num desafio corajoso que veio a criar, ao longo dos anos, o terreno ideal para a convergência entre o Exército e as massas populares.

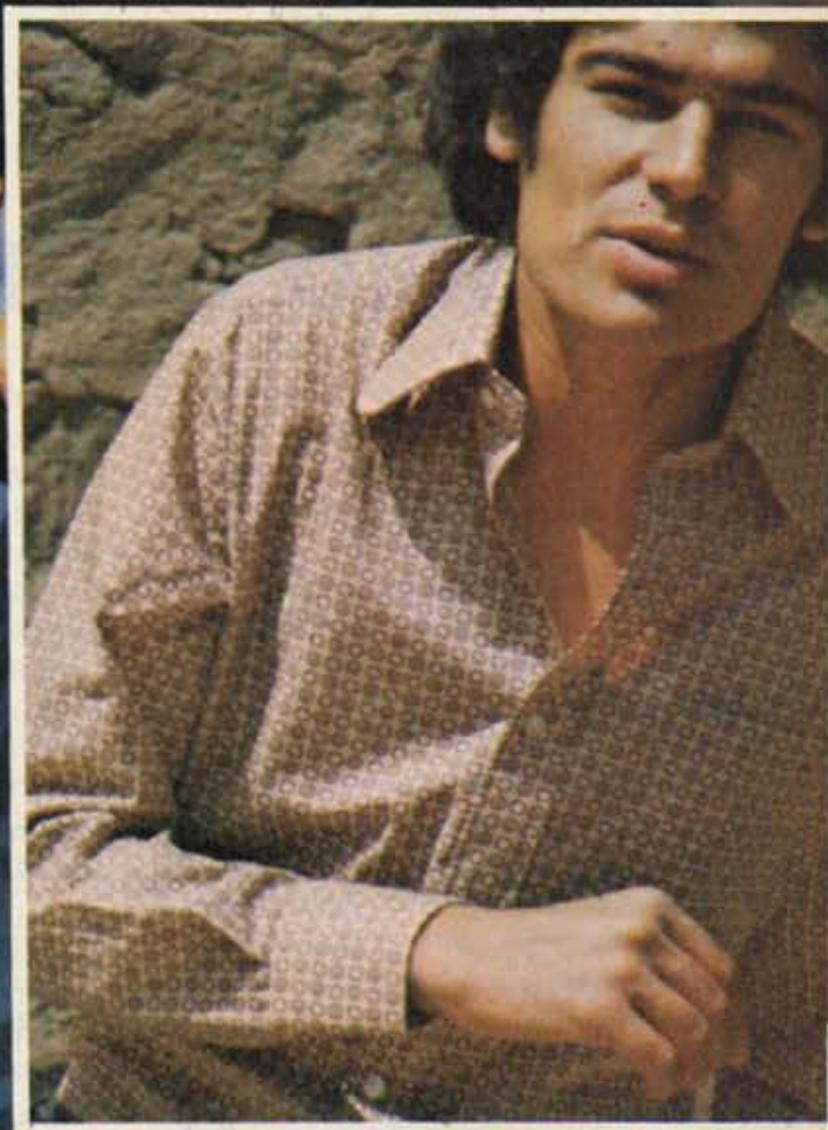
Salazar numa das últimas vezes que apareceu em público (votação nas eleições de 1969)

CONCLUSÕES SUMÁRIAS

De 1910 a 1926, foi surgindo e consolidando-se toda uma rede de organizações operárias e democráticas que, autonomamente ou integradas em movimentos heterogéneos, participaram activamente na definição deste período. O perigo do socialismo era temido e desencadeava já uma certa histeria em diversos grupos e dirigentes políticos burgueses na altura em que se verificou o 28 de Maio. A ditadura militar então instaurada reunia aliás um naipe de tendências conservadoras que foram sendo sucessivamente eliminadas em proveito do salazarismo nascente e logo monopolizador, que acabaria por se exercer contra figuras eminentes do 28 de Maio, incluindo, com a excepção de Carmona, o marechal Gomes da Costa e o almirante Mendes Cabeçadas.

O Estado Novo teve de esmagar o aguerrido movimento operário que lhe fez frente, mais lúcida ou confusamente, conforme os casos. O "soviete" da Marinha Grande e a maneira brutal como foi reprimido, o assassinato de Catarina Eufémia e o esmagamento dos camponeses alentejanos de que ela se tornou símbolo, mais perto de nós a repressão exercida sobre as massas populares no período que se seguiu e antecedeu as eleições presidenciais de 1958 e a fuzilaria contra os trabalhadores

O último Congresso da União Nacional, antecessora da A. N. P.

O congresso da A. N. P. em Tomar

de Pêro Pinheiro são outros tantos marcos da opressão do fascismo português.

A eclosão da guerra em África veio tornar mais negro o quadro dos "possíveis" que apareciam como alternativas para o regime. A propaganda governamental tentou fazer desta guerra um motivo de "unidade" contra o inimigo "comum". Mas são conhecidos os efeitos desastrosos que uma guerra, sobretudo deste tipo, pode ter sobre a consciência da população, tanto mais que tão depressa se falava de "desinteresse" no cumprimento de uma "missão civilizacional" como do "potencial económico do Ultramar".

Esta situação foi agravada pela carestia da vida, que ultimamente se faz sentir de maneira particularmente catastrófica. Por outro lado, nestas condições económicas, uma legislação antitrabalhadores impedia o povo de lutar pelos seus direitos através dos sindicatos. A duração do serviço militar, em termos económicos, representava um encargo dos mais pesados para as camadas populares, cuja emigração em proporções gigantescas dá a medida da desumanidade de uma situação.

Por outro lado, a sumptuosidade de uma elite de "privilegiados", o nepotismo, a corrupção, a especulação levavam o descontentamento às suas formas últimas, sendo a sua manifestação cada vez mais dificilmente impedida pelo regime, apesar dos meios de que este dispunha.

Assim, neste momento, o programa do Movimento das Forças Armadas, que a "V.M" publica noutra parte, bem como as diversas declarações e o esclarecimento de posições ocorridos nos últimos dias interpretam, de facto, nas suas linhas gerais, com justeza o descontentamento popular. Se não interpreta as respectivas soluções, isso é de louvar, pois se trata da prova de que o Movimento se mantém dentro dos limites que permitem defini-lo como libertador. ■

P.R.S., A.F.M. e M.S.P.

COMUNICADOS HISTÓRICOS NO RÁDIO CLUBE PORTUGUÊS

Eram 4 e 30 da madrugada, quando o Movimento das Forças Armadas, através dos microfones do Rádio Clube Português, transmitiu o seu primeiro comunicado:

"As Forças Armadas portuguesas apelam para todos os habitantes da cidade de Lisboa no sentido de recolherem a suas casas, nas quais se devem conservar com a máxima calma.

Esperamos sinceramente que a gravidade da hora que vivemos não seja tristemente assinalada por qualquer acidente pessoal, para o que apelamos para o bom senso do comando das forças militarizadas no sentido de serem evitados quaisquer confrontos com aş Forças Armadas.

Tal confronto, além de desnecessário, só poderá conduzir a sérios prejuízos individuais, que enlutariam e criariam divisões entre os portugueses, o que há que evitar a todo o custo.

Não obstante a expressa preocupação de não fazer correr a mínima gota de sangue de qualquer português, apelamos para o espírito cívico e profissional da classe médica, esperando a sua acorrência aos hospitais, a fim de prestar a sua eventual colaboração, o que se deseja sinceramene desnecessário."

II

Às 4 e 45, através dos microfones do mesmo emissor, é lido o segundo comunicado, então do seguinte teor:

"A todos os elementos das forças militarizadas e policiais o comando do Movimento das Forças Armadas aconselha a máxima prudência, a fim de serem evitados quaisquer recontros perigosos. Não há intenção deliberada de fazer correr sangue desnecessário, mas tal acontecerá caso alguma provocação se venha a verificar.

Apelamos, portanto, para que regressem imediatamente aos seus quartéis, aguardando as ordens que lhes serão dadas pelo M.F.A.

Serão severamente responsabilizados todos os comandos que tentarem por qualquer forma conduzir os seus subordinados à luta com as Forças Armadas."

III

Meia hora depois, portanto às 5 e 15, o Movimento das Forças Armadas dá a conhecer ao País o seu terceiro comunicado:

"Para que a gravidade da hora que vivemos não seja tristemente assinalada por qualquer acidente pessoal, apelamos para o bom senso dos comandos das forças militarizadas, no sentido de serem evitados confrontos com as Forças Armadas. Tal confronto, além de desnecessário, só poderá conduzir a sérios prejuízos individuais que enlutariam e criariam divisões entre os portugueses, o que há que evitar a todo o custo. Não obstante a expressa preocupação de não fazer correr a mínima gota de sangue de qualquer português, apelamos para o espírito cívico e profissional da classe médica, esperando a sua acorrência aos hospitais a fim de prestar a sua eventual colaboração, que se deseja sinceramente desnecessária.

A todos os elementos das forças militarizadas e policiais o comando do Movimento das Forças Armadas aconselha a máxima prudência, a fim de serem evitados quaisquer recontros perigosos. Não há intenção deliberada de fazer correr sangue desnecessariamente, mas tal acontecerá caso alguma provocação se venha a verificar.

Apelamos, portanto, para que regressem imediatamente aos seus quartéis, aguardando as ordens que lhes serão dadas pelo Movimento das Forças Armadas. Serão severamente responsabilizados todos os

comandos que tentarem por qualquer forma conduzir os seus subordinados à luta com as Forças Armadas.

Informa-se a população de que, no sentidò de evitar todo e qualquer incidente, ainda que involuntário, deverá recolher a suas casas, mantendo absoluta calma. A todos os elementos das forças militarizadas, nomeadamente às forças da G.N.R. e P.S.P. e ainda às forças da Direcção-Geral de Segurança e Legião Portuguesa, que abusivamente foram recrutadas, lembra-se o seu dever cívico de contribuírem para a manutenção da ordem pública, o que, na presente situação, só poderá ser alcançado se não for oposta qualquer reacção às Forças Armadas. Tal reacção nada teria de vantajoso, pois conduziria a um indesejável derramamento de sangue, que em nada contribuiria para a união de todos os portugueses. Embora estando crentes no bom senso e no civismo de todos os portugueses, no sentido de evitarem todo e qualquer recontro armado, apelamos para que os médicos e o pessoal de enfermagem se apresentem em todos os hospitais para uma colaboração que fazemos votos seja desnecessária."

IV

Passada meia hora, às 6 e 45, o Rádio Clube Português emitiu a seguinte nota:

"Aqui posto de comando do Movimento das Forças Armadas.

Atenção, elementos das forças militarizadas e policiais. Uma vez que as Forças Armadas decidiram tomar a seu cargo a presente situação, será considerado delito grave qualquer oposição das forças militarizadas e policiais às unidades militares que cercam a cidade de Lisboa. A não obediência a este aviso poderá provocar um inútil derramamento de sangue, cuja responsabilidade lhes será inteiramente atribuída. Deverão, por conseguinte, conservar-se dentro dos seus quartéis até receberem ordens do Movimento das Forças Armadas. Os comandos das forças militarizadas e policiais serão severamente responsabilizados, caso incitem os seus subordinados à luta armada."

V

Eram 7 e 30, quando foi divulgado o quinto comunicado:

"Aqui posto de comando das Forças Armadas.

Conforme tem sido transmitido, as Forças Armadas desencadearam, na madrugada de hoje, uma série de acções com vista à libertação do País do regime que há longo tempo o domina.

Nos seus comunicados, as F.A. têm apelado para a não intervenção das forças policiais, com o objectivo de se evitar derramamento de sangue. Embora este desejo se mantenha firme, não se hesitará em responder, decidida e implacavelmente, a qualquer oposição que se venha a manifestar.

Consciente de que interpreta verdadeiros sentimentos da Nação, o M.F.A. prosseguirá na sua acção libertadora e pede à população que se mantenha calma e que recolha às suas residências.

Viva Portugal."

VI

Às 8 e 45 voltou a transmitir o Rádio Clube Português:

"As Forças Armadas iniciaram uma série de acções com vista à libertação do País do regime que há longo tempo o domina. Nos seus comunicados, as Forças Armadas têm apelado para a não intervenção das forças policiais, com o objectivo de se evitar derramamento de sangue. Embora este desejo se mantenha firme, não se hesitará em responder, decidida e implacavelmente, a qualquer oposição que venha a manifestar-se.

Consciente de que interpreta os verdadeiros sentimentos da Nação, o movimento das Forças Armadas prosseguirá na sua acção libertadora e pede à população que se mantenha calma e que recolha às suas residências.

Viva Portugal."

VII

Momentos depois era lido o comunicado seguinte:

"O Movimento das Forças Armadas verifica que a população civil não está a respeitar o apelo, já efectuado várias vezes, para se manter em casa. Muito embora o

controlo das acções desencadeadas seja quase total, tendo já o ex-ministro do Exército abandonado o Ministério e entrado em contacto com oficiais superiores do comando do Movimento, pede-se mais uma vez à população para que permaneça nas suas casas, a fim de não pôr em perigo a sua própria integridade física.

Em breve será transmitido um comunicado sobre a situação geral no País."

VIII

Com intervalos de meia hora foi lido o comunicado anterior, até que às 13 horas, através dos microfones do Rádio Clube Português, foi transmitido:

"O Movimento das Forças Armadas informa as famílias de todos os seus elementos que eles se encontram bem e que tudo decorre dentro do previsto."

IX

Uma hora e quarenta minutos depois, portanto às 14 e 40, novamente através dos microfones do Rádio Clube Português, era dito:

"Aqui, posto de comando das Forças Armadas.

Pretendendo continuar a informar o País sobre o desenrolar dos acontecimentos históricos que se estão processando, o Movimento das Forças Armadas comunica que as operações iniciadas na madrugada de hoje se desenrolam de acordo com as previsões, encontrando-se dominados vários objectivos importantes, entre os quais se citam os seguintes: Comando da Legião Portuguesa, Emissora Nacional, Rádio Clube Português, Radiotelevisão Portuguesa, Rádio Marconi, Banco de Portugal, Quartel-General da Região Militar de Lisboa, Quartel-General da Região Militar do Porto, Instalações do Quartel-Mestre-General, Ministério do Exército, donde o respectivo ministro se pôs em fuga, Aeroporto da Portela, Aeródromo Base número um, Manutenção Militar, posto de televisão de Fóia, Penitenciária do Forte de Peniche.

Sua Excelência o almirante Américo Tomás, Sua Excelência o prof. Marcelo Caetano e os membros do Governo encontram-se cercados por forças do Movimento, no Quartel da Guarda Nacional Republicana no Carmo e no Regimento de Lanceiros 2, tendo sido já apresentado um ultimato para a sua rendição.

O Movimento domina a situação em todo o País e recomenda, uma vez mais, a toda a população que se mantenha calma. Renova-se também a indicação já difundida para encerramento imediato dos estabelecimentos comerciais, por forma a não ser forçoso o decretar do recolher obrigatório. Viva Portugal."

A seguir, um aviso à população:

"O Movimento das Forças Armadas, tendo conhecimento de que elementos da Guarda Nacional Republicana se fazem passar por elementos amigos, avisa que esses elementos são adversos, por isso aconselha a população a abandonar o Largo do Carmo, o Rossio e o Largo do Camões."

X

Às 16 e 5, o Rádio Clube Português transmitiu:

"Atenção a uma gravação de conversações mantidas pelos comandos adversos, que bem denota o êxito que está a ter o Movimento das Forças Armadas:

— Está? Sim... Largo Camões?

— Aqui pelotão de reconhecimento no Largo de Camões. Estão todas as saídas tapadas. Mantêm-se blindados nas embocaduras das ruas.

— Não haverá possibilidade de entrar em contacto com o pelotão que se deve encontrar no Rossio?

— Este pelotão de reconhecimento não se pode mexer. Vou, entretanto, tentar, via rádio, comunicar à companhia de Infantaria 1, que nunca mais deu sinal de si, nunca mais disse nada... Sei, entretanto, mas não tenho a certeza, de que lhes fizeram um ultimato, para entrega do Presidente do Conselho, às 14 horas."

XI

O décimo primeiro comunicado transmitido pelo Rádio Clube Português era do seguinte teor:

"O Movimento das Forças Armadas tem ocupados os estúdios da Radiotelevisão Portuguesa, Lisboa e Porto, embora no centro emissor de Monsanto se registe uma interferência provocada pelas forças da reacção, que a todo o momento serão dominadas.

Logo de seguida a RTP entrará ao serviço do Movimento das Forças Armadas e do País, noticiando os seus comunicados."

XII

Das 18 às 18 e 40, com breves interrupções, foi lido aos microfones do Rádio Clube Português o comunicado seguinte:

"O Movimento das Forças Armadas informa a Nação de que conseguiu forçar a entrada no Quartel da Guarda Nacional Republicana, situado no Largo do Carmo, onde se encontrava o ex-presidente do Conselho e outros membros do seu ex-Governo; o Regimento de Lanceiros 2, onde se recolheram outros elementos do seu ex-Governo, entregou-se ao Movimento das Forças Armadas, sem que houvesse necessidade de emprego da força que os cercava. A quase totalidade da Guarda Nacional Republicana, incluindo o seu Comando e a maioria dos elementos da Polícia de Segurança Pública, já se rendeu ao Movimento das Forças Armadas.

O Movimento das Forças Armadas agradece à população civil todo o carinho e apoio que tem prestado aos seus soldados, insistindo na necessidade de ser mantido o seu valor cívico ao mais alto grau, solicita, também, que se mantenha nas suas residências durante a noite, a fim de não perturbar a consolidação das operações em curso, prevendo-se que possa retomar as suas actividades normais amanhã, dia 26.

Viva Portugal." ■

à venda nas livrarias

CIÊNCIA E SUPERSTIÇÃO
V. Mezentsev
Preço: 30$00

Estampa

A ENCICLOPÉDIA
Textos Escolhidos
Preço: 60$00

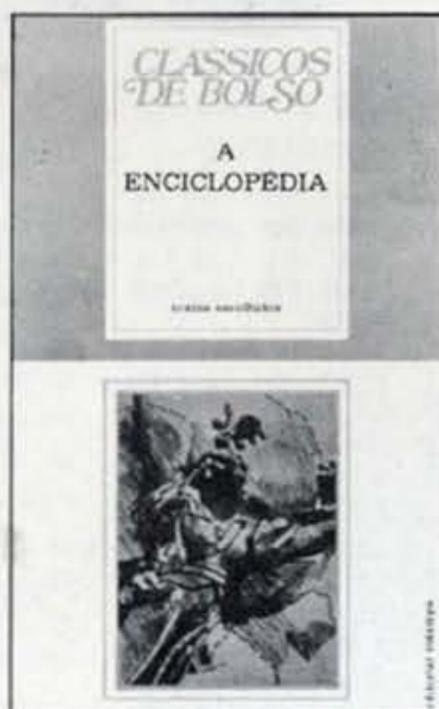
Estampa

O COMECON
Sérgio Ribeiro
Preço: 60$00

Estampa

VIDA RURAL MODERNA
Coordenação de
Sousa Veloso
Jorge Garrido
José Maria Bettencourt
Preço: 60$00

Editorial O Seculo

distribuidora O SECULO Rua de "O SECULO", 41 a 63 LISBOA-2

SAI SEMANALMENTE

O 1º DE MAIO EM LIBERDADE

Escrevendo à "última hora", com "V. M." a fechar, não poderemos dar à gigantesca manifestação com que os trabalhadores de Lisboa festejaram o seu primeiro de Maio, o relevo que o acontecimento sem dúvida mereceria. É igualmente por absoluta impossibilidade técnica que não referiremos as demais manifestações que por todo o país celebraram o derrubamento do regime e expressaram os anseios, esperanças e determinação populares quanto à edificação das bases de uma democracia socialista e popular e da liquidação imediata da guerra colonial.

Com efeito, se até ao dia 1 de Maio a tónica dos movimentos populares que responderam com a sua própria iniciativa ao impulso decisivo dado pelo Movimento das Forças Armadas, foi o antifascismo, a partir da gigantesca manifestação que culminou no comício sindical e político realizado no estádio da F. N. A. A. T., as mesmas classes trabalhadoras de Lisboa e de outros pontos do país puseram na ordem do dia a marcha para o socialismo.

Desde cedo na manhã, grupos populares, agitando cartazes e bandeiras, floridos com cravos vermelhos (pois só quando estes se esgotaram outras cores apareceram), encheram as ruas de Lisboa numa inequívoca festa de libertação e numa não menos inequívoca determinação de levar para diante o processo revolucionário desencadeado pelo 25 de Abril.

Estes grupos populares, que enchiam as ruas de Lisboa, menos policiadas do que em qualquer outra data, começaram a partir de diversos pontos da cidade a caminhar para a Alameda Afonso Henriques, dde onde se previa o arranque da manifestação, e daí para o estádio da F. N. A. T. A concentração dentro deste estádio e em torno dos seus muros nas ruas adjacentes terá reunido sem qualquer exagero centenas de milhares de pessoas.

Cartazes e bandeiras de diversos movimentos e partidos (ou organizações políticas). De entre estes destacamos, sem prejuízo de qualquer omissão involuntária: Partido Comunista Portugues, Partido Socialista, Movimento Democrático e CDE, Movimento Libertário Português, etc.

Por volta das 17 horas, depois de entoado em uníssono o hino nacional, coearam as comunicações e proclamações apresentadas por diversos representantes sindicais e dirigentes partidários, saudados entusiasticamente pelo povo de Lisboa.

A primeira intervenção foi a do representante do sindicato dos Lanifícios, Manuel Lopes, que depois de saudar o Movimento das Forças Armadas e de historiar brevemente as origens internacionalistas do Primeiro de Maio, bem como de saudar os que ao longo da noite fascista se bateram pela causa trabalhadora, vincaria a necessidade de acabar imediatamente a guerra colonial, de obter o direito à greve, de formar um sindicalismo livre, politizado, e independente na sua orgânica de qualquer estrutura partidária, de extirpar os fundamentos económicos do fascismo e da exploração capitalista, de orientar em direcção a uma democracia trabalhadora e socialista o processo revolucionário em curso.

Na mesma linha, acentuando a necessidade da democracia de base e da decisão dos trabalhadores organizados sobre a produção e condições de trabalho, falaria a seguir o representante do sindicato dos metalúrgicos. Este denunciou ainda, e com particular veemência, o sistema corporativo fascista, como um sistema de feroz dominação classista do poderio económico explorador sobre os trabalhadores, cujos dinheiros eram roubados para financiar uma "guerra colonial criminosa".

O representante do sindicato dos caixeiros insistiu, de uma perspectiva ligeiramente mais programática, nas necessidades e aspirações trabalhadoras já enunciadas pelos seus camaradas.

Todos estes representantes sindicais acentuaram, de forma inequívoca, que a luta do povo português era a luta pelo socialismo.

Seguiu-se no uso da palavra Francisco Pereira de Moura, pelo Movimento Democrático Português, que insistiu na urgência da adopção de medidas anticapitalistas destinadas a liquidar a exploração do homem pelo homem, sob qualquer forma, e a prevenir contra o eventual regresso do fascismo. Entre estas medidas, o orador deu prioridade ao fim da guerra colonial e ao derrubamento dos bastiões monopolistas do antigo regime.

Nuno Teotónio Pereira, anunciado como porta-voz dos católicos progressistas, declarou que não aceitava tal rótulo "pertencendo ao passado", depois do que desenvolveu um ataque frontal à hierarquia eclesiástica portuguesa, cúmplice dos crimes fascistas. Insistiu ainda na necessidade de um "socialismo total" e libertário, cujas concepções devem perspectivar a luta dos trabalhadores contra os potentados capitalistas nacionais e estrangeiros e contra a guerra colonial.

O secretário geral do Partido Socialista, Mário Soares, delirantemente aplaudido, acentuou que a luta das classes trabalhadoras não podia limitar-se à obtenção de liberdades políticas, já asseguradas, devendo pelo contrário iniciar um processo tendente à destruição dos fundamentos da organização classista do capitalismo. Aclamado em uníssono pela multidão, Soares exigiu ainda a abertura de negociações com os movimentos nacionalistas africanos, a liquidação da guerra colonial, e o "julgamento por tribunal comum", "com todas as garantias de defesa", de Rapazote, Santos Júnior (ex-ministros do Interior), do almirante Tenreiro, do "velho e sinistro almirante Tomás" e do "hipócrita Caetano", que, enquanto a população dá uma "pequena caça aos pides reles", "gozam as suas férias na Madeira".

Finalmente, a palavra coube a Álvaro Cunhal, secretário do P. C. P., que denunciou todos os preconceitos anticomunistas que o fascismo inculcou, saudou a aliança P. C.-P. S, exortou as classes trabalhadoras à luta pela democracia, por eleições livres, pela participação dos comunistas nas grandes decisões nacionais que urge tomar a curto prazo mesmo antes do regresso à normalidade constitucional e democrática. Finalmente, Cunhal exortou as Forças Armadas a apoiarem a luta do povo, sendo que nesse caso o povo português permaneceria ao seu lado.

Finalmente, representantes de diversos movimentos e confederações sindicais estrangeiras e internacionais apresentaram as suas comunicações, saudando a queda do fascismo português e manifestando a esperança na eficácia da solidariedade trabalhadora internacional para a liquidação dos restantes governos fascistas de todo o mundo e para o combate ao imperialismo. ■

MIGUEL SERRAS PEREIRA

O REGRESSO DE ÁLVARO CUNHAL

Depois da vinda de Mário Soares, avulta significativamente o regresso a Portugal do secretário-geral do Partido Comunista Português, Álvaro Cunhal. Ausente do País desde 1960, ano em que, a 3 de Janeiro, se evadiu do forte de Peniche, Álvaro Cunhal, que se formou em Direito com uma das mais altas classificações até hoje obtidas, aderiu ao Partido Comunista ainda no tempo de estudante, revelando-se sempre um dos seus mais activos militantes.

O seu regresso a Portugal constitui por si só um sintoma muito importante da situação que se alcançou em Portugal, com o derrubamento do regime vigente desde 1926. A propósito da sua chegada, que se verificou em ambiente de extraordinária explosão popular, a comissão executiva do Movimento Democrático Português fez distribuir um comunicado em que acentuando ter-se atingido, finalmente, "o momento por que ansiavam todas as forças democráticas portuguesas", se congratulava pelo regresso ao País do secretário-geral do P. C., após mais de quarenta anos de luta na clandestinidade.

Também o Conselho Directivo do Partido Socialista Português distribuiu um comunicado semelhante a associar-se à homenagem prestada no aeroporto a Álvaro Cunhal, e saudando o P. C. como seu aliado na luta pela Democracia e pelo Socialismo.

Com a chegada de Álvaro Cunhal anuncia-se a publicação, breve, como diário da tarde, do "Avante", órgão oficial do Partido, há muitos anos publicado, na clandestinidade, com periodicidade não regular. ■

● DIRECTOR INTERINO: MANUEL FIGUEIRA
● REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: Rua de «O Seculo», 63 — Telefs. PBX 36 27 51/5.
● COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO: Rua de «O Seculo», 41 — Lisboa-2.
● PROPRIEDADE: Sociedade Nacional de Tipografia, S. A. R. L.

25 DE ABRIL DE 1974

A QUEDA DO REGIME

Às cinco da tarde do dia 25 de Abril de 1974, treze horas depois de iniciado o movimento militar vitorioso que levou à queda do regime que se instalara em Portugal há quase meio século, Marcelo Caetano e o seu Governo capitulavam, no interior do Quartel do Carmo. O País estava dominado pelo Movimento das Forças Armadas, o mesmo sucedendo praticamente com todas as posições estratégicas da capital. Faltava a capitulação do antigo Governo, bem como o silenciamento das forças militares e paramilitares mais repressivas do regime — para além da G.N.R. e alguns sectores da P.S.P., nomeadamente as suas forças especiais, a Polícia de Choque, bem como a P.I.D.E. (D.G.S.).

O Quartel do Carmo significava, simultaneamente, a resistência do Comando da G.N.R. e a última tentativa do agonizante Governo salazarista evolucionado na continuidade por Marcelo Caetano. Após mais de 47 anos de opressão, o Largo do Carmo constituiu assim palco gigantesco de memorável manifestação de incontida raiva e exuberante alegria. O povo — e nunca como neste momento histórico se poderá dizer que foi ele mesmo — estava ali para testemunhar o estertor do regime que lhe tapara a boca mas não lhe vendara os olhos, o mesmo povo que, em serena e esperançosa expectativa, aguardava há muito o fim de longo cativeiro.

Depois foi a extinção das últimas bolsas, com a D.G.S. teimosamente entrincheirada, a consolidação da vitória, a libertação emocionante dos presos políticos de Caxias, de Peniche e de outras cadeias, a divulgação do programa do Movimento e a concretização dos primeiros passos dos seus objectivos: extinção imediata da D.G.S., da Legião Portuguesa e da A.N.P.; amnistia imediata dos presos políticos; a abolição da censura e do exame prévio; a reorganização e o saneamento das Forças Armadas, o combate eficaz contra a corrupção; a livre criação e a formação de associações políticas como embriões de futuros partidos; e a luta contra a inflação e a alta do custo de vida.

A um longo e martirizante pesadelo sucedia a fundamentada esperança de dias melhores para quantos finalmente se libertavam de um regime repressivo e policial que utilizara sempre como armas as mais diversas formas de violência, privando os cidadãos dos seus mais elementares direitos humanos. Se o sangue correu, isso deveu-se apenas ao desespero extremado dos elementos da D.G.S., os últimos a manterem-se em posição de combate. Aqueles que tanta "decisão" mostraram ao longo de dezenas de anos contra cidadãos indefesos, exercendo os métodos mais repugnantes, tiveram de assinalar o seu fim disparando contra populares que se manifestavam frente ao edifício — sede daquela corporação. Já não dispararam, no entanto, quando as forças militares os cercaram, mostrando claramente as suas noções da "coragem". O "último baluarte", afinal, só procurava render-se de forma a salvar a vida, não podendo acreditar, depois de todos os actos de violência que cometera ao longo de dezenas de anos, que pudesse escapar ao castigo exemplarista. Mas as Forças Armadas não estavam ali como juízes nem executores, mas, sim, como representantes de um povo que, querendo justiça, sabe o que essa palavra verdadeiramente significa. ■

F. A.

Dia 25 de Abril de 1974. 0.30 — "Grândola, Vila Morena", de Zeca Afonso, a senha para o desencadear das operações do movimento militar, é transmitida no programa Limite, de Rádio Renascença.

Entre as 0.30 e as 3 horas — Preso o comandante da Escola Prática de Cavalaria, aquartelado em Santarém, uma força desta unidade toma o rumo de Lisboa. Ao mesmo tempo, registavam-se movimentações militares em Tomar, Vendas Novas, unidades da Região Militar de Lisboa (Caçadores 5 e Cavalaria 7), Figueira da Foz, Viseu, Lamego, Mafra, Estremoz e outros pontos.

3 horas — Verifica-se a ocupação simultânea de pontos vitais da capital. Quase sem resistência foram tomados o aeroporto, o Rádio Clube Português, a Emissora Nacional, a Radiotelevisão Portuguesa e Rádio Marconi. Quase simultaneamente, foram cercadas as áreas onde se situam o Quartel-General, em São Sebastião da Pedreira, e o Quartel-Mestre. É encerrado ao tráfego aéreo o Aeroporto da Portela.

4.30 — O Movimento das Forças Armadas difunde o seu primeiro comunicado, através dos microfones do Rádio Clube Português. O Movimento solicitava à população que se mantivesse calma, nas suas residências, e avisava as forças militarizadas (P.S.P., G.N.R., L.P. e G.F.) para se absterem de qualquer confrontação.

4.45 — Novo comunicado. É aconselhada a máxima prudência no sentido de evitar quaisquer confrontos perigosos. Era o apelo para o regresso imediato aos quartéis, onde aguardariam as ordens dadas pelo M.F.A. Até esta hora não era possível identificar as vozes dos locutores que liam os comunicados.

Das 4.45 às 6 horas — Tomado sem resistência o quartel da Legião Portuguesa na Penha de França por uma coluna de "comandos" dirigida pelo major Neves.

6.45 — Difundido novo comunicado do Movimento a dar conta do cerco da cidade por unidades militares. Os comunicados multiplicam-se, enquanto o Rádio Clube Português passa a transmitir música portuguesa e marchas militares. Adriano Correia de Oliveira, Manuel Freire e Zeca Afonso, além de outros, surgem nos receptores de milhões de portugueses. Caíra a barreira que sempre estorvara a audição de alguns dos nomes mais significativos da música portuguesa.

7.20 — Na sala do Telejornal, na R.T.P., as Forças Armadas improvisam um posto do comando e passam a coordenar notícias.

8.30 — Pela primeira vez, a Emissora Nacional transmite comunicados. Entretanto, pessoas que se dirigiam rotineiramente aos seus empregos são avisadas da situação que se vive na capital e regressam às respectivas casas. Os comboios da linha de Sintra não circulam até à estação do Rossio, terminando as suas viagens em estações intermédias da linha.

No Alfeite é proibida a entrada aos empregados civis. Os noticiários do Movimento das Forças Armadas passam a ser lidos no Rádio Clube Português pelo locutor Luís Filipe Costa, director de programas daquela estação.

10.00 — Forças de três unidades de Cavalaria concentravam-se, entretanto, no Terreiro do Paço, enquanto os ministros da Defesa, do Interior e do Exército participavam numa reunião no Ministério do Exército, com entidades diversas, entre as quais foi possível identificar o contra-almirante Henrique Tenreiro.

Segundo um capitão de Cavalaria, que desempenhava as funções de porta-voz dos militares, a primeira força a chegar ao Terreiro do Paço pertencia à Escola Prática de Cavalaria, de Santarém. Mais duas forças de Cavalaria 7, de Lisboa, se juntavam, a breve trecho, àquele destacamento, sendo uma delas comandada por um alferes e outra pelo tenente-coronel Ferraud de Almeida, que, porém, não aderiu e foi imediatamente preso.

11.00 — Os ministros militares e do Interior fogem por um buraco de comunicação entre o Ministério do Exército e o da Marinha. São vistos a tomar lugar num autocarro. O general Andrade e Silva, ministro do Exército, põe-se em fuga.